



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geografia

Antonio Carlos Lessa da Rocha

**O papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense: uma análise a partir
das regiões de influências das cidades entre os anos de 1966 e 2018**

Rio de Janeiro

2023

Antonio Carlos Lessa da Rocha

O papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense: uma análise a partir das regiões de influências das cidades entre os anos de 1966 e 2018

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CTCC

R672 Rocha, Antonio Carlos Lessa da.

O papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense: uma análise a partir das regiões de influências das cidades entre os anos de 1966 e 2018 / Antonio Carlos Lessa da Rocha. – 2023.

247 f.: il.

Orientador: Miguel Ângelo Campos Ribeiro.

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Espaço urbano – Cabo Frio (RJ) – Teses. 2. Natureza – Influência do homem – Teses. 3. Espaço geográfico – Região dos Lagos (RJ) – Teses. 4. Organização geoespacial – Região dos Lagos (RJ) – Teses. I. Ribeiro, Miguel Ângelo Campos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911.375(815.3)

Bibliotecária responsável: Ingrid Pinheiro / CRB-7: 7048

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Antonio Carlos Lessa da Rocha

**O papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense: uma análise a partir das regiões
de influências das cidades entre os anos de 1966 e 2018**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.

Aprovada em 18 de janeiro de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro (Orientador)
Programa de Pós-graduação em Geografia - UERJ

Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires
Programa de Pós-graduação em Geografia - UERJ

Prof.^a. Dra. Vânia Regina Jorge da Silva
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ

Prof.^a. Dra. Tereza Coni Aguiar
Assessoria e Planejamento para Desenvolvimento

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira
Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRRJ

Rio de Janeiro
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me acompanhado todos esses dias, desde a graduação até a defesa desta tese no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ. Agradeço também a toda minha família, a meus irmãos, em especial os meus pais, Honesto e Norma, sempre me deram o apoio necessário para a realização dos meus projetos. Agradeço a Yasmin Helayel, me acompanhando em todos os momentos desta trajetória. Agradeço aos professores do PPGeo-UERJ e a banca examinadora, que através de todas as suas experiências na construção da Geografia, me fez despertar ainda mais a vontade de continuar seguindo esse caminho para também juntos construir uma Geografia, mais importante ainda contribuindo para um mundo mais justo. Para finalizar agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Miguel Ângelo Ribeiro, mas que o orientador, um grande amigo.

RESUMO

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. **O papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense:** uma análise a partir das Regiões de Influências das Cidades entre os anos de 1966 e 2018. 2023. 247 f. Tese de Doutorado em Geografia – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Na presente tese analisaremos o papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense com base nas edições da REGIC, desenvolvidas pelo IBGE, sendo a primeira edição em 1966 e a última no ano de 2018. O município em tela se localiza na Região de Governo das Baixadas Litorâneas no estado do Rio de Janeiro, na nova proposta regional do IBGE para o país, Cabo Frio se estabelece como uma Região Imediata. Esta tese está dividida em quatro capítulos, entre títulos e subtítulos, no primeiro momento é estabelecida uma análise sobre as edições das regiões de influência das cidades e a construção da rede urbana brasileira ao longo do século XX e início do XXI, com isso foi possível observar o papel do estado do Rio de Janeiro e sua respectiva metrópole na rede urbana nacional. No segundo capítulo temos uma abordagem dos fatos que permitem o entendimento da construção territorial de Cabo Frio, neste momento analisaremos a relação ser humano e natureza, sendo fundamental para as atividades econômicas que se sucederam ao longo dos anos, começando pela pesca, salicultura, a atividade turística e, por último, atividade petrolífera. No capítulo três desta tese, dedica-se inteiramente com a atual organização socioespacial de Cabo Frio, analisando as transformações impostas pelo turismo a partir dos anos de 1980, principalmente. Também é importante destacar o papel de Cabo Frio na cadeia produtiva do petróleo, através da presença do Aeroporto Internacional de Cabo Frio. No último capítulo é abordada a centralidade de Cabo Frio na rede urbana fluminense a partir de 1966, exercendo influência direta nos municípios de São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios. As reflexões suscitadas por esta tese apontaram que o espaço do município em tela sofreu alterações socioeconômicas que culminaram transformações no território cabo-friense, permitindo exercer um papel central em sua área de influência e mantendo-se subordinada a metrópole fluminense.

Palavras-chave: Cabo Frio; rede urbana; centralidade; regiões de influência; turismo.

ABSTRACT

ROCHA, Antonio Carlos Lessa da. **The role of Cabo Frio in the urban network of Rio de Janeiro:** an analysis based on the Regions of Influence of the Cities between the years 1966 and 2018. 2023. 247 f. Tese de Doutorado em Geografia – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

In this thesis, we will analyze the role of Cabo Frio in the Rio de Janeiro urban network based on the REGIC editions, developed by the IBGE, the first edition being in 1966 and the last one in 2018. The municipality in question is located in the Baixadas Litorâneas Government Region in the state of Rio de Janeiro, in the new IBGE regional proposal for the country, Cabo Frio is established as an Immediate Region. This thesis is divided into four chapters, between titles and subtitles, in the first moment an analysis is established on the editions of the regions of influence of the cities and the construction of the Brazilian urban network throughout the 20th century and the beginning of the 21st, with that it was possible observe the role of the state of Rio de Janeiro and its respective metropolis in the national urban network. In the second chapter we have an approach to the facts that allow the understanding of the territorial construction of Cabo Frio, at this moment we will analyze the relationship between human beings and nature, being fundamental for the economic activities that have taken place over the years, starting with fishing, saliculture, tourist activity and, lastly, oil activity. In chapter three of this thesis, he dedicates himself entirely to the current socio-spatial organization of Cabo Frio, analyzing the transformations imposed by tourism from the 1980s, mainly. It is also important to highlight the role of Cabo Frio in the oil production chain, through the presence of Cabo Frio International Airport. The last chapter discusses the centrality of Cabo Frio in the Rio de Janeiro urban network from 1966 onwards, exerting a direct influence on the municipalities of São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo and Armação dos Búzios. The reflections raised by this thesis indicated that the space of the municipality in question underwent socioeconomic changes that culminated in transformations in the Cabo Frio territory, allowing it to play a central role in its area of influence and remaining subordinate to the metropolis of Rio de Janeiro.

Key-words: Cabo Frio; urban network; centrality; regions of influence; tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Níveis de centralidades da rede urbana brasileira (1993).....	53
Figura 2 –	Rede urbana brasileira (2007).....	56
Figura 3 –	Rede urbana brasileira (2018).....	70
Figura 4 –	Distinção dos sistemas lagunares.....	84
Figura 5 –	Localização dos esporões na Lagoa de Araruama.....	87
Figura 6 –	Localização dos esporões na Lagoa de Araruama.....	88
Figura 7 –	Distribuição da precipitação média anual em torno da Lagoa de Araruama.....	90
Figura 8 –	Forte São Mateus – Cabo Frio – RJ.....	95
Figura 9 –	Forte São Mateus – Cabo Frio – RJ (entrada).....	96
Figura 10 –	antiga Fazenda dos Campos Novos – Cabo Frio - RJ.....	97
Figura 11 –	Abastecimento de óleo diesel nas Baixadas Litorâneas – RJ.....	102
Figura 12 –	Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado nas Baixadas Litorâneas-RJ.....	103
Figura 13 –	Embarque e desembarque de pescado nas Baixadas Litorâneas.....	103
Figura 14 –	Fabricação e comercialização de gelo nas Baixadas Litorâneas-RJ.....	104
Figura 15 –	Reparo e manutenção de embarcações e petrecho nas Baixadas Litorâneas-RJ.....	104
Figura 16 –	Mercado Municipal de Peixe de Cabo Frio-RJ.....	106
Figura 17 –	Mercado Municipal de Peixe de Cabo Frio-RJ.....	107
Figura 18 –	Moinho de vento da Refinaria Sal Cisne S/A.....	112
Figura 19 –	Canal Palmer em Cabo Frio – RJ (início do século XX).....	113
Figura 20 –	Desenho esquemático das lanchas de transporte de sal.....	114
Figura 21 –	Embarque de sal nas lanchas na Lagoa de Araruama.....	114
Figura 22 –	Porto do Forno – 1960.....	115
Figura 23 –	Mapeamento das salinas no entorno da Lagoa de Araruama em 1929.....	116
Figura 24 –	Estrutura indústria da Refinaria Nacional de Sal S/A em Cabo Frio.....	119
Figura 25 –	Mapeamento das salinas no entorno da Lagoa de Araruama em 1976.....	120
Figura 26 –	Mapeamento das salinas no entorno da Lagoa de Araruama em 2017.....	125
Figura 27 –	Distribuição das salinas no entorno da Lagoa de Araruama.....	126

Figura 28 –	Salinas ativas da Sal Cisne – Cabo Frio – RJ.....	127
Figura 29 –	Salinas desativadas da Ilha do Japonês – Cabo Frio – RJ.....	128
Figura 30 –	Entrada da antiga Cia. Perynas – Cabo Frio – RJ.....	128
Figura 31 –	Juscelino Kubitschek na inauguração da Companhia Nacional de Álcalis – Cabo Frio – RJ.....	135
Figura 32 –	Companhia Nacional de Álcalis – RJ.....	138
Figura 33 –	Ruínas da antiga Companhia Nacional de Álcalis – RJ (2017).....	139
Figura 34 –	Praia do Forte e entrada do Canal de Itajuru.....	145
Figura 35 –	Praia do Forte (1950).....	145
Figura 36 –	Canal de Itajuru.....	146
Figura 37 –	Canal de Itajuru.....	147
Figura 38 –	Lanchonete Pedra Bonita – Rio Bonito/RJ.....	154
Figura 39 –	Apiário Martins – Rio Bonito/RJ.....	155
Figura 40 –	Restaurante Engenho do Castelo – Rio Bonito/RJ.....	155
Figura 41 –	Uso das margens do Canal de Itajuru.....	161
Figura 42 –	Localização espacial do Forte São Mateus e o bairro da Passagem.....	162
Figura 43 –	Praça central no bairro da Passagem.....	164
Figura 44 –	Restaurante no bairro da Passagem.....	165
Figura 45 –	Restaurante no bairro da Passagem.....	165
Figura 46 –	Hotel Solar do Arco.....	166
Figura 47 –	Pier da Passagem.....	167
Figura 48 –	Boulevard Canal.....	168
Figura 49 –	Praça da Cidadania.....	170
Figura 50 –	Praça das Águas.....	170
Figura 51 –	Calçadão da Praia do Forte.....	171
Figura 52 –	Domicílios de uso ocasional em Cabo Frio.....	177
Figura 53 –	Logradouro do bairro do Foguete.....	178
Figura 54 –	Logradouro do bairro do Portinho.....	178
Figura 55 –	bairro da Ogiva visto pelo bairro da Passagem.....	179
Figura 56 –	bairro da Gamboa visto pelo Canal Boulevard.....	179
Figura 57 –	Entrada da Rua dos Biquínis.....	182
Figura 58 –	Rua dos Biquínis.....	182
Figura 59 –	Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio.....	188

Figura 60 –	Museu do Surf de Cabo Frio.....	189
Figura 61 –	Shopping Park Lagos.....	192
Figura 62 –	Fluxograma do ILC do Aeroporto de Cabo Frio.....	202
Figura 63 –	Faixa do antigo Mercado Municipal de Niterói.....	207
Figura 64 –	Área de Influência do Rio de Janeiro (1978).....	213
Figura 65 –	Área de Influência do Rio de Janeiro (1993).....	217
Figura 66 –	Área de Influência do Rio de Janeiro (2007).....	222
Figura 67 –	Área de Influência do Rio de Janeiro (2018).....	223
Figura 68 –	Região de Influência de Cabo Frio (2007).....	228

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Dimensões de análises das redes geográficas.....	26
Quadro 2 –	Número de centros de nível 2 por região (1966).....	40
Quadro 3 –	Número de centros de nível 3 por região (1966).....	41
Quadro 4 –	Número de centros de nível 4 por região (1966).....	42
Quadro 5 –	Bens e serviços selecionados segundo níveis hierárquicos de oferta (1978)..	43
Quadro 6 –	Intensidade espacial da atuação das metrópoles brasileiras (1978).....	45
Quadro 7 –	Número de centralidades na hierarquia urbana brasileira por região (1978).....	46
Quadro 8 –	Bens e serviços de baixa complexidade (1993).....	49
Quadro 9 –	Bens e serviços de média e alta complexidade (1993).....	49
Quadro 10 –	Níveis de centralidades das cidades brasileiras (1993).....	51
Quadro 11 –	Dimensões das redes de primeiro nível (2007).....	57
Quadro 12 –	Número total de estruturas de apoio à pesca nos municípios das Baixadas Litorâneas – RJ.....	101
Quadro 13 –	Situação das salinas em 2017.....	123
Quadro 14 –	Síntese das principais características da urbanização turística.....	159
Quadro 15 –	Total de domicílios e percentual de domicílios de uso ocasional dos municípios da Região de Governo Baixadas Litorâneas.....	175
Quadro 16 –	Visão de blocos e campos de petróleo – Rio de Janeiro.....	196
Quadro 17 –	Rede de pesquisa verticalizada da Petrobras – Rio de Janeiro.....	198
Quadro 18 –	Intensidade relativa da atuação espacial das metrópoles brasileiras quanto à distribuição de bens e serviços (1978).....	210
Quadro 19 –	Região de Influência de Cabo Frio (1966).....	226
Quadro 20 –	Região de Influência de Cabo Frio (1978).....	226
Quadro 21 –	Região de Influência de Cabo Frio (1993).....	227

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Parque Estadual da Costa do Sol – Cabo Frio/RJ.....	91
Imagem 2 –	Praia do Foguete – Cabo Frio/RJ.....	92
Imagem 3 –	Praia do Foguete – Cabo Frio/RJ.....	92
Imagem 4 –	Duna Boa Vista – Praia do Forte – Cabo Frio/RJ.....	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Região de Governo das Baixadas Litorâneas -RJ.....	81
Mapa 2 –	Distritos do Município de Cabo Frio.....	82
Mapa 3 –	Rodovias no Município de Cabo Frio.....	82
Mapa 4 –	RJ-124 (Via Lagos).....	153
Mapa 5 –	Ligações de Cabo Frio na REGIC (2007).....	229
Mapa 6 –	Ligações de Cabo Frio na REGIC (2018).....	233

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Arranjo Populacional
ANP	Agência Nacional do Petróleo
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INS	Instituto Nacional do Sal
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
REGIC	Região de Influência das Cidades
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TRF	Tribunal Regional Federal
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. ANALISANDO A REDE URBANA BRASILEIRA A PARTIR DAS REGIÕES DE INFLUÊNCIAS DAS CIDADES: DEBATENDO O CONCEITO DE REDES GEOGRÁFICAS.....	22
1.1 Discutindo o conceito de rede.....	23
1.2 Contextualizando a rede urbana brasileira segundo os estudos do IBGE.....	37
1.2.1 <u>Divisão do Brasil em Regiões Funcionais (1966).....</u>	38
1.2.2 <u>Regiões de Influências das Cidades (1978).....</u>	42
1.2.3 <u>Regiões de Influências das Cidades (1993).....</u>	47
1.2.4 <u>Regiões de Influências das Cidades (2007).....</u>	54
1.2.5 <u>Regiões de Influências das Cidades (2018).....</u>	66
2. UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO NO PASSADO.....	80
2.1 Algumas considerações sobre o quadro físico de Cabo Frio.....	83
2.2 Breves apontamentos sobre o processo de ocupação e formação territorial de Cabo Frio.....	93
2.3 O papel da atividade pesqueira.....	98
2.4 A indústria salineira em Cabo Frio: o passado e presente.....	109
2.5 Cabo Frio no contexto da industrialização brasileira no início do século XX: Projeto Cabo Frio (Álcalis).....	129
3. UMA ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE CABO FRIO A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	141
3.1 O início dos loteamentos e o desenvolvimento da atividade turística n Cabo Frio.....	142
3.1.1 <u>Via Lagos (RJ-124).....</u>	152

3.1.2	<u>Urbanização turística em Cabo Frio</u>	156
3.1.3	<u>Dinâmica da segunda residência em Cabo Frio</u>	173
3.2	Fortalecimento do terceiro setor em Cabo Frio	180
3.2.1	<u>A “Rua dos Biquínis” e o desenvolvimento da moda praia: mudança de conteúdo social e econômico</u>	180
3.2.2	<u>Centralidade cultural e esportiva em Cabo Frio</u>	184
3.2.3	<u>O papel do <i>Shopping Center</i> em Cabo Frio</u>	190
3.3	O papel de Cabo Frio na cadeia produtiva fluminense do petróleo	195
4.	O PAPEL DE CABO FRIO NA REDE URBANA FLUMINENSE (1966-2018)	204
4.1	Breve caracterização da rede urbana fluminense	204
4.2	Uma análise de Cabo Frio na rede urbana fluminense a partir das REGIC’s	225
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
	REFRÊNCIAS	239

INTRODUÇÃO

O debate sobre a expansão metropolitana do Rio de Janeiro e como esse fenômeno reconfigurou a dinâmica da rede urbana fluminense se tornaram temas muito importantes nas pesquisas acadêmicas nos últimos anos. Mas devido a sua complexidade, os estudos precisam ser aprofundados, neste sentido esta pesquisa de doutoramento é de fundamental importância para a contribuição do entendimento sobre o fenômeno urbano no referido território, para isso foi estabelecido o recorte espacial no município de Cabo Frio, importante município da Região de Governo das Baixadas Litorâneas, o qual vem passando por importantes transformações socioespaciais.

Esta tese tem como objetivo geral uma compreensão do papel de Cabo Frio na hierarquia urbana fluminense e a centralidade do município em sua área de influência, permitindo ampliar a perspectiva de estudo sobre o espaço geográfico fluminense. Alguns objetivos específicos foram levantados seriam eles: contextualizar o processo de formação e organização territorial cabo-friense; analisar a importância do quadro físico na formação do município; quais elementos históricos e contemporâneos permitiram Cabo Frio se tornar uma centralidade em sua região; como ocorreu a evolução de Cabo Frio como uma centralidade e suas ligações através da REGIC¹.

A seleção do recorte temático para pesquisa em nível de Doutorado se justifica a partir de fatores diversos, sendo acadêmicos e pessoais.

No caráter pessoal, o estudo sobre a organização territorial fluminense sempre foi, desde a graduação, meu principal objeto de estudo. Da graduação até o mestrado utilizei como base empírica dos meus estudos o município de Rio Bonito, que se estabelece na franja periurbana do Rio de Janeiro. Com o intuito de ampliar as minhas pesquisas geográficas para outros municípios fluminenses, foi escolhido Cabo Frio.

Outro ponto a ser ressaltado é que o presente autor desta tese mora no município de Rio Bonito, que já pertenceu a Região de Governo das Baixadas Litorâneas e que hoje se encontra na Região Metropolitana. Rio Bonito possui importantes articulações com Cabo Frio, ambos os municípios estão ligados pela RJ-106 (Via Lagos).

Na perspectiva acadêmica, utilizar o município de Cabo Frio como base

¹ A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - REGIC define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. É nessa pesquisa em que se identificam, por exemplo, as metrópoles e capitais regionais brasileiras e qual o alcance espacial da influência delas.

empírica para as pesquisas, permite trazer um debate muito desenvolvido no final do século XX e início do século XXI que é a conceituação de cidade média e de porte médio. Através de fenômeno da metropolização do espaço e da dispersão industrial, muitas cidades passaram a se tornar importantes nós na rede urbana brasileira.

Tanto a metropolização do espaço quanto a dispersão industrial, ocorreram no território fluminense, devido a isso Cabo Frio passou a receber grandes fluxos de pessoas, mercadorias e capitais. A partir destes fatos esta pesquisa tenta responder e comprovar se o município em tela pode ser considerado uma importante centralidade na hierarquia urbana fluminense.

O caminho da investigação selecionado para a presente pesquisa será o da lógica da verificação, visto que o objeto de estudo não é conhecido em sua totalidade pelo pesquisador (RIBEIRO, 2013). Isto se deve ao nível de complexidade que existe no debate em relação às cidades médias, principalmente para o estado do Rio de Janeiro, sendo uma das menores Unidades da Federação e tendo uma das metrópoles nacionais, segundo o REGIC (2018), com forte centralidade no território fluminense.

Como apontado anteriormente, a metrópole do Rio de Janeiro possui forte influência no território fluminense e parte de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo. Devido a essa forte centralidade na rede urbana, o papel de algumas centralidades fluminenses podem acabar sendo limitadas territorialmente pelas razões apresentadas, visto isto, a pesquisa possui como questão central: qual é o papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense? Algumas questões secundárias acabam sendo elaboradas para a complementação da pesquisa, a saber:

a) Como ocorreu o processo de formação e organização territorial de Cabo Frio?

Esta questão tem como objetivo responder como Cabo Frio se posicionou no processo de ocupação territorial português no Rio de Janeiro, sabendo que a mesma possuiu uma feitoria e ainda consta a presença do Forte São Mateus, fixos de grande importância na ocupação e proteção da colônia. O papel que exerceu Cabo Frio na constituição municipal e sua importância nas Baixadas Litorâneas e as relações estabelecidas com outras Regiões de Governo e a Metrópole fluminense.

b) Como Cabo Frio exerce a sua centralidade em sua área de influência?

Esta questão visa responder a capacidade de centralidade que Cabo Frio possui através dos serviços (incluindo o comércio), principalmente, e de sua atividade industrial. Sabemos que o município é um dos principais destinos turísticos do estado, consta a presença de um grande *shopping center* e um aeroporto internacional, fatores que podem estabelecer Cabo Frio como um importante nó na rede urbana fluminense.

Em relação a sua capacidade industrial, constam alguns fatos pretéritos que podem ajudar a entender como Cabo Frio construiu sua centralidade, nas quais destacamos as antigas salinas e a Álcalis, embora o antigo parque industrial da empresa estatal esteja no município de Arraial do Cabo, por quase todo o período de operação da empresa, o referido município era distrito de Cabo Frio. Cumpre explicitar que atualmente a referida indústria encontra-se paralisada. As salinas também tiveram no passado seu destaque, mas ainda possuem importantes marcas na paisagem, com a presença da Sal Cisne S/A.

Em um primeiro momento, nos concentramos no levantamento bibliográfico com o intuito de aprofundar a fundamentação teórica acerca da temática contemplada no trabalho. Para essa etapa fizemos uso das obras de autores que tiveram como centro de suas discussões as cidades médias, rede urbana e metropolização do espaço.

Elencamos algumas fontes e procedimentos com o intuito de realizar nosso desejo no tocante a produção de informações referentes ao recorte espacial selecionado. Quanto as fontes, as obras do IBGE estão como uma das principais bases de estudos para a elaboração desta tese, será levantando dados relativos aos Censos Demográficos do IBGE, desde o de 1970 até o mais recente (2010), para o município de Cabo Frio.

Outra obra importante são as REGIC's (Regiões de influência das cidades) de 1966 até 2018, estas obras do IBGE desenvolvem os níveis das hierarquias e dos vínculos entre as cidades, bem como a delimitação das áreas de influência. Como o estudo da rede e hierarquia urbana é de vital importância nesta tese, as referidas obras nos permitem um estudo comparativo e sendo capaz de posicionar o município de Cabo Frio na rede urbana fluminense.

Outro dado do IBGE que é de vital importância para responder a questão central e manter a pesquisa atualizada até a data de publicação da tese, será analisada a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua que visa acompanhar as variações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Neste caso delimitaremos as informações apenas para Cabo Frio, nosso recorte espacial.

Para ampliar a base de dados e buscarmos a resposta da questão central, o Cadastro Central de Empresas – CEMPRE do IBGE será de grande importância. Esta base de dados é formada por empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais formalmente constituídas, registradas no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Como caráter comparativo, será utilizado os dados referentes aos anos de 2010 e 2018, o último publicado até a presente data.

Recorremos, também, aos dados do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro) através dos Estudos Socioeconômicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro como forma de construir um quadro econômico do município de Cabo Frio. Este trabalho do TCR-RJ apresenta uma evolução de uma série de indicadores, como educação, saúde, trabalho e renda, gestão, economia e finanças municipais, demografia, governo eletrônico e meio ambiente dos municípios fluminenses. Para responder a questão central desta tese, foi escolhido um recorte temporal de 2010 até 2020 para Cabo Frio.

Na busca de contextualização geográfica de nosso recorte espacial e sua inserção na rede de centralidades fluminense, se fará necessária a análise de dados que contemplem esses espaços. Nesse sentido, utilizaremos dados de fontes de pesquisa teórica e empírica da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), da Prefeitura Municipal de Cabo Frio, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), Agência Nacional do Petróleo (ANP) e entre outras bases de dados, como fontes jornalísticas.

Seguindo através da lógica da verificação, como parte da operacionalização desta tese através dos dados coletados pelas fontes apontadas anteriormente e outras que possam surgir ao longo da pesquisa serão analisados de forma qualitativa e quantitativa. Com dados quantitativos serão elaborados mapas, tabelas e quadros, e os roteiros de entrevistas se estabeleceram como parte da pesquisa qualitativa.

Os trabalhos de campo foram realizados entre os anos de 2021 e 2022, foram

entrevistados munícipes e pessoas que se deslocam para Cabo Frio, representantes da prefeitura, servidores públicos, comerciantes e outros trabalhadores que se estabelecem no município em tela. Foram visitados alguns fixos considerados de vital importância para o entendimento do papel de Cabo Frio na rede urbana fluminense.

Posto isto, podemos afirmar que o município de Cabo Frio passou por importantes transformações na sua organização espacial. São transformações que conduziram Cabo Frio a um papel de destaque na rede urbana fluminense nos dias atuais, destacando-se como produtor de pescado, processos de segunda residência e a urbanização turística, e o recebimento dos *royalties* de petróleo, permitindo o município em tela exercer uma centralidade em sua região de influência, como é apontado pelos estudos do IBGE através das REGIC's.

Esta tese está estruturada em quatro capítulos e subtítulos. O primeiro é intitulado por 'Analisando a rede urbana brasileira a partir das regiões de influências das cidades: debatendo o conceito de redes geográficas', tem por objetivo central promover uma análise sobre a organização da rede urbana brasileira, a partir dos estudos elaborados pelo IBGE com a REGIC, entre os anos de 1966 e 2018. Sendo subdividido em dois pontos, no primeiro, trataremos de analisar o debate estabelecido para com as redes geográficas. O segundo ponto tratará de uma análise detalhada da organização da hierarquia urbana a partir das edições da REGIC.

O capítulo dois é intitulado por 'Uma análise socioespacial do município de Cabo Frio no passado', este capítulo possui o objetivo principal apontar o desdobramento histórico do município como uma centralidade no estado do Rio de Janeiro, ao abordar, brevemente, os aspectos naturais, tentaremos demonstrar que as atividades socioeconômicas desenvolvidas em Cabo Frio estão diretamente associadas ao seu quadro físico, com destaque para a pesca e a salicultura. O terceiro capítulo tem como objetivo central é analisar as transformações impostas com o fortalecimento do turismo e atividades do terceiro setor, sendo intitulado como 'Uma análise da dinâmica socioespacial de Cabo Frio a partir da segunda metade do século XX', trataremos de analisar como as dinâmicas ligadas atividades turísticas modificaram a organização espacial do município em tela.

Por último, o capítulo quatro tem como objetivo específico desenvolver uma análise da evolução de Cabo Frio na rede urbana fluminense, tendo por base as

REGIC's. Neste capítulo buscamos caracterizar a organização total da rede urbana fluminense e analisar as ligações estabelecidas por Cabo Frio entre os anos de 1966 e 2018, permitindo a construção de sua área de influência.

Ao finalizar com as considerações finais, será possível observar as respostas encontradas para as questões apresentadas que permitiram o desenvolvimento da pesquisa para a elaboração desta tese. É importante salientar que não é uma pesquisa que se encerra apenas com esse trabalho, novas questões são produzidas para aprofundar o debate sobre o papel de Cabo Frio e a dinâmica da rede urbana fluminense.

1. ANALISANDO A REDE URBANA BRASILEIRA A PARTIR DAS REGIÕES DE INFLUÊNCIAS DAS CIDADES: DEBATENDO O CONCEITO DE REDES GEOGRÁFICAS

Os estudos elaborados sobre as redes dentro da Geografia se tornaram importantes categorias de análise do espaço geográfico desde o início do século XX, sendo considerada uma verdadeira perspectiva de análise da realidade. Os debates sobre o espaço urbano muitas vezes foram pautados pelos conceitos de rede e hierarquia urbana, esse viés teve grande importância nos anos de 1960 e 1970 nos estudos geográficos (SOUZA, 2013).

O período histórico apontado no parágrafo anterior sobre o desenvolvimento dos estudos sobre as redes na Geografia coincide com o pleno avanço do sistema capitalista e das suas técnicas pelo mundo. Entre o final do século XIX e início do século XX, a divisão internacional do trabalho se tornou mais complexa e as redes foram propulsoras do referido modelo.

Reforçando esta observação, Corrêa (2012, p. 203) explica que:

As redes geográficas tornaram-se mais numerosas e cerradas a partir da segunda metade do século XIX. O desenvolvimento do capitalismo industrial necessitou e gerou novas demandas que suscitaram novos meios pelos quais as redes geográficas tornaram-se mais densas e eficientes, superando progressivamente o espaço pelo tempo. Instantaneidade e simultaneidade, que nos dias atuais caracterizam parte do funcionamento das redes geográficas, são o capítulo atual de uma história que não se concluiu.

Nesse contexto, Dias (2009) faz uma abordagem importante de como o avanço das técnicas, principalmente nos transportes e comunicação, permitiu que o mundo, a partir do século XIX, acelerasse as trocas comerciais e as redes foram se tornando essenciais para o desenvolvimento do capitalismo. À medida que novas técnicas surgiram mais o mundo se conectava: “todas estas inovações, fundamentais na história do capitalismo mundial, doravante sulcados por linhas e redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e informações” (DIAS, 2009, p. 142).

O atual estágio da globalização viabilizou a aceleração de inovações técnicas que permitiu uma maior instantaneidade das redes de telecomunicações, promovendo o que Harvey (2008) denominou de “compressão tempo-espaço”. Por esse fator, os

estudos sobre as redes ganharam importância e no Brasil uma grande referência nessa área foi o professor Roberto Lobato Corrêa em conjunto com a Coordenação de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, o capítulo tem como objetivo central trazer a uma análise sobre a organização da rede urbana brasileira, a partir dos estudos elaborados pelo IBGE com as Regiões de Influência das Cidades (REGIC). Sendo subdividido em duas partes, na primeira, analisaremos o debate estabelecido sobre o conceito de redes geográficas; na segunda parte, analisaremos detalhadamente a organização da hierarquia urbana a partir das edições da REGIC.

1.1. Discutindo o conceito de redes geográficas

A discussão sobre o conceito de rede não é recente e nem sua capacidade de compreender a organização territorial do espaço geográfico. A partir do século XIX, vários autores produziram importantes contribuições sobre as redes, pois ela se tornaram importantes para compreender a dinâmica do mundo capitalista.

Para Ribeiro (2001), a partir de Corrêa (1997), o desenvolvimento dos estudos e discussões sobre as redes geográficas apresentam alguns pontos importantes que devem ser considerados. O primeiro é a organização espacial que se revela, de um lado, a partir de elementos fixos (produzidos do trabalho social) e, de outro lado, por meio dos fluxos que garantem as interações entre os fixos, sendo que essas interações originam as redes. O segundo elemento é o de que as redes se materializam ou não no espaço, ocorrendo fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações. Para isso, podemos recorrer a uma rede de transporte e a *internet*, como redes materiais e imateriais, respectivamente. O terceiro ponto é a diferenciação dos fluxos, de acordo com seus níveis, intensidades e orientações, sendo resultado de uma complexa divisão do trabalho e maior diversificação. A ampliação do fenômeno de globalização, promovendo um aumento da circulação e da comunicação, responsáveis por novas hierarquias e especializações na rede seria o quarto ponto a ser analisado em um estudo científico. O quinto elemento diz respeito à existência de numerosas, complexas e desiguais redes geográficas que tornaram a organização espacial fragmentada e articulada. O penúltimo aspecto entende que, se as redes são desiguais, os lugares e os indivíduos participam desse

sistema-mundo também de forma desigual, e só aqueles mais importantes e hegemônicos transitam em várias redes e utilizam outros territórios. Por último, existe uma simultaneidade de redes, que se manifestam, principalmente, em complexas redes urbanas, nas quais os centros podem assumir papéis diferenciados, especializados e/ou hierarquizados.

De acordo com Dias (2009), um dos primeiros a iniciar a discussão sobre rede foi o filósofo e economista francês Saint-Simon (1760-1825). Baseado no socialismo planificador e tecnocrático, o filósofo francês entendia que a sociedade poderia ser organizada por cientistas e industriais na qual o território seria conectado dentro de uma lógica racional da indústria. A transição entre os séculos XVIII e XIX marcava a industrialização e urbanização dos países europeus. Segundo Souza (2013), as ideias de rede de Saint-Simon, mencionadas por Dias (2009), embasaram o que ficou conhecido como “redes técnicas”: “designando-se por isso, basicamente, as redes de infraestruturas técnica: de redes de abastecimento de energia até redes viárias, passando por redes de esgotamento sanitário d’água, de telecomunicações etc.” (SOUZA, 2013, p. 164).

Como aponta Dias (2009), a intensificação e diversificação das redes, não importa a escala de análise, se tornou condição fundamental para a compreensão do desenvolvimento e circulação de tecnologia, capitais e matéria-prima. À medida que o sistema capitalista tem se globalizado, mais são aprimoradas as técnicas que permitem as redes se conectarem com os diversos locais no mundo.

O texto de Raffestin (2011) se configura como uma outra grande referência clássica sobre o tema. Para o autor, as redes possuem uma capacidade de adaptação as variações espaciais e temporais, sendo móveis e inacabadas: “A rede faz e desfaz as prisões do espaço tornando território: tanto libera como aprisiona. É porque ela é um ‘instrumento’, por excelência, do poder” (RAFFESTIN, 2011, p. 183). É possível entender dessa citação que o autor observava a construção das redes como um mecanismo de superação de possíveis barreiras impostas ao território, mas é fundamental observar quem controla a dinâmica dos fluxos. Pois, o controle da rede promove uma relação de dominação entre diferentes territórios. Ainda segundo Raffestin (2011), os fluxos de mercadorias, capitais, pessoas e informações implicam a existência de redes. O primeiro objetivo de uma rede é a conexidade (qualidade de conexão), os nós de uma rede são os locais de conexões, ou seja, localidade que possuem poder, referência e centralidade.

Dias (2009) menciona outros dois autores franceses que também compreendiam

as redes atreladas ao poder, Henri Lefebvre e Paul Claval. Lefebvre aponta as redes como mecanismo de passagem do espaço ao território, e o Paul Claval “ilustra o papel da rede como instrumento de poder” (DIAS, 2009, p. 147).

A discussão acadêmica sobre o conceito de redes geográficas ganhou muita força dentro da visão metodológica da Nova Geografia, onde os estudos das redes se tornaram parte da noção de sistemas. Os geógrafos que usaram esta metodologia entendiam o espaço geográfico na sua dimensão matemática, com isso passaram a compreender a rede de forma semelhante ao sistema de coordenadas geográficas na cartografia (DIAS, 2007).

De acordo com Dias (2009), os estudos sobre as redes passaram a ter grande importância com o advento das novas tecnologias de informação, construindo verdadeiras “sociedades da informação”. Castells (2000) é outro autor que desenvolve o conceito de rede e seu comportamento na sociedade globalizada. O autor trabalha com uma ideia de rede ancorada numa sociedade na era da informação, criando o que se chama de “sociedade em rede”: “Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada” (CASTELLS, 2000, p. 566). Esse trecho pode ser exemplificado com o funcionamento das bolsas de valores que negociam as ações de grandes empresas transnacionais 24 horas por dia.

Seguindo com a proposta de Raffestin (2011), Castells (2000) também observa que a organização das redes no espaço geográfico também é uma forma de configuração das relações de poder. Sendo a rede um conjunto de nós conectados entre si, a importância que um nó vai ter na rede é determinada pela sua centralidade e, conseqüentemente, o poder de influência nas decisões da sociedade. Com isso, entendemos a dinâmica da hierarquia urbana, a importância de uma cidade é observada pela sua centralidade na rede, identificando sua área de influência e a concentração decisões que partem de seu território.

Segundo Corrêa (1997), uma rede pode ser entendida como um conjunto de localidades geográficas conectadas entre si através de ligações. As localidades podem ser entendidas como os fixos no espaço e as ligações como os diversos tipos de fluxos (materiais e imateriais). É importante salientar que os fluxos utilizam as redes técnicas (elétrica, saneamento, rodovias, cabos, ferrovias etc.) para promover a movimentação dentro da rede.

De acordo com Corrêa (2012), as redes geográficas podem ser identificadas

como redes sociais, pois são construções humanas. Mas nem todas as redes sociais podem ser consideradas geográficas, é necessária a espacialização da rede para se tornar geográfica.

Ela se torna geográfica quando nós a consideramos em sua espacialidade. A rede em tela está, de fato, espacializada, mas nem sempre a consideramos sob esse ângulo. A passagem de uma rede social para uma rede geográfica se dá quando assim a consideramos, a despeito de sua necessária espacialidade, expressa em localizações qualificadas, e com interações espaciais entre elas (CORRÊA, 2012, p. 201).

Podemos exemplificar como uma rede social se torna geográfica através das universidades. Quando analisamos uma rede de pesquisa, ela vai se tornar geográfica quando observamos as localidades dos laboratórios, o hipotético estudo pode ser iniciado em universidades no município de São Paulo em parceria com universidades do Rio de Janeiro, que enviam amostras para universidades na Europa. Com esse exemplo, espacializamos uma rede que a princípio não era geográfica.

Uma observação importante apontada por Corrêa (2012), nos chama atenção pelo fato que nem toda rede que aparentemente seja espacializada pode ser considerada uma rede geográfica. Temos como exemplo uma rede fluvial, quando consideramos apenas as leis naturais para compreender a referida rede, ela não se caracteriza como geográfica, mas natural. Quando utilizamos a rede fluvial para entender, por exemplo, a produção de energia podemos considerá-la geográfica. Para uma rede ser considerada geográfica, além de ser espacializada, é preciso observar o ser humano como um agente transformador do espaço geográfico, indo além das leis naturais.

Segundo Corrêa (1997), é preciso seguir algumas dimensões de análise para desenvolver o estudo sobre as redes geográficas: 1) deve-se observar a dimensão organizacional da rede, ou seja, seu arranjo interno; 2) analisar o tempo e a velocidade com que os fluxos se estabelecem na rede; e 3) visualizar as marcas da rede no espaço.

No Quadro 1 observamos como cada dimensão de análise desenvolve outras especificações que devem ser consideradas nos estudos das redes geográficas, de acordo com Corrêa (1997):

Quadro 1: Dimensões de análises das redes geográficas

Redes analisadas segundo:		Especificação
Dimensão organizacional	Agentes Sociais	Estado; empresas; instituições; grupos sociais.

	Origem	Planejada; espontânea.
	Natureza dos fluxos	Mercadorias; pessoas; informações.
	Funções	Realização; suporte.
	Finalidade	Dominação; acumulação; solidariedade.
	Existência	Real; virtual.
	Construção	Material; imaterial.
	Formalização	Formal; informal
	Organicidade	Hierárquica; complementariedade.
Tempo	Duração	Longa; curta.
	Velocidade dos fluxos	Lenta; instantânea.
	Frequência	Permanente; periódica; ocasional.
Espacial	Escala	Local; regional; nacional; global.
	Forma Espacial	Solar; dendrítica; circuito; barreira.
	Conexão	Interna; externa.

Fonte: Adaptado de Corrêa (1997).

No Quadro 1 notamos uma grande quantidade de variáveis que são necessárias ao desenvolver um estudo sobre as redes geográficas. Justificada pela grande complexidade que o sistema capitalista possui em uma sociedade cada vez mais globalizada. Segundo Corrêa (2012), as redes geográficas (formas espaciais) são resultados da relação complexa entre estrutura, função e processo (categorias indissociáveis desenvolvidas por Milton Santos). As redes também são meio e condição para a reprodução das estruturas, funções e processos: “é nesse sentido que se torna importante o estudo das redes geográficas, enquanto formas espaciais” (CORRÊA, 2012, p. 206).

Corrêa (2012) reconhece diferentes arranjos das redes no espaço, sendo eles: solar, dendrítico, christalleriana, axial, circular e de múltiplos circuitos. Como tipos

ideais, segundo o autor, não podemos considerá-las de forma determinista, mas elas contribuem de forma clara para compreender a organização da sociedade. A rede solar possui uma característica de forte concentração em uma cidade principal frente às demais cidades secundárias. A dendrítica se assemelha a rede fluvial, sendo a distribuição e fluxo muito análogo a uma bacia hidrográfica e tendo sua principal cidade como a “foz”, ou seja, a principal localidade de escoamento. A rede christalleriana se caracteriza pela constituição de uma hierarquia entre os centros, algumas cidades sendo mais centrais que outras. A rede axial se estabelece como um modelo de circulação linear, enquanto a circular não desenvolve aparentemente uma hierarquia de circulação. Por último, as redes de múltiplos circuitos são as mais complexas, sendo típicas de áreas industriais tendo elevado grau de urbanização e divisão territorial do trabalho: “Os centros de rede diferenciam-se segundo a posição na hierarquia de lugares centrais e segundo as especializações produtivas que apresentam” (CORRÊA, 2012, p. 207).

Segundo Corrêa (2012), a teoria dos grafos se tornou um instrumento útil para demonstrar características de uma rede geográfica. Trata-se de uma teoria desenvolvida na década de 1930, a partir das formulações do matemático Euler no século XVIII. Um grafo pode ser entendido como um conjunto de nós, conectado por um conjunto de ligações. Essa teoria oferece importantes considerações para o estudo das redes geográficas, destacamos os índices gama e alfa, que medem o grau de integração geral da rede. O primeiro indica o percentual de ligações existentes em relação aos números possíveis de ligações, e o segundo considera a percentagem de circuitos em relação ao número de circuitos possíveis (CORRÊA, 2012).

De acordo com Corrêa (2012), a rede urbana é a mais importante e complexa de todas as redes geográficas desenvolvidas pelo ser humano. Como as cidades se tornaram o epicentro do capitalismo mundial e devido à complexidade desse sistema, o estudo da rede urbana promove uma análise de diversas variáveis da sociedade capitalista. Por meio das vantagens locais diferenciadas, dentro do espaço urbano ocorre um processo de hierarquização, que é um reflexo da divisão territorial do trabalho e caracteriza cidades industriais, centros políticos e administrativos, portuária, etc. (CORRÊA, 1988). A esse respeito, Corrêa (1988, p. 111) nos diz que:

A rede urbana é, também, uma condição para a divisão territorial do trabalho. A cidade em suas origens constituiu-se não só em uma expressão da divisão entre trabalho manual e intelectual, mas, também, em um ponto no espaço geográfico que, através da apropriação de excedentes agrícolas, passou de certo modo a controlar a produção rural. Este papel de condição é mais tarde transmitido ampliadamente à rede urbana: sua gênese e evolução verificam-

se na medida em que, de modo sincrônico, a divisão territorial do trabalho assumia progressivamente, a partir do Século XVI, uma dimensão mundial.

Portanto, são as funções presentes nas cidades e articuladas entre si, que fazem a rede urbana ser um condicionante para a divisão territorial do trabalho: “Através dela torna-se viável: a) produção das diversas áreas agropastoris e de mineração, assim como sua própria produção industrial; b) a circulação entre elas; e c) o consumo nelas” (CORRÊA, 1988, p. 111).

É possível notar através da rede urbana capitalista, a grande capacidade de interação entre as cidades, mas ao mesmo tempo o nível de desigualdade entre elas. Através de estudo da rede urbana é possível identificar a heterogeneidade promovida pelo sistema capitalista no espaço geográfico. De acordo com Corrêa (1988, p. 111), a hierarquia desenvolvida pela rede urbana se inicia através do acúmulo de capital nas metrópoles, tendo a capacidade de concentrar “as decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente, criando e transformando, constante e desigualmente, - de acordo com uma dinâmica interna ao capitalismo - atividades e cidades”. Corrêa (1988) conclui que é através da descrição e a compreensão da divisão territorial do trabalho que devemos direcionar nossos estudos sobre a classificação funcional das cidades, não sendo considerada um fim, mas um meio para as pesquisas da rede urbana.

Ribeiro (1997, p. 65) define a rede urbana como sendo “uma forma espacial através da qual se realiza a criação, a apropriação e a circulação de excedentes sob a égide do capitalismo e suas contradições socioespaciais”. A rede urbana não pode ser vista como algo estático, podendo ser alterada a sua forma e função de acordo com os atores que controlam determinada rede. O autor destaca que os fixos que fluxos são importantes para a configuração da rede urbana. Sendo os fixos resultados de construções do trabalho social humano e os fluxos sendo o responsável pela interação e comunicação entre os fixos.

Ao iniciar um estudo sobre rede urbana, uma das teorias mais consolidadas na Geografia é a Teoria das Localidades Centrais elaborada em 1933, por Walter Christaller. Sua teoria parte de uma análise econômica, descrevendo a distribuição, tamanho e a quantidade de núcleos povoados que possuíam funções centrais, tornando uma localidade central. O que se entende por função central é a capacidade de serviços e comércio de atrair a população externa ao núcleo central, seja nas áreas rurais ou em centros urbanos vizinhos. Uma localidade central concentra funções, polariza sua área

de entorno, de modo que as pessoas se desloquem para adquirir os bens e serviços que somente estão disponíveis naquele núcleo (BESSA, 2012).

Segundo Bessa (2012), Christaller desenvolve sua teoria ao observar a forte evolução da centralidade das cidades, principalmente, após a Revolução Industrial. A capacidade expansiva do capitalismo industrial permitiu uma ampliação de uma rede técnica, o que fez a cidade caracterizar-se de forma hierarquizada e proporcionando uma subordinação de centros menores a centros maiores, tal fato possibilitou uma ampliação da divisão social, técnica e territorial das cidades.

Bessa (2012) afirma que, além da ampliação da hierarquia entre centros urbanos, tal organização das cidades também permitiu uma expansão do domínio do urbano sobre o rural. A Teoria das Localidades Centrais permitiu a observação da construção de uma divisão territorial do trabalho numa escala interurbana. Isso nos faz pensar que a rede urbana não deve ser pensada apenas na articulação entre as cidades, mas também na relação campo-cidade.

A teoria parte de alguns princípios, quando uma cidade é caracterizada como uma localidade central, estamos considerando-a com uma capacidade de centralidade sobre sua área de entorno. À medida que encontramos bens e serviços de diversas naturezas, valores e disponibilidade, cada função urbana possui um alcance espacial, o que caracteriza a distância máxima que a população vizinha percorre até o núcleo central para adquirir o bem e/ou serviço ofertado. Caso a distância e o tempo de deslocamento seja muito grande, o que se torna economicamente inviável, a população passa a convergir para outras localidades centrais na rede urbana (BESSA, 2012).

Através deste alcance espacial, determinamos a área de influência da cidade, também conhecida como hinterlândia. Quanto maior a quantidade, disponibilidade e diversidade de bens e serviços ofertados, maior será a centralidade de uma cidade. Uma centralidade alta significa uma maior capacidade de atração populacional para seu território, caracterizando uma maior área de influência e uma posição mais alta na hierarquia urbana (BESSA, 2012).

A partir destas características, definimos a formação de uma hierarquia urbana das cidades, classificando-as através das suas funções e alcance espacial. Esta hierarquia parte das funções mais simples, que estão presentes por inteiro na rede urbana, as funções de média complexidade que são encontradas nas cidades médias ou de porte médio, e por último, as funções de grande complexidade que são exclusivas da metrópole.

Um estudo com base na Teoria das Localidades Centrais analisa a cidade partindo da hierarquia urbana e do alcance espacial, como elementos de cobertura territorial: “na medida em que toda área do território fará parte de uma zona de influência, quer no nível elementar de um centro local, quer sendo abarcada pela hinterlândia de uma metrópole, passando pelas cidades médias e estabelecendo um encaixamento das áreas de influência” (IBGE, 2020, p. 69). Entende-se que as cidades de maior hierarquia, devido sua ampla área de influência, absorvem a hinterlândia dos centros de hierarquia inferior na rede urbana e todas são absorvidas pela metrópole.

Mesmo a Teoria das Localidades Centrais sendo muito utilizada para os estudos da rede urbana, a mesma sofreu algumas críticas ao longo dos anos. Uma delas seria a ideia que a estrutura da hierarquia urbana possui um caráter estático, não sendo um processo evolutivo, e a outra crítica importante se dá pelo princípio de que essas economias de aglomeração existem *a priori*. Christaller teria fundamentado as análises a partir de uma completa descrição do comportamento da rede urbana no momento da sua pesquisa, sem levar em consideração os processos que levaram a ter aquela forma (PUMAIN, 1997 apud IBGE, 2020).

Estas críticas à teoria de Christaller resultaram na ideia de que a rede urbana seria produto da interação entre diversos agentes econômicos, indivíduos, empresas, agências estatais, grandes companhias, habitantes, dentre outros, no nível microeconômico. A cidade seria o local de abrigo destes agentes que por meio de suas interações individuais - que caracteriza uma rede sem uma autoridade central -, formaria uma grade de possibilidade de diversas conexões dentro da rede (PUMAIN, 1997 apud IBGE, 2020).

Mesmo se houver um ator hegemônico, como um Estado impondo regras ou atuando fortemente, ele será apenas mais um ator funcionando em meio a uma nuvem de interações. O resultado, a estrutura da rede, é o produto involuntário dessas relações múltiplas dos incontáveis agentes, cada qual com sua estratégia própria de atuação, mas com seu agregado levando à forma final do sistema (IBGE, p. 70, 2020).

Ainda de acordo com Pumain (1997 apud IBGE, 2020) o sistema de cidades se encontra em um aparente equilíbrio, mas está se transformando por meio de processos dinâmicos internos e externos. A rede urbana está constantemente se ajustando de acordo com a conjuntura econômica que o país vivencia, ao surgimento de inovações, as mudanças estratégicas dos atuais atores e também ao aparecimento de novos atores no sistema.

Outra teoria complementa possíveis questionamentos deixados pela teoria de Christaller, conhecida como a Teoria dos Fluxos Centrais, elaborada por Peter Taylor. As cidades devem ser analisadas por suas relações hierárquicas, como na Teoria das Localidades Centrais, e por articulações não-hierárquicas. As cidades possuem o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua área próxima, mas fazem parte de um conjunto de articulações de longa distância, que se conectam de forma seletiva, essas duas formas de articulação é parte constituinte da essência das cidades (SILVA; O'NIELL; SOUZA, 2019).

Peter Taylor analisa as articulações entre os centros urbanos de duas formas: primeiro, o que ele chama de *town-ness*, e em segundo, temos as *city-ness*. A partir destas duas características podemos analisar o grau de importância que a cidade vai exercer na hierarquia urbana, pois será identificada a forma com que cada centro articula seus fluxos a outros centros, maiores ou menores (SILVA; O'NIELL; SOUZA, 2019).

O que Taylor vai designar por *town-ness* é o fato quando o centro urbano para polarizar sua região, suas articulações são mais intensas com outros centros em sua hinterlândia. Nesta categoria, são identificados os centros menores em que a contiguidade das conexões são muito importantes, as distâncias percorridas pelas pessoas para o consumo de bens e serviços são curtos: “São relações entre os centros urbanos que se modelam como hierarquias de caráter local, não dinâmico e tendendo à estabilidade” (IBGE, 2020, p.70).

A classificação de Taylor muito se assemelha a perspectiva desenvolvida por Christaller na Teoria das Localidades Centrais, pois as conexões entre os centros ocorrem por uma certa lógica de fluxos, de um centro maior para um centro menor. Mas, quando analisamos as articulações entre as cidades na globalização contemporânea, percebemos a possibilidade de novos fluxos e que eles podem ocorrer de forma não hierárquica, Taylor classificou esses centros como *city-ness*.

Em geral, quanto maior a cidade, menos é constituída pelo *town-ness* e mais sua economia passa a ser regida pelo segundo tipo de relações externas, o *city-ness*. Esse processo representa o tipo de relação entre as cidades que não necessariamente se comporta de maneira hierárquica. Se faz para além das hinterlândias, se modelando de maneira reticular, não possuindo um efeito de cobertura territorial. As relações são efetivadas pelas atividades urbanas que realizam conexões a longa distância, ligando cidades dos mais variados tamanhos e passando por cima das barreiras espaciais clássicas, como as fronteiras, as divisas, o relevo, a rede hidrográfica e a presença ou ausência de malha viária (IBGE, 2020, p.70).

Esta citação reforça a ideia levantada anteriormente de que a delimitação da área de influência de uma cidade, como também a centralidade, não é definida apenas pelas funções identificadas, deve-se observar a intensidade dos fluxos de procura para uma cidade. As funções não são exclusivas de determinado porte das cidades, pois existem aquelas que são especializadas em algumas funções, dependendo de seu papel na divisão territorial do trabalho. A complexidade atual do papel dos centros urbanos encontra-se não só em suas funções, mas também na intensidade da procura de bens e serviços.

Para uma cidade ser classificada como *city-ness*, seus fluxos, seja complexo ou simples, devem extrapolar a sua hinterlândia. Esses centros urbanos se posicionam no topo da hierarquia urbana e, devido a sua centralidade, seus bens e serviços passam a ter articulações mais longas no território. Quando analisamos a cidade de São Paulo (SP) fica evidente sua característica de *city-ness*, pois na mesma estão localizadas sedes e/ou subsidiárias que atuam por todo território nacional e internacional (IBGE, 2020).

Mais do que possuir quantidade de bens e serviços, uma cidade para ser considerada uma *city-ness* também deve possuir serviços especializados. São esses serviços que fazem as pessoas se deslocarem por grandes distâncias, ultrapassando a hinterlândia do seu centro local maior, fato que justifica essas cidades estarem posicionadas no topo ou mais próximo do topo da hierarquia urbana.

Um dinamismo econômico mais intenso só se faz obrigatoriamente indo além de servir a hinterlândia local, não importando a hierarquia do centro em que se encontre, porque as atividades formam essas redes justamente para buscar os recursos necessários para si onde quer que se encontrem. Então, a vantagem econômica fundamental de uma cidade, além da antiga economia de aglomeração, é possuir uma forte externalidade positiva de redes, isto é, muitas atividades trocando trabalho, conhecimento e recursos com seus congêneres a distância (IBGE, 2020, p.71).

Esta dinâmica na rede urbana apontada por Taylor se deve a construção do atual momento que vivemos na globalização (HARVEY, 2008) em um mundo cada vez mais conectado, onde a comunicação e o transporte permitiram uma compressão tempo-espácio. Portanto, os fluxos entre as cidades podem acontecer de variadas distâncias, dependendo do nível de centralidade que a cidade exerce.

Este fato pode ser entendido no processo de reestruturação produtiva que a indústria iniciou a partir do final dos anos de 1970, pois o papel das cidades na divisão internacional do trabalho foi alterado e, dentro da lógica da globalização, os municípios passaram a ter uma importante relevância na atração dos setores produtivos. Segundo

Santos (1996) e Cano (1997), passamos a ter uma competição entre os municípios que utilizam do seu território como “moedas de troca”, em que os respectivos autores chamaram de “guerra dos lugares” e “guerras fiscais”. Sobre esse assunto, Rocha (2017, p. 3) complementa:

As empresas escolhem seus locais de acordo com o que os municípios podem oferecer de material e informação avançados, isso de acordo com a dimensão técnica. As empresas também esperam uma série de medidas políticas e administrativas dos municípios, os mesmos promovem uma série de políticas fiscais, desde a isenção de impostos à doação de terras, flexibilização das trabalhistas e ambientais. Devido esses fatores os municípios passaram a competir entre si, para ter a maior capacidade de atração, pois aqueles locais que não garantem as determinações exigidas por essas empresas ficarão de fora da estrutura produtiva, ou seja, ficarão à margem desse processo, tornando-se reservas de lugares.

Esta concepção de Taylor permite uma análise interligada das redes. Segundo este modelo, a rede urbana é articulada em três diferentes níveis: 1) o conjunto da rede; 2) os fixos que a compõe; 3) se estabelece nos agentes que constroem a rede, criando as ligações através de empresas e organizações. Este modelo permite uma integração entre as redes de bens e serviços e a rede de gestão (IBGE, 2020).

A metodologia desenvolvida por Taylor para construir sua teoria, parte de uma análise detalhada dos serviços mais especializados presentes nos centros urbanos, por sua capacidade de abrangência global, alto valor agregado e por requererem algum grau infraestrutura nos fixos presentes. A partir da intensidade dos fluxos que cada cidade vai atrair e comandar é possível estabelecer a hierarquia urbana (IBGE, 2020).

Para a consolidação do embasamento teórico desta tese é importante analisarmos as contribuições feitas por Miossec (1976) sobre as redes. Em sua obra de 1976, o autor definiu três tipos de redes que se articulam no espaço, são elas: rede de distribuição, produção, e gestão (RIBEIRO, 2001).

O primeiro tipo de rede analisado por Miossec (1976) (distribuição, difusão), tem fortes relações com o que foi desenvolvido por Christaller na Teoria das Localidades Centrais. Através deste critério de análise foram considerados os graus de centralidade e as respectivas regiões de influência de um determinado número de centros, com isso foi possível determinar a hierarquia urbana, pautado sobre o número, tamanho e difusão das cidades e, conseqüentemente, estabelecendo a distinção entre elas (RIBEIRO, 2001).

Segundo Ribeiro (2001), a natureza da rede urbana é compreendida por meio da sua hierarquia. Isto é, a posição que os centros ocupam em um dado conjunto de

localidades, em decorrência da oferta de bens e serviços, caracterizando-se como uma localidade central, ou seja, um centro é dotado de uma centralidade. Os diferentes níveis de centralidade são estabelecidos pela intensidade dos fluxos, pela disponibilidade de equipamentos funcionais, além do alcance espacial de cada centro. Conclui-se que quanto maior for o número de funções oferecidas pela localidade, maior o grau de centralidade, sua área de influência e o número de consumidores atendidos.

Sobre a hierarquia urbana, Ribeiro (2001, p. 37) disserta:

Segundo a natureza da hierarquia urbana, dois aspectos podem ser identificados. O primeiro refere-se ao nível hierárquico de um centro, pois, quanto maior for, mais distanciado ele estará de um outro de mesmo nível e, portanto, menor será o número de centros de mesmo patamar. Além disso, esse mesmo centro apresentará uma maior área de influência e maior será a população por ele atendida em suas necessidades de consumo de bens e serviços. O segundo aspecto, ressalte-se, diz respeito à relação entre o nível hierárquico e a oferta de bens e serviços na medida em que quanto mais alta for a hierarquia do centro, maior será essa oferta.

O segundo tipo de rede proposto por Miossec (1976) refere-se à rede de produção, levando em consideração a presença de lugares que apresentam vantagens locais para o processo produtivo capitalista, envolvendo a existência de mão-de-obra, matérias-primas, energia, consumo e acessibilidade. A partir desta rede, é possível perceber a dimensão global da atuação de grandes corporações transnacionais, principalmente no atual estágio da globalização, em que as mesmas não se limitam as fronteiras impostas politicamente. Com a construção de sua rede produtiva, as corporações se articulam do global ao local, de acordo com a demanda produtiva (RIBEIRO, 2001).

Por meio da rede de produção é possível analisar a dimensão espacial da acumulação do capital. Segundo Harvey (2015), a acumulação do capital sempre foi uma questão geográfica, a prosperidade do capitalismo é possível de ser entendida a partir da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual. Este fato proporcionou uma “inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista” (HARVEY, 2015, p. 40).

Quando uma corporação transnacional constrói uma rede de produção e determina os níveis quantitativos e qualitativos de seus investimentos, está produzindo uma hierarquia dos lugares. Isso reforça a ideia mencionada por Harvey (2015) sobre a importância do desenvolvimento geográfico desigual na expansão do capitalismo no mundo.

Harvey (2015), ao dialogar com Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, identifica vários momentos em que os autores apontam a importância da dimensão espacial na reprodução do capital. Quando Marx e Engels (2010, p. 69) dizem que “a necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos conduz a burguesia para o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda a parte”, estão afirmando o caráter expansivo do capitalismo e, para isso, as redes de produção permitem que a reprodução do capital aconteça em várias partes do planeta.

Com base nessa perspectiva expansiva do capitalismo, Ribeiro (2001) nos diz que a distribuição das atividades econômicas e sociais sobre o espaço estrutura-se a partir de uma lógica da rede de produção. Elas ocupam certa localidade na superfície terrestre e se distribuem por diversos pontos através de fatores de atração e repulsão de determinadas atividades, apoiando na maximização dos lucros, com a diminuição dos custos de operações, transportes, matéria-prima e mão de obra.

Fortalecendo a construção de uma hierarquia urbana, Ribeiro (2001, p. 39) alerta que as formas de distribuição da produção configuram a organização espacial da sociedade de forma hierquizada, com isso “o espaço da produção não é homogêneo, pois não existe homogeneidade do espaço”. Este ponto reforça a ideia de que a rede de produção possui uma lógica, as transnacionais atuam em diferentes formas no espaço geográfico, hierquizando os níveis de investimentos.

O terceiro e último tipo de rede pensada por Miossec (1976) é a de gestão. Essa rede se estruturaria por um conjunto extremamente denso de linhas de informação, os centros de comando seriam locais privilegiados, onde as necessidades de infraestrutura técnica em conhecimento, materiais e informações se concentrariam. Portanto, a importância dos centros gestão estaria relacionado à quantidade e qualidade de infraestrutura disponível (RIBEIRO, 2001).

Segundo Ribeiro (2001), tanto o Estado quanto as empresas privadas, são importantes agentes que produzem esse modelo de rede, mas cada um atua de forma diferente. No caso do Estado, o papel do poder público como gestor é o de definir o conjunto de regras e medidas administrativas, como a criação de municípios, estados ou como na abertura de vias de transporte, serviços educacional, saúde e de saneamento, e comunicações.

Mas o Estado também pode exercer a sua capacidade de gestor do capital, como na criação de empresas estatais (RIBEIRO, 2001). O caso brasileiro é um exemplo:

temos a Petrobras que comporta uma sede administrativa no Rio de Janeiro (RJ) e possui uma série de escritórios, laboratórios, refinarias, portos, entre outros empreendimentos articulados a uma rede nacional e internacional.

Com relação às empresas privadas, de acordo com Ribeiro (2001), à medida que elas foram se tornando mais internacionais (ou seja, a etapa produtiva passou a ser dividida em escala global), as corporações criaram suas próprias redes técnicas. Os centros, onde localizam-se as sedes das empresas, atuam como centros gestores econômicos e territoriais, comandando a cadeia produtiva em toda superfície terrestre. O autor ainda destaca que essas cidades passam a ser “cidades mundiais”, pois sua área de influência ultrapassa as fronteiras nacionais.

Este terceiro modelo de rede proposto por Miossec (1976), permite consolidar a discussão feita anteriormente sobre a capacidade expansiva do capitalismo, ou seja, o processo de globalização. Pois, Ribeiro (2001, p. 41) complementa que a construção da rede de gestão por parte das grandes corporações “trata-se da fase de internacionalização do capital-produtivo, que permite a atividade industrial se difundir crescentemente nos países e regiões periféricas, integrando-os em um amplo e complexo sistema econômico mundial”.

Após essa breve análise sobre a diversidade de ideias sobre o conceito de redes geográficas, podemos enxergar um espaço cada vez mais globalizado, conectado pelas redes, tendo a tecnologia como principal suporte a dinâmica de circulação e comunicação. Dito isso, no próximo tópico analisaremos a organização da rede urbana brasileira e sua hierarquia, a partir das REGIC's.

1.2. Contextualizando a rede urbana brasileira

Neste tópico elaboraremos um breve comparativo sobre a evolução da rede urbana brasileira, para isso serão utilizados os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE sobre as Regiões de Influências das Cidades (REGIC) dos anos de 1966, 1978, 1993, 2007 e 2018. A partir dessas obras observaremos o desenvolvimento da rede urbana do Brasil em dois momentos distintos: as REGICs de 1966 e 1978 são marcadas pela presença de políticas keynesianas no Estado brasileiro; e a partir da REGIC de 1993, o Brasil inicia uma adequação as práticas neoliberais e a reestruturação produtiva do atual momento do

capitalismo globalizado.

1.2.1. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais (1966)

Ainda como estudo da Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas é a primeira edição da pesquisa elaborada pelo IBGE que hoje é denominada de REGIC, sendo publicada em 1972 com base de dados dos questionários referente ao ano de 1966. O estudo possibilitou a revisão e reelaboração das áreas de influências das cidades brasileiras.

A elaboração deste estudo pelo IBGE seguiu quatro objetivos: 1) o aumento das atividades econômicas e sociais promove uma maior integração entre os centros urbanos; 2) as cidades são por si mesmas áreas de atração; 3) a capacidade atrativa de bens e serviços das cidades as fazem gerar uma área de influência para uma determinada região; e 4) o estudo da hierarquia urbana possibilita uma compreensão da estrutura territorial do país (IBGE, 1972).

A linha metodológica deste estudo partiu da ideia que a cidade não é uma forma, mas uma estrutura: “Esta estrutura é dada pela existência de uma economia básica urbana, capaz de estabelecer laços econômicos entre as cidades e suas regiões” (IBGE, 1972, p. 10). Ao se considerar que a economia urbana básica é capaz de estruturar a cidade, os fluxos e interações passam a ter vital importância na organização cidadina, fazendo-se valer da premissa que os pontos (cidades) e linhas (fluxos) possuem a capacidade de integração espacial (IBGE, 1972).

O presente estudo, muito influenciado pela Teoria das Localidades Centrais de Christaller, aponta que os vínculos e interações urbanas são acentuados de acordo com a intensidade e frequência dos fluxos. Leva-se em consideração a proporção da distância entre os centros, a divisão das funções e a distribuição de renda, é possível estabelecer critérios para a elaboração da hierarquia urbana brasileira.

Dois indicadores foram apontados para produzir este levantamento de fluxos entre os fixos mencionados anteriormente. O primeiro foi a verificação da rede viária e o fluxo de passageiros entre as cidades, pois na época da pesquisa, as linhas de ônibus se configuravam como o principal meio de deslocamento das pessoas. O segundo indicador foi elaborado por meio de uma pesquisa direta para que fosse possível

observar os locais que promovem a distribuição de bens e serviços em relação a uma área de atuação. Para isso foram identificadas as redes de comércios varejistas e atacadistas e a distribuição de serviços de saúde, educacionais, bancos, etc. (IBGE, 1972).

A partir dessa base teórica e linha metodológica, em 1966, o IBGE concebeu a hierarquia urbana brasileira em quatro níveis diferentes, seguindo os seguintes critérios: para um centro estar no nível 1, o primeiro fator era ser uma cidade de comando na rede urbana, para isso foi levado em consideração o quantitativo populacional, o número de ligações no território nacional, intensidade dos fluxos internos a sua área de influência, número de centros subordinados e quantitativo de infraestrutura de bens e serviços. As cidades que se encaixaram neste nível foram classificadas em quatro grupos:

- Nível 1a: São Paulo – grande metrópole nacional
- Nível 1b: Rio de Janeiro – metrópole nacional
- Nível 1c: Recife; Salvador; Belo Horizonte; Porto Alegre – centros metropolitanos regionais
- Nível 1d: Curitiba; Fortaleza; Belém; Goiânia – centros macrorregionais

Na classificação de nível 2 da hierarquia urbana brasileira, os centros regionais devem estar subordinados diretamente com os de primeiro nível, destacando-se na distribuição de bens e serviços. São importantes no auxílio da metrópole, no abastecimento dos setores de varejo e atacado, abertura de filiais das grandes empresas e em alguns casos na venda de insumos agrícolas. Nesses centros também foi notado a presença de alguns serviços mais especializados, como serviços de saúde.

O nível 2 é dividido em dois grupos. Para ser classificado como nível 2a, é preciso que o centro tenha no mínimo 300 ligações com outras localidades dentro e fora de sua área de influência, promova prestação de serviços para outros centros de nível 2b e estejam subordinados a si, centros de categorias de níveis 3a e 4. Para os centros classificados como 2b, é necessário que existam de 150 a 300 ligações diárias com localidades dentro e fora de sua área de influência, que o lugar receba bens e serviços de centros de mesmo nível ou diretamente de uma metrópole e tenha centros de níveis inferiores subordinados. No Quadro 2 temos o levantamento dos centros de nível 2 que estão divididos nas categorias a e b.

Quadro 2: Número de centros de nível 2 por região (1966).

Regiões	Nº de centros 2a	Nº de centros 2b
Norte	1	0
Nordeste	11	10
Sudeste	12	13
Sul	6	14
Centro-Oeste	1	1

Fonte: Adaptado do IBGE (1972).

Com este quadro, observa-se que a centralidade que a Região Sudeste já possuía no Brasil, através do número de centros de nível 2. É possível notar uma equiparação entre as Regiões Sul e Nordeste no número de centros de nível 2, e uma baixa presença de cidades no mais alto nível hierárquico nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

Como complementação deste quadro, destaca-se que capitais de estados não estavam no comando de sua rede urbana, mas sofriam influência de outras capitais. Destacamos as cidades de Teresina (PI), São Luís (MA), Maceió (AL), Aracaju (SE) e Natal (RN) como centros subordinados a Salvador (BA) e Recife (PE). Influenciadas pelas metrópoles do Sudeste temos Niterói (RJ)², Vitória (ES), Campo Grande (MS)³ e Cuiabá (MT). No Sul do Brasil, apenas Florianópolis (SC) não estava entre os centros de comando da rede urbana sulista, por último, destaca-se Brasília (DF) como centro 2b, influenciada por Goiânia (GO).

O terceiro nível na hierarquia (centro sub-regionais) proposto pelo IBGE levava em consideração aquelas cidades que estavam subordinadas por um centro regional ou ligadas à uma metrópole. Também dividida em duas categorias, considerou-se como centros de nível 3a aqueles lugares que possuíam de 60 a 200 ligações com outros centros dentro e fora de sua área de influência que, por sua vez, estariam limitadas dentro da região comandada pelo centro de nível 2 ou metrópole a que estava subordinada. Por fim, a distribuição de bens e serviços era direcionada apenas aos

² Até 1974, Niterói era a capital do Estado do Rio de Janeiro. Com a lei nº 20 de 1974, ocorreu a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, oficializando a cidade do Rio de Janeiro, como a capital.

³ Com a lei complementar de 1977, assinada por Ernesto Geisel, foi desmembrado o Estado do Mato Grosso e criando o Estado do Mato Grosso do Sul, com Campo Grande sua capital.

centros de nível inferior.

Os centros sub-regionais classificados como 3b exerciam uma influência muito limitada, de 40 a 120 ligações com outros centros, sua atuação fora de sua área de influência abrangia os municípios limítrofes dentro da região dos centros regionais. Por sua baixa capacidade de atração, os centros 3b poderiam não subordinar centros de nível inferior. No Quadro 3 temos o levantamento dos centros de nível 3 que estão divididos pelas categorias a e b.

Quadro 3: Número de centros de nível 3 por região (1966).

Regiões	Nº de centros 3a	Nº de centros 3b
Norte	6	5
Nordeste	16	22
Sudeste	39	50
Sul	7	15
Centro-Oeste	5	3

Fonte: Adaptado do IBGE (1972).

Ao observar o Quadro 3 é possível identificar a grande centralidade que a Região Sudeste possuía na rede urbana brasileira. Chama à atenção a diferença de centros sub-regionais entre as Regiões Sul e Nordeste, a maior presença de centros de nível 3 no Nordeste poderia demonstrar uma maior capilaridade da rede urbana nordestina frente a Região Sul. Complementamos este quadro com a informação de que as capitais Macapá (AP), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) se enquadravam como centros sub-regionais e estavam ligados diretamente ao centro macrorregional de Belém (PA). Fato que reforça a presença desta capital como cabeça da rede urbana na Região Norte do país.

No último nível de centralidade, nível 4, os centros locais podem estar subordinados aos centros sub-regionais, regionais e/ou uma metrópole, dentro de sua área de atuação. Assim como os centros anteriores, também foi dividida em a e b, em que os centros 4a possuem de 20 a 40 ligações com pelo menos três municípios subordinados. Já os centros classificados como 4b possuem menos de 20 ligações com dois ou três municípios. Sua atuação ocorre na prestação e distribuição de bens e serviços que demandam curtas distâncias, como serviços bancários, escolar e médicos de clínica geral.

No Quadro 4 temos o levantamento dos centros de nível 4, divididos nas categorias a e b.

Quadro 4: Número de centros de nível 4 por região (1966).

Regiões	Nº de centros 4a	Nº de centros 4b
Norte	2	12
Nordeste	29	136
Sudeste	68	179
Sul	36	59
Centro-Oeste	11	20

Fonte: Adaptado do IBGE (1972).

Ao finalizar a pesquisa, o IBGE (1972) apontou três resultados importantes: a diferença de atuação das duas metrópoles nacionais, na medida em que São Paulo (SP) possuía grande abrangência nacional e regional, o Rio de Janeiro (RJ) vinha perdendo força devido ao crescimento de Belo Horizonte (MG) no âmbito regional. Deve ser mencionada a perda da centralidade política da metrópole fluminense com a mudança da capital federal para Brasília (DF).

Segundo aspecto levantado pelo IBGE (1972), foi a desigualdade estrutural da rede urbana brasileira, fato que pode ser verificado nos quadros anteriores com o número de centros por regiões. Por último, já era possível notar naquela época o aumento da importância dos centros regionais (nível 2) na hierarquia urbana, apresentando forte dinamismo e auxiliando as metrópoles na distribuição e prestação de bens e serviços.

1.2.2. Regiões de Influências das Cidades (1978)

Em 1987, o IBGE publicou mais um estudo sobre a rede urbana brasileira e sua hierarquia, o antigo trabalho intitulado “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas” passou a ser chamado de “Região de Influências das Cidades”. A segunda edição deste estudo, embora publicado em 1987, tem como ano de referência da pesquisa 1978. Ainda com forte influência da Teoria das Localidades Centrais de

Christaller, o mais novo REGIC propôs atualizar a caracterização da rede e hierarquia urbana brasileira, a partir do final da década de 1970.

Como operacionalização da pesquisa, o IBGE (1987) desenvolveu um questionário para levantar as informações sobre a centralidade dos centros urbanos, observado os bens e serviços que dispunham e a sua área de influência. Para a realização do questionário, foram escolhidas 1.416 (um mil quatrocentos e dezesseis) sedes municipais em todas as unidades da federação. Esse quantitativo foi estabelecido de acordo com a pesquisa de 1966 e foi identificado que mais da metade das cidades brasileiras não exercia centralidade para além dos seus limites municipais.

Para que uma cidade fosse selecionada, foi estabelecido o critério de que a mesma deveria possuir um mínimo de atividades que a potencializasse como uma centralidade além dos limites municipais. Sendo 16⁴ (dezesseis) o número de atividades urbanas fundamentais que foram levado em consideração para exercer uma função central, a cidade deveria possuir, no mínimo, uma agência bancária e um hospital geral, além de serviços atacadistas, jurídicos e educacionais, como o curso normal (IBGE, 1987).

O questionário se estabeleceu a partir de duas indagações: 1) a origem das pessoas que buscavam os bens e serviços disponíveis nas 1.416 cidades pesquisadas; e 2) o destino que as pessoas buscavam para utilizar serviços e adquirir bens mais específicos. O objetivo da primeira questão era identificar a área de influência dos centros pesquisados e o propósito da segunda era observar o nível de subordinação dos centros de maior posicionamento na hierarquia urbana (IBGE, 1987).

Como um desdobramento das 16 atividades urbanas fundamentais indicadas anteriormente, foram estabelecidos 76 (setenta e seis) bens e serviços que deveriam ser apontados no questionamento. O Quadro 5 indica essas atividades e a relação hierárquica do centro urbano do qual fazem parte.

Quadro 5: Bens e serviços selecionados segundo níveis hierárquicos de oferta (1978).

Nível hierárquico	Ramo de atividades	Bens e serviços
Centro Metropolitano	*Comércio varejista *Comércio atacadista e representações *Serviços	1. Equipamentos para consultório dentário 2. Equipamentos médico cirúrgico 3. Caminhões Scania-Vabis 4. Livros importados

⁴ Ver no artigo 'Proposição metodológica para revisão da divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas' (IBGE, 1976).

		<p>5. Instrumentos óticos de precisão</p> <p>6. Produtos farmacêuticos</p> <p>7. Estações de TV</p> <p>8. Exame de eletroencefalograma</p> <p>9. Escola de engenharia</p> <p>10. Faculdade de medicina</p> <p>11. Escritório de publicidade</p> <p>12. Escritório de consultoria econômica e planejamento</p>
Capital Regional	<p>*Comércio varejista</p> <p>*Comércio atacadista e representações</p> <p>*Serviços</p>	<p>1. Móveis para escritório</p> <p>2. Material para dentista</p> <p>3. Oxigênio para hospitais</p> <p>4. Máquinas de calcular</p> <p>5. Refrigeradores comerciais</p> <p>6. Material para indústria gráfica</p> <p>7. Caminhões FNM ou Mercedes-Benz</p> <p>8. Lanchas ou motores de popa</p> <p>9. Pratarias e cristais</p> <p>10. Livros para engenharia e/ou medicina</p> <p>11. Máquinas para filmar e/ou projetar</p> <p>12. Tecidos</p> <p>13. Cigarros</p> <p>14. Jornais diários</p> <p>15. Médico oftalmologista</p> <p>16. Médico cardiologista</p> <p>17. Médico neurologista</p> <p>18. Exame de eletroencefalograma</p> <p>19. Faculdade de economia</p> <p>20. Faculdade de administração</p> <p>21. Faculdade de direito</p> <p>22. Instalações elétricas ou hidráulicas</p> <p>23. Escritório de arquitetura</p>
Centro sub-regional	<p>*Comércio varejista</p> <p>*Comércio atacadista e representações</p> <p>*Serviços</p>	<p>1. Arados e tratores</p> <p>2. Televisores</p> <p>3. Cortinas e tapetes</p> <p>4. Máquinas de escrever</p> <p>5. Veículos Ford ou GM</p> <p>6. Bicicletas</p> <p>7. Motores e bombas</p> <p>8. Azulejos decorados</p> <p>9. Máquinas fotográficas</p> <p>10. Óculos com receita médica</p> <p>11. Produtos alimentares em conserva</p> <p>12. Material de limpeza doméstica</p> <p>13. Artigos de armarinho</p> <p>14. Gás de bujão</p> <p>15. Material de construção civil</p> <p>16. Médico pediatra</p> <p>17. Médico ginecologista</p> <p>18. Médico</p>

		otorrinolaringologista 19. Faculdade de Filosofia, ciências e letras 20. Serviços de engenharia
Centro de zona	*Comércio varejista *Comércio atacadista *Serviços	1. Sacaria, arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas 2. Ferro de engomar, rádio, liquidificador e geladeira 3. Móveis estofados 4. Peças e acessórios de veículos 5. Automóvel novo VW 6. Tintas e cerâmicas 7. Ferragens e louça 8. Cerveja 9. Coca-Cola 10. Hospital Geral 11. Médico de clínica geral 12. Laboratórios de análises clínicas 13. Curso normal 14. Curso de 2º grau 15. Agência de banco privado 16. Agência de banco estadual 17. Agência do Banco do Brasil 18. Serviços de contabilidade 19. Impressos 20. Escritórios de advocacia 21. Estação de rádio

Fonte: Adaptado do IBGE (1987).

Após estabelecer os bens e serviços fundamentais para determinar a centralidade de uma cidade, o critério estabelecido para apontar o nível hierárquico de uma região de influência foi o número de ligações que um centro realiza com outro. Para determinar a subordinação de uma cidade a uma localidade central, a unidade deve possuir um número de ligações igual ou maior ao dobro das ligações existentes a centralidade de mesmo nível hierárquico (IBGE, 1987).

Seguindo o nível hierárquico indicado no Quadro 5, os centros metropolitanos estão no comando da rede urbana brasileira, destacando duas metrópoles nacionais São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). No Quadro 6 é possível observar o nível de intensidade que cada metrópole possuía na década de 1970.

Quadro 6: Intensidade espacial da atuação das metrópoles brasileiras (1978).

Metrópoles	Nível de intensidade
São Paulo	4.308
Rio de Janeiro	1.492

Belo Horizonte	1.550
Porto Alegre	1.490
Curitiba	1.379
Recife	882
Salvador	822
Goiânia	617
Fortaleza	507
Belém	244
Manaus	128

Fonte: Adaptado do IBGE (1987).

A partir desse quadro observamos a grande centralidade que a cidade de São Paulo exerce na rede urbana brasileira, uma intensidade de fluxos bem superior as demais metrópoles, mesmo em comparação ao Rio de Janeiro. Ademais, observa-se que Belo Horizonte possuía maior intensidade de fluxos dentro da sua área de influência em comparação ao Rio de Janeiro, mas não conseguia atrair fluxos de todas as regiões brasileiras, como é o caso da metrópole fluminense (IBGE, 1987).

O Quadro 7 apresenta outro levantamento comparativo acerca da quantidade de capitais regionais, centro sub-regionais e centros de zona por regiões brasileiras.

Quadro 7: Número de centralidades na hierarquia urbana brasileira por região (1978).

Regiões	Centro sub-metropolitano	Capital Regional	Centro sub-regional	Centro de zona
Norte	0	5	3	26
Nordeste	7	20	34	252
Sudeste	6	30	84	266
Sul	1	34	47	88
Centro-Oeste	0	4	5	58

Fonte: Adaptado do IBGE (1987).

Por meio do Quadro 7 observamos a centralidade que o Sudeste possuía na rede urbana brasileira, apresentando uma forte capilaridade dos seus centros. Destacava-se a maior presença de capitais regionais no Sul em comparação ao Sudeste e a proximidade dos centros de zona do Nordeste com o Sudeste. Nota-se também o grande contraste

existente entre as regiões Norte e Centro-Oeste e as demais.

No Quadro 7 percebe-se que algumas cidades ascenderam como centros sub-metropolitanos em comparação ao levantamento de 1966. Destacavam-se as capitais Aracajú (SE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Natal (RN), São Luís (MA), Teresina (PI), Vitória (ES), Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS). Algumas cidades que não eram capitais de estados elevaram sua centralidade e também entraram para o grupo de centros sub-metropolitanos, tais como: Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP) e Campina Grande (PE) (IBGE, 1987).

O número expressivo de capitais regionais, descritas no Quadro 7, indicava uma rede urbana no Sul do Brasil com um fluxo de bens e serviços mais especializados e complexos, em um comparação com o Nordeste, que demonstrava comportar uma rede maior. O expressivo número de centros de zona apontava uma circulação de bens e serviços de menor especialização, demonstrando a fragilidade dos centros quanto a oferta de bens e serviços diante da Região Sul. Este fato pode ser analisado pelo nível de renda diferenciado das duas regiões, pois os indicadores do Sul eram superiores ao do Nordeste. Destacam-se algumas cidades, como: Blumenau (SC), Joinville (SC), Chapecó (SC), Criciúma (SC), Ponta Grossa (PR), Cascavel (PR), Passo Fundo (RS), Caxias do Sul (RS) (IBGE, 1987).

A partir dos dados apresentados pelo IBGE (1987) sobre a rede urbana nordestina, é possível afirmar a forte centralidade nos centros de maior nível hierárquico, ou seja, as metrópoles, centros sub-metropolitanos e as capitais regionais. Além das cidades mencionadas anteriormente, tínhamos outras importantes capitais regionais no Nordeste: Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Feira de Santana (BA), Caruaru (PE), Mossoró (RN), Arapiraca (AL) e Juazeiro do Norte (CE), exercendo forte influência em cidades de baixa hierarquia.

Ainda é importante destacar que algumas capitais permaneceram ou pouco evoluíram o nível de centralidade, sendo no máximo capitais regionais. Podemos apontar Brasília (DF), localizada na região de influência de Goiânia (GO), como capital regional; Florianópolis (SC), integrante da região de influência de Curitiba (PR), também como capital regional. Na região de influência de Manaus (AM) encontramos as cidades de Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) como capitais regionais, e Boa Vista (RR) como centro sub-regional.

1.2.3. Regiões de Influências das Cidades (1993)

Outra atualização do estudo sobre a rede urbana brasileira feita pelo IBGE e lançada em ano 2000, com a base de pesquisa do ano de 1993. Como mencionado anteriormente, este REGIC marca uma transição que o Brasil vivia naquele momento. Com a redemocratização e a adequação do Estado brasileiro ao Consenso de Washington, no início dos anos de 1990, mudanças importantes no espaço urbano aconteceram.

Santos e Silveira (2014) apontam que a partir do final dos anos 1970, mas sobretudo nos anos 1980, uma reconfiguração territorial no Brasil ocorreu com o advento da globalização contemporânea. Por meio da reestruturação produtiva, a modernização da agricultura e a ampliação do setor de serviços e comércio, a divisão territorial do trabalho se tornou menos concentrada e a rede urbana brasileira se encontrou numa nova tendência e dinâmica.

Passamos a vivenciar a metropolização do espaço, marcando as relações capitalistas para além da metrópole, incorporando as cidades médias, as pequenas e, também, o campo. Segundo Lencioni (2015), a metrópole passou a ser centralizadora de capitais, pois devido à reestruturação produtiva e a dispersão da indústria, as sedes das empresas permanecem no espaço metropolitano, dando um papel central na gestão e administração de capitais. A referida autora usa o exemplo da BOVESPA que permanece na cidade de São Paulo, centralizando capitais nacionais e internacionais.

Tendo em vista a nova configuração territorial, o REGIC de 1993 começou a apontar uma nova tendência da rede urbana brasileira, em que as metrópoles passaram a exercer um novo papel e outras centralidades começaram a exercer maior força. Para a elaboração deste trabalho, o IBGE continuou utilizando como base teórica a obra de Christaller sobre a Teoria das Localidades Centrais.

Para a realização do estudo, o IBGE (2000) iniciou sua operacionalização com os dados levantados pelos censos de comércio e serviço de 1985 levantado pelo próprio instituto, construindo uma estrutura funcional das cidades. Com isso, foram definidas 46 (quarenta e seis) funções (entre bens e serviços) como centrais, sendo 14 (quatorze) consideradas de baixa complexidade, 30 (trinta) de média e alta complexidade e 2 (duas) são relacionadas a serviços de informações.

Nos Quadros 8 e 9 encontramos os bens e serviços apontados como baixa, média

e alta complexidade. Em relação aos serviços de informação foram considerados a emissão de jornais diários e a emissão de sinais radiofônicos AM e FM (IBGE, 2000).

Quadro 8: Bens e serviços de baixa complexidade (1993).

Produtos para agropecuária
Ferragens e louça em geral
Aparelhos de eletrodomésticos em geral
Filmes fotográficos e serviços de revelação
Móveis e estofados
Automóveis novos
Óculos com receita médica
Hospital Geral (público ou particular)
Laboratórios de análises clínicas
Cirurgiões dentistas
Agências bancárias
Serviços gráficos
Serviços de contabilidade
Serviços de advocacia

Fonte: Adaptado do IBGE (2000).

Quadro 9: Bens e serviços de média e alta complexidade (1993).

Tratores, arados mecânicos e acessórios
Caminhões novos
Aviões de pequeno porte
Motores e bombas hidráulicas em geral
Serviços autorizados de eletroeletrônicos
Persianas, cortinas e tapetes
Pratarias, cristais e objetos de decoração
Artigos importados
Instrumentos musicais
Móveis para escritórios
Máquinas de escrever

Computadores, microcomputadores e periféricos
Médico pediatra
Médico cardiologista
Médico oftalmologista
Médico oncologista e/ou nefrologista
Cirurgias especializadas
Serviços especializados
Equipamentos e instrumentos médico-cirúrgicos
Serviços de ortodontia
Material e equipamentos odontológicos
Oxigênio para hospitais
Instrumentos óticos de precisão
Agências de turismo
Agências de publicidade
Serviços de engenharia
Escritórios de consultoria e planejamento
Cursos de nível superior
Cursos de pós-graduação
Livros técnicos e/ou importados

Fonte: Adaptado do IBGE (2000).

A fim de medir o nível de centralidade de uma cidade e tendo como base a definição de bens e serviços proposta foi estabelecido um primeiro critério para definir em quais cidades seriam realizadas as pesquisas. Visto que nem todas elas possuíam uma centralidade mínima para justificar fluxo de pessoas em busca de bens e serviços originárias de outros centros, se definiu que a cidade deveria ter três das seguintes características:

- Ser sede uma comarca;
- Contar com agência bancária;
- Dispor de médico residente na cidade;
- Dispor de emissora de rádio AM;

Caso a cidade não se encaixasse neste primeiro critério, havia um segundo

parâmetro de que os municípios deveriam ter uma população igual ou superior a 20.000 (vinte mil) habitantes, de acordo com a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991. Assim, foram identificados 2.106 (dois mil cento e seis) centros possíveis de um total de 4.495 (quatro mil quatrocentos e noventa e cinco) municípios existentes na época (IBGE, 2000).

Para realizar o levantamento, o IBGE (2000) elaborou um questionário com duas perguntas que buscavam quantificar o número de pessoas que buscavam a sede pesquisada para comprar produtos e utilizar seus serviços e suas origens; e obter o(s) principal(s) destino(s) que a população buscava para adquirir bens e serviços que não eram oferecidos em sua área de influência.

Este trabalho de campo aconteceu entre os meses de outubro e novembro de 1993 e foi executado pelas Agências de Coleta do IBGE em cada cidade pesquisada. Foram excluídos os centros São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (BH), Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Brasília (DF), pois nestes o IBGE já possuía mais de uma Agência de Coleta e as informações foram estabelecidas por dados já existentes no próprio instituto. Outro motivo para excluí-las era que por serem importantes centralidades, elas não precisariam “responder” sobre a origem das pessoas que buscavam seus serviços, visto que essas cidades já eram citadas por pessoas de outras localidades na busca por seus bens e serviços (IBGE, 2000). No Quadro 10 indicamos o nível de centralidade, o número de cidades e seu padrão.

Quadro 10: Níveis de centralidades das cidades brasileiras (1993).

Nível	Nº de cidades	Padrão da cidade
Máximo	9	Metropolitano
Muito forte	24	Predominantemente submetropolitano
Forte	35	Predominantemente Capital Regional
Forte para médio	108	Predominantemente Centro Sub-Regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-Regional

Médio para fraco	195	Predominantemente Centro de zona
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona
Muito Fraco	3.733	Municípios subordinados

Fonte: Adaptado do IBGE (2000).

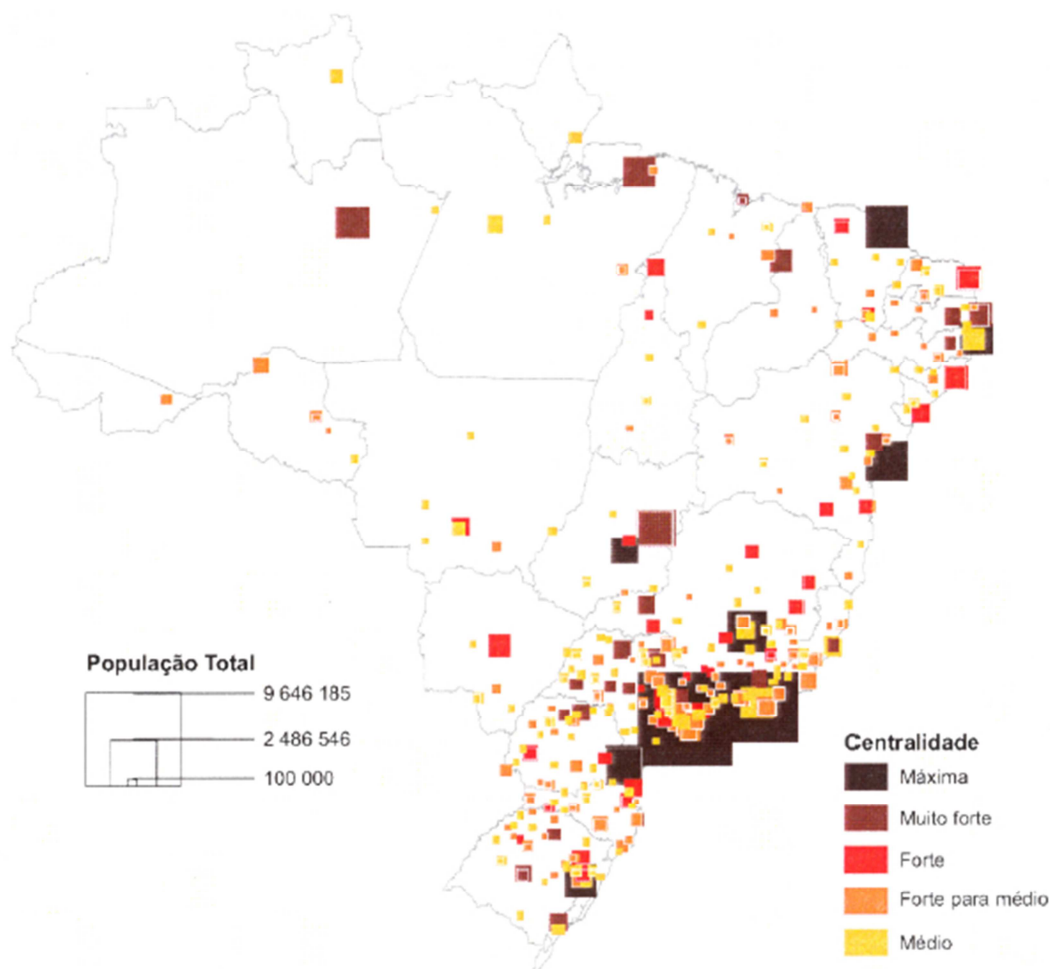
Como uma análise inicial do REGIC de 1993, as cidades consideradas “cabeças-de-rede” pelo IBGE, ou seja, os principais centros de comando da rede urbana brasileira permaneceram, a exemplo de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Goiânia (GO), Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE). Com exceção de Brasília (DF), classificada como forte pelo seu alto nível de centralidade, o seu poder e centralidade como capital federal passou a exercer grande centralidade nacional. Essa nova classificação demonstra a evolução urbana que a cidade passou a ter desde sua fundação (IBGE, 2000).

É importante mencionar que neste REGIC as capitais Manaus (AM), Belém (PA), São Luiz (MA) e Teresina (PI) foram analisadas pertencendo a área de influência de São Paulo (SP). Diferentemente da edição de 1987, que apontava as redes de Manaus (AM) e Belém (PA) de forma independente e sob a área de influência de Fortaleza (CE). Fato que reforça a perspectiva da metrópole paulista como a principal do país e com atuação em todas as regiões brasileiras (IBGE, 2000).

Ainda para ressaltar a centralidade de São Paulo (SP) no Brasil, outras duas capitais estão em sua área de influência, Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS) na Região Centro-Oeste. Mesmo tendo uma importante centralidade que é Goiânia (GO) e a Capital Federal, a metrópole paulista conseguiu exercer influência direta sobre essas duas capitais (IBGE, 2000).

Na Figura 1 podemos ter uma ideia da distribuição das centralidades em todo território brasileiro:

Figura 1: Níveis de centralidades da rede urbana brasileira (1993).



Fonte: IBGE (2000).

Ao observar a Figura 1 é possível notar a forte centralidade que a Região Sudeste possui na rede urbana brasileira. Mesmo com o processo de reestruturação produtiva em curso no país, os centros de comando continuam nas metrópoles dessa região, com destaque para a cidade de São Paulo (SP), a grande metrópole nacional. No Sudeste, Vitória (ES) continuou sendo a única capital não classificada como “cabeça-de-rede”, estando na área de influência do Rio de Janeiro (RJ). Nesta região do Brasil é importante destacar as cidades que não estão em área metropolitana, como Bauru (SP), Campinas (SP), Marília (SP), Presidente Prudente (SP), Ribeirão Preto (SP), São José do Rio Preto (SP), Uberlândia (MG) e Juiz de Fora (MG) (IBGE, 2000).

Por meio do mapa (Figura 1), percebe-se que a rede urbana do Nordeste continuava tendo seus principais pontos de centralidade em algumas de suas capitais, como: Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE). As demais capitais nordestinas continuavam sendo subordinadas as três cidades mencionadas, tendo como nível de centralidade do forte ao muito forte. Além das capitais dos demais estados, destaque-se Feira de Santana (BA), Juazeiro (BA), Caruaru (PE), Petrolina (PE), Campina Grande (PB) e Juazeiro do Norte (CE) (IBGE, 2000).

Na Região Sul, a capital Florianópolis (SC) permaneceu como a única capital que não está classificada como “cabeça-de-rede”, sendo subordinada sobretudo a Curitiba (PR). Mas é possível notar o crescimento de centralidades importantes no interior dos estados, variando de forte e muito forte, com destaque para Cascavel (PR), Londrina (PR), Maringá (PR), Caxias do Sul (RS), São Leopoldo (RS), Passo Fundo (RS), Pelotas (RS) e Santa Maria (RS) (IBGE, 2000).

Por fim, Goiânia (GO) continuou como a principal centralidade da Região Centro-Oeste, tendo forte atuação no recém-criado estado do Tocantins e com menos intensidade no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Pará. Como já mencionado, Brasília (DF) se tornou uma importante centralidade na região, apontando sua consolidação pelo poder administrativo no país. Importante ressaltar que essas áreas no Centro-Oeste já estiveram sob a influência do Rio de Janeiro, fato que reitera a perda da área de atuação da metrópole fluminense sobre metrópoles locais (IBGE, 2000).

1.2.4. Regiões de Influências das Cidades (2007)

A atualização feita pelo IBGE (2008) para medir a hierarquia urbana brasileira para o ano de 2007 trouxe outras abordagens de análise. Além de analisar a interação entre os centros por meio da distribuição de bens e serviços, foi levada em consideração a rede de gestão, a partir da perspectiva das redes elaborada por Miossec (1976). Na gestão do território brasileiro foram identificadas a gestão federal, através de instituições do Poder Executivo e Judiciário, e a empresarial: “A hierarquia dos centros urbanos assim identificados levou em conta a classificação dos centros de gestão do território, a intensidade de relacionamentos e a dimensão da região de influência de cada centro, bem como as diferenciações regionais” (IBGE, p. 11, 2008). Sendo assim a

classificação dos centros urbanos foi dividida em cinco níveis principais e duas ou três subdivisões, são elas:

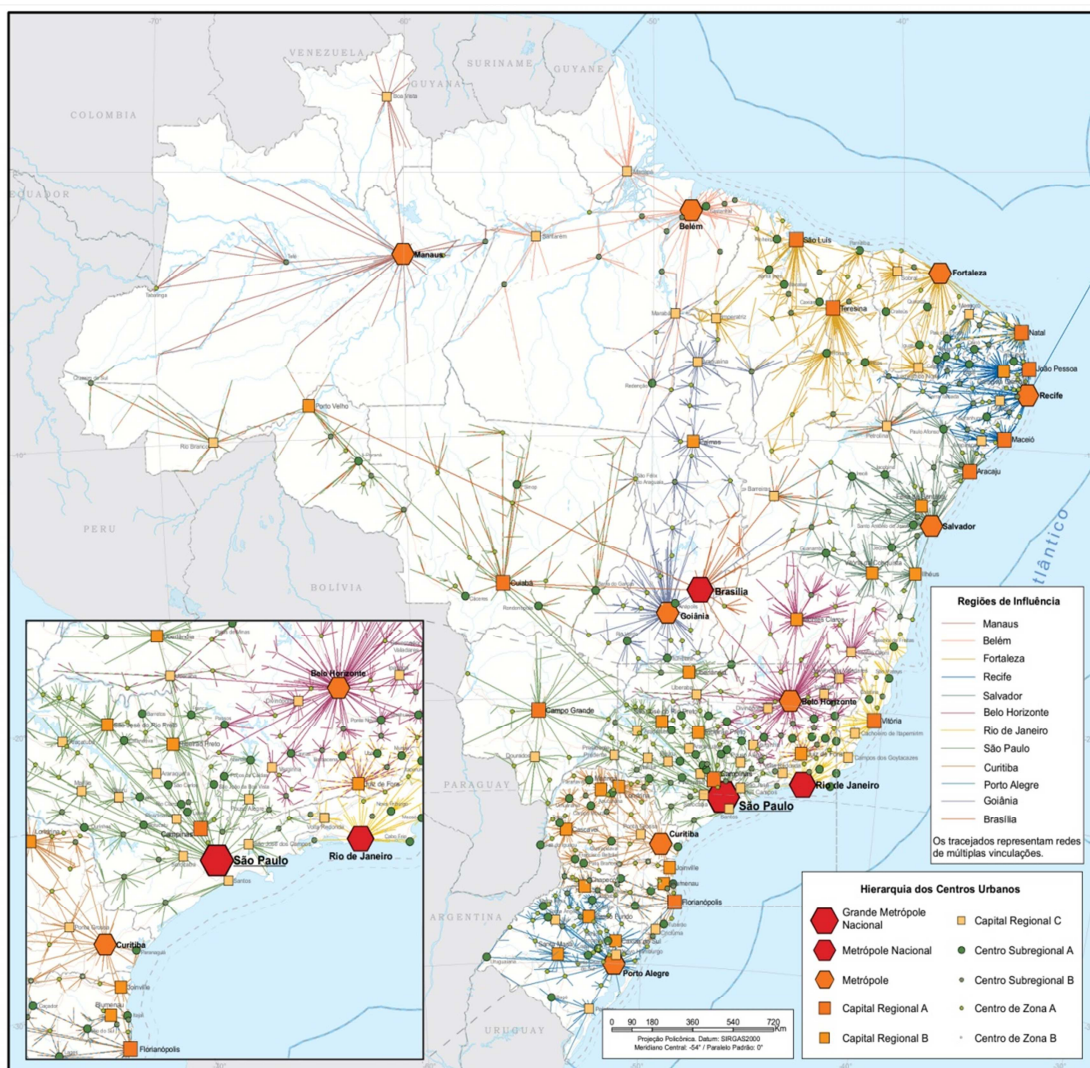
- **Metrópole**
 - a) Grande metrópole nacional: São Paulo (SP).
 - b) Metrópole nacional: Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF).
 - c) Metrópole: Manaus (AM); Belém (PA); Fortaleza (CE); Recife (PE); Salvador (BA); Belo Horizonte (MG); Curitiba (PR); Porto Alegre (RS); Goiânia (GO).
- **Capital Regional**
 - a) Capital regional A – constituída por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos.
 - b) Capital regional B – constituída por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos;
 - c) Capital regional C – constituída por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.
- **Centro sub-regional**
 - a) Centro sub-regional A – constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos;
 - b) Centro sub-regional B – constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
- **Centro de zona**
 - a) Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos.
 - b) Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos.
- **Centro local:** 4 473 cidades e com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes.

A hierarquia urbana brasileira apresentava uma tendência desigual, onde encontramos áreas que contam com uma rede urbana estruturada e outras onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários. O Centro-Sul do Brasil era a região que se encontrava mais estruturada, pois contava com um significativo número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais, com grande articulação entre

os centros. As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, apresentavam distribuições incompletas em que faltam níveis hierárquicos. Esta situação ocorria tanto em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, onde a ocupação territorial era pouco densa, quanto no Nordeste, a segunda região mais populosa do país com muitas áreas de forte densidade. Na região Nordeste as capitais tradicionalmente concentram a oferta de equipamentos e serviços, sendo poucos os centros de nível intermediário. Apesar de um quantitativo baixo de centros médios, os existentes são tradicionais e exercem forte centralidade em suas áreas, como Campina Grande (PB), Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha (CE) e Mossoró (RN) (IBGE, 2008).

Para consolidar os primeiros apontamentos observaremos na Figura 2 e no Quadro 11 a distribuição e a desigualdade territorial que existia na rede urbana do Brasil nesse período.

Figura 2: Rede urbana brasileira (2007).



Fonte: Extraído do IBGE, 2008.

Quadro 11: Dimensões das redes de primeiro nível (2007).

Redes de primeiro nível	Dimensões					
	Nº de capitais regionais	Nº de centros sub-regionais	Nº de centros de zona	Nº de municípios	População (2007)	Área (km ²)
São Paulo	20	33	124	1.028	51.020.582	2.279.108,45
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20.750.595	137.811,66
Brasília	4	10	44	298	9.680.621	1.760733,86
Manaus	1	2	4	72	3.480.028	1.617.427,98
Belém	3	11	10	161	7.686.082	1.389.659,23
Fortaleza	7	21	86	786	20.573.035	792.410,65
Recife	8	18	54	666	18.875.595	306.881,59
Salvador	6	16	41	486	16.335.288	589.229,74
Belo Horizonte	8	15	77	698	16.745.821	483.729,84
Curitiba	9	28	67	666	16.178.968	295.024,25
Porto Alegre	10	24	89	733	15.302.496	349.316,91
Goiânia	2	6	45	363	6.408.542	835.783,14

Fonte: Adaptado do IBGE (2008).

Como mencionado anteriormente, na REGIC de 2007 foram priorizados como procedimentos de hierarquização das cidades brasileiras a gestão do território. Pautada na concepção de Corrêa (1995), considerou-se que o centro de gestão do território estava na cidade que se localizam as diversas instituições estatais e as sedes de empresas onde as decisões afetavam direta ou indiretamente uma determinada área. Segundo o autor, a presença de instituições estatais e sedes de empresas em determinadas cidades indicam o comando da maior centralidade.

No processo de operacionalização do estudo foram definidos em dois grupos principais de cidades: aquelas que se estabeleceriam como centro de gestão e os demais municípios que exerceriam alguma centralidade. Na gestão federal em relação ao Poder Executivo analisou-se o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), a Secretaria da Receita Federal e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com um quantitativo de unidades territoriais 777 (setecentos e setenta e sete), 439 (quatrocentos e trinta e nove)

e 434 (quatrocentos e trinta e quatro), respectivamente (IBGE, 2008).

Todas as três instituições possuíam sua unidade de maior hierarquia em Brasília (DF), a estrutura do INSS era estabelecida por Superintendências, Gerência Executiva e as Agências da Previdência Social. A Receita Federal era estruturada por Superintendências Regionais, Delegacias da Receita Federal, Inspetorias, Alfândegas e Agências. Por último, o MTE era composto por Delegacias Regionais do Trabalho, subdelegacias e agências locais (IBGE, 2008).

Na gestão a partir do Poder Judiciário, levou-se em consideração os órgãos da Justiça Federal Comum e da Justiça Federal Especializada - Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral - que se organizavam em Tribunais Superiores (STF, STJ, TSE e TST), Tribunais Regionais de 2ª Instância (TRF, TRT e TRE), e Tribunais de 1ª Instância. A Justiça Federal Comum de 1ª Instância está estruturada em seções judiciárias nas capitais estaduais, e subseções estabelecidas em municípios cuja jurisdição abrange os municípios vizinhos da subseção. A Justiça Federal Especializada era estabelecida em varas do trabalho e as sedes de zonas eleitorais (IBGE, 2008).

Para constituir os centros de gestão empresarial, foram utilizadas as informações do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE, referente ao ano de 2004, buscando os endereços das unidades locais das empresas. Para definir estes centros, levou-se em consideração a distribuição territorial de unidades locais situadas em município diferente daquele onde se localizava a matriz, selecionaram-se os 724 centros que tinham no mínimo três diferentes entidades empresariais com unidades locais em outro município (IBGE, 2008).

Dois grupos de indicadores foram observados, primeiro, para cada centro, contou-se o número de filiais de suas empresas em outros municípios e a quantidade de municípios com filiais de uma determinada empresa. O segundo ponto foi observado para cada centro, sua capacidade de atração e considerando a quantidade de filiais instaladas, se determina o número das sedes localizadas em outros municípios e o número de unidades territoriais onde se localizam estas sedes (IBGE, 2008). “Para finalizar combinou-se a relação das 1 000 maiores empresas da revista Exame, em 2004 (segundo o valor das vendas), e das 1 000 maiores empresas definidas pelo jornal Valor econômico (segundo a receita líquida), para o mesmo ano” (IBGE, 2008, p. 135).

Para a complementação do estudo, na busca pela medição das centralidades no Brasil, também foi considerado uma série de equipamentos e serviços. Foram considerados comércios e serviços, número de instituições financeiras, presença de

ensino superior, saúde, provedores de internet, redes de televisão aberta e conexões aéreas. Esse levantamento também cumpriu com o objetivo de observar outras centralidades que não se encaixavam nos centros de gestão do território (IBGE, 2008).

Para a determinação do nível de centralidade da oferta de bens e serviços exercida pelas cidades na rede urbana brasileira, duas bases de dados foram examinadas: o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) de 2004 e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 1.0 (CNAE). Analisou-se o número total de classes de atividades comerciais e de serviços para todos os municípios do Brasil, partindo da premissa de que quanto maior o número de classes de atividades presentes, maior a diversidade de oferta e, conseqüentemente, maior seria a centralidade exercida pela cidade (IBGE, 2008).

Na investigação de ofertas de serviços bancários nas centralidades brasileiras, foram utilizados dados do Banco Central do Brasil, que identificou o número de agências e os saldos dos estabelecimentos bancários por municípios, tendo como data de referência o dia 31/12/2004. Por meio dessas informações, creditou-se como instituição financeira de atuação nacional aquela que esteja presente em mais de 20 estados brasileiros. Esse conjunto inclui os bancos públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e os bancos privados, Bradesco, Itaú, HSBC, ABN-AMRO Real, Unibanco e Rural (IBGE, 2008).

O nível de centralidade foi observado através do número de instituições por unidade territorial (independentemente do número de agências), a presença de um ou mais dos bancos mencionados anteriormente, o volume do ativo e o percentual do volume do ativo da unidade financeiro em comparação com o total da Unidade da Federação de referência. Com isso foi estabelecido uma classificação em oito níveis diferentes, sendo o nível 1 o mais alto grau de centralidade e o nível 8 o mais baixo (IBGE, 2008).

Para o ensino superior foi analisado o Censo da Educação Superior de 2004, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O nível de centralidade de uma cidade no tocante a oferta de cursos de graduação foi estabelecido utilizando-se do número de alunos matriculados nos cursos presenciais, e a quantidade de Grandes Áreas abrangidas pelos cursos oferecidos eo quantitativo de cursos existentes. A esse respeito, uma observação deve ser feita: o Censo da Educação Superior de 2004 identificou um total de 1.119 nomes de cursos que, em alguns casos, apresentavam uma raiz comum, o IBGE promoveu a unificação

dos cursos em apenas um, estabilizando um total de 463 (IBGE, 2008).

Em relação à pós-graduação foi consultada base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão federal responsável pela oficialização dos cursos de pós-graduação no Brasil. A centralidade de uma cidade na pós-graduação é pautada pela capacidade do centro de atrair alunos e profissionais do ensino para seu núcleo. Foram estabelecidos os níveis de centralidade através da combinação e comparação dos dados do total de cursos, do número de Grandes Áreas do Conhecimento abrangidas pelos cursos, e da proporção de cursos de excelência (conceitos seis ou sete) (IBGE, 2008).

Ao analisar os serviços de saúde, o IBGE (2008) levou em consideração dois conjuntos de dados, nível de complexidade⁵ do atendimento disponível em cada cidade e volume de atendimentos realizados. Para observar o nível de complexidade dos serviços, a base de dados utilizada foi a Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária (MAS) de 2005, do próprio IBGE, que investigou todos os estabelecimentos de saúde existentes no país.

Para uma maior qualidade e aproximação com a realidade, o IBGE (2008) analisou, também, as especialidades⁶ disponíveis nos estabelecimentos de saúde. O intuito de combinar as duas classificações visava contornar problemas ligados à possibilidade de ter equipamento disponível na unidade de saúde, mas sem a presença dos profissionais necessários para sua operação. Como também o fato de existir o atendimento em determinada especialidade, mas sem registro, por não ser a principal atividade da unidade.

Na última etapa de análise sobre os serviços de saúde, o IBGE (2008) observou o número de internações hospitalares financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em 2005, para cada cidade. Ao considerar que uma centralidade entrasse nessa classificação, a mesma deveria ser responsável por pelo menos 0,01% das internações ocorridas no país naquele ano, com isso foi alcançado o número de 1.345 cidades. No ano de 2005, o SUS foi responsável por quase 91% do total de internações.

Ao unir as duas bases de dados, foram encontradas 1.318 cidades que atendem

⁵ “Os equipamentos selecionados são: de ressonância magnética, de circulação extracorpórea, para hemodiálise, bomba de cobalto, mamógrafo com estereotaxia, tomógrafo computadorizado, eletroencefalógrafo, mamógrafo com comando simples, ultra-som doppler colorido, ultra-som ecógrafo e eletrocardiógrafo. Este último está presente em 3 191 municípios, enquanto a bomba de cobalto é encontrada em estabelecimentos de apenas 69 cidades” (IBGE, 2008, p. 136).

⁶ “Hemodinâmica, medicina nuclear, quimioterapia, nefrologia, videolaparoscopia, hematologia, oncologia, proctologia, reumatologia, neurocirurgia, angiologia, cirurgia plástica, endocrinologia, nefrologia, pneumologia/tisiologia, cardiologia, cirurgia geral, neurologia, oftalmologia, ortopedia e traumatologia, clínica médica, ginecologia, obstetrícia, pediatria e análises clínicas” (IBGE, 2008, p. 136).

aos critérios do número de atendimento e de complexidade dos serviços. Foi estabelecida uma classificação de seis níveis de centralidade nos serviços de saúde, sendo o nível 1 o maior e o nível 6 o menor. Com isso, apenas dois centros ficaram no nível 1, 11 se estabeleceram no segundo nível, 26 no nível 3, 57, no nível 4, 198 no nível 5 e, por último, 1.024 centros se classificaram no nível 6 (IBGE, 2008).

Considerando os serviços de comunicação, esta foi a primeira edição da REGIC que o IBGE analisou os dados referentes à *internet*. O uso da *internet*, do ponto de vista da busca ou consumo, pode ser realizado de qualquer lugar com conexão, mas a oferta, ou seja, os domínios, devido à sua maior complexidade, necessitam de locais que possuem pessoas habilitadas e proficientes tecnologicamente, de uma estrutura de atualização, contatos e ligações com empresas de consultoria, serviços de rede e informática, provedores de acesso etc. Segundo o IBGE (2008, p. 137): “Os dados referentes aos domínios de Internet foram cedidos pelo Registro de Domínios para a Internet no Brasil - Registro.br, instituição que centraliza a sua cessão e administração”.

Outra nova análise do IBGE foi a presença das redes de televisão aberta. O estudo deste sistema visava apresentar a estrutura das emissoras afiliadas às redes de televisão aberta no Brasil e, com isso, construir um modelo de rede hierárquica de telecomunicação “onde os fixos são os locais que concentram a infraestrutura dos serviços necessários ao seu funcionamento e os fluxos, a programação e a propaganda veiculada aos municípios de sua área de cobertura” (IBGE, 2008, p. 137). Os dados utilizados para elaboração dessa rede foram coletados nos Atlas de cobertura das redes de televisão aberta, tais como: Globo, SBT, BAND, RedeTV!, TV Cultura, Gazeta e Grupo Paulo Pimentel - GPP, entre os anos de 2002 e 2004, disponibilizados em seus *websites*.

A cidade onde se localiza a sede da geradora de sinal da emissora e/ou de cada uma de suas filiadas pode ser analisada como centro de maior hierarquia em sua área, pois esse serviço necessita de facilidades tecnológicas locais, a presença de equipes técnicas especializadas em suporte e manutenção, além do potencial econômico e social. Sedar alguma filial de emissora de televisão, seja de rede nacional ou regional, implica no exercício de uma importante centralidade. Afinal, as emissoras intermediam informações veiculadas pela matriz geradora e integram a sua grade de programação propagandas, reportagens e noticiários locais e/ou regionais, exímios formadores de opinião pública (IBGE, 2008).

A hierarquia das emissoras de televisão aberta é comandada por São Paulo (SP)

e Rio de Janeiro (RJ), principalmente pela primeira que gera as programações e anúncios para todo o país de uma ou mais redes de televisão. Para estabelecer o nível de centralidade e a hierarquia dos centros, observou-se a presença de emissoras e/ou retransmissoras e o número de conexões a redes nacionais e regionais, em níveis de 1 a 5 (IBGE, 2008).

As cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) comandavam o sistema de redes de televisão aberta, gerando e propagando a maior parte da programação veiculada por este meio de comunicação, principalmente a metrópole paulista. O sistema conta com 171 centros que emitem ou apenas redistribuem sinais hierarquicamente classificados, e os outros centros apenas recebem os sinais e integram as áreas de influência dos centros maiores próximos (IBGE, 2008).

O último ponto a ser analisado pelo IBGE (2008) foram as redes de transporte aéreo, um aspecto imprescindível para o estudo da rede urbana que possui um forte caráter hierárquico. O levantamento se baseou nos dados coletados no Anuário do transporte aéreo para o ano de 2004 do Departamento de Aviação, atual Agência Nacional de Aviação Civil, levando em consideração a origem e o destino do voo por aeroporto público no Brasil, com a totalidade do número de voos, passageiros e quantidade de carga no ano referido. Os dados foram analisados por município, tendo ele um ou mais aeroportos. A base de dados é composta de 1.077 pares de ligações entre os municípios, constituindo um total de 813.183 voos, 32.193.033 passageiros e mais de 685 mil toneladas de carga transportadas. Para que exista um mínimo de regularidade do serviço aéreo, foram considerados apenas os pares, origem-destino, com média de ao menos um voo por mês, eliminando-se aqueles com menos de 12 ligações.

As redes de conexões aéreas refletem as concentrações de população e de riquezas no Brasil, ligando as cidades brasileiras mais dinâmicas economicamente. O maior fluxo de tráfego aéreo ocorre entre o eixo Rio-São Paulo, sendo que a capital paulista converge a maioria dos fluxos do país, se caracterizando como o principal *hub* de conexões e viagens de avião. Por ser o maior centro financeiro e a aviação ser um serviço singular, esses fatores justificam a maior centralidade em São Paulo (IBGE, 2008).

Os resultados encontrados, após esta minuciosa elaboração de base de dados, foram a manutenção da importância de alguns centros, como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ); na rede urbana brasileira, chama a atenção a elevação de outros, como Brasília (DF) e Campinas (SP); e uma maior interiorização da própria rede.

Em relação a centralidade na gestão federal, classificadas em oito níveis, Brasília (DF) se estabeleceu no topo, exercendo sua presença como capital, seguido por Rio de Janeiro (RJ), por ter sido capital do país. As outras metrópoles estão nos níveis abaixo: São Paulo (SP), Recife (PE) e Porto Alegre (RS) (nível 2); Belém (PA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG) (nível 3). Nos níveis 4 ao 8 estão as demais capitais e centros, pois não possuíam serviços da gestão federal de mais alta complexidade (IBGE, 2008).

Para a gestão empresarial, nenhuma grande mudança foi percebida, o estado de São Paulo é o grande centralizador neste ponto de análise. Das 1.124 maiores empresas do país, 470 estavam localizadas no território paulista, somente a capital concentrava 365 delas, vale o destaque para Campinas (SP) com 30 das maiores empresas do Brasil. Na segunda posição, se mantém o estado do Rio de Janeiro, consolidando a forte concentração que a metrópole fluminense exercia em seu território, com 116 das 124 empresas (IBGE, 2008).

O histórico da concentração financeira no Sudeste é confirmado pelo IBGE (2008) com o levantamento da gestão empresarial, naquele momento a região somava 62,6% de todas as empresas sediadas em suas cidades. Seguido pelos estados da Região Sul, com 19,6% das maiores empresas do país, destacou-se Porto Alegre (RS) (50) e Curitiba (PR) (40). As demais regiões brasileiras somavam juntas 17,7% das sedes de empresas, com destaque para Salvador (BA) (32), Manaus (AM) (27) e Brasília (DF) (25) (IBGE, 2008).

Vale ressaltar que algumas cidades destacaram-se como importantes centros na gestão empresarial e não são capitais, como: Campinas (SP), Caxias do Sul (RS), Ribeirão Preto (SP), Joinville (SC), Sorocaba (SP), Uberlândia (MG), Volta Redonda-Barra Mansa (RJ), Jundiaí (SP) e Novo Hamburgo–São Leopoldo (RS), a distribuição delas estava de acordo com seu posicionamento na distribuição das sedes das maiores empresas brasileiras (IBGE, 2008). Este dado ajuda consolidar dois pontos: 1) a liderança paulista na economia brasileira; e 2) o processo de reestruturação produtiva vigente no atual momento da globalização econômica, em que mais cidades “não metrópoles” e/ou não estão na área metropolitana se consolidaram como importantes centros econômicos.

Em relação ao comércio e serviços, o IBGE (2008) identificou a continuidade do padrão hierárquico dos centros no Brasil, o comando sempre pautado por São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), respectivamente. Embora tenha sido observada alguma

diferença no nível de hierarquia entre comércio e serviços, em relação ao comércio foi encontrada uma maior quantidade de localidades nas classes mais altas da classificação no setor comércio, mais precisamente 23 centros. No que diz respeito aos serviços, somente São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) se encaixavam no nível máximo, fator compreendido pelo grau de diversidade e complexidade dos serviços.

Em uma análise geral da rede urbana para comércio e serviços, o Sudeste confirmou seu papel concentrador na economia brasileira, os estados dessa região se destacaram na diversidade de oferta de atividades desta categoria de análise. Destacou-se a rede urbana do estado de São Paulo, a mais estruturada, que permite encontrar um maior número de cidades no nível mais alto de diversidade em atividades comerciais, como: Campinas, São José do Rio Preto, Sorocaba, Santos e Jundiaí (IBGE, 2008).

Nessa análise, a Região Sul apresentou uma rede bem diversificada, com a presença de vários níveis hierárquicos intermediários, dividindo a centralidade com as capitais. É possível destacar as cidades de Santa Maria (RS) e Chapecó (SC), ambas as cidades estando no maior nível da hierarquia, sendo que Chapecó (SC) chamou a atenção por ter apresentado maior centralidade em comparação à capital do estado. No Centro-Oeste e Norte do país a oferta de atividades de comércio e serviços concentrava-se nas áreas de maior densidade populacional, principalmente nas capitais, exercendo forte centralidade na maioria dos estados das regiões mencionadas. Vale ressaltar que nos centros nortistas, nenhum se posicionou no nível máximo de centralidade (IBGE, 2008).

O Nordeste brasileiro apresenta uma característica bem distinta das demais, foi possível notar a existência de duas estruturas hierárquicas entre os centros, uma no interior e a outra no litoral. Na faixa litorânea, as capitais exercem maior centralidade das atividades comerciais e de serviços, sendo os principais centros de comando, mas a rede urbana nordestina é apoiada por alguns centros no interior, como os de Campina Grande (PB), Juazeiro-Petrolina (BA-PE), Caruaru (PE), Mossoró (RN), Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha (CE), Feira de Santana, Ilhéus-Itabuna e Vitória da Conquista (BA) (IBGE, 2008).

No levantamento feito para as instituições financeiras, mesmo que presente em todo o território nacional, a atividade bancária tende a se concentrar nas áreas que possuem maior estrutura econômica, sendo dinâmica e diversificada, se caracterizando por alta densidade demográfica e maiores níveis de renda. Além disso, o desenvolvimento desse setor necessita de serviços especializados para seu

funcionamento, como uma qualidade da infraestrutura de comunicação e informação, presença de mão-de-obra especializada e escritórios de consultorias institucionais e jurídicas (IBGE, 2008).

Este fato permite entender a expressiva concentração na rede urbana brasileira neste setor, o IBGE (2008) apontou que das 50 maiores instituições financeiras por ativo total do país, de acordo com o Banco Central do Brasil, 32 estão em São Paulo (SP), quatro estão em Brasília (DF), três no Rio de Janeiro (RJ), duas em Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), e uma em Belém (PA), Salvador (BA), Vitória (ES), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). Observa-se uma forte concentração em São Paulo (SP) que, também, sedia a única bolsa de valores do país.

O primeiro nível da classificação de centralidade é ocupado por São Paulo (SP), seguido pelo Rio de Janeiro (RJ) e por Brasília (DF), no segundo nível. No nível três estavam posicionadas as demais metrópoles brasileiras, com exceção de Campinas (SP). Com relação ao nível quatro, cidades que possuem bancos de atuação nacional, encontramos as demais capitais brasileiras e outras Capitais Regionais, como Juiz de Fora (MG), Uberlândia (MG), São José do Rio Preto (SP), Londrina (PR), Maringá (PR), Joinville (SC), Pelotas-Rio Grande (RS). Nos demais níveis (cinco; seis; sete) a atuação é mais evidente dos bancos nacionais, no caso do Nordeste destacaram-se os bancos estaduais (IBGE, 2008).

Na oferta para o ensino superior, dividida em graduação e pós-graduação, a centralidade do Sudeste se encontrava mais evidente. Em nível de grandeza, as cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) se estabeleciam como os dois maiores centros universitários do país, o estado de Minas Gerais (MG) se destacou pelo quantitativo de cursos ofertados, ultrapassando o estado de São Paulo. A hierarquia ficou estabelecida em: São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), sendo as únicas de primeiro nível; nove cidades de segundo nível – oito capitais e Campinas (SP) – sendo cinco no Centro-Sul e três no Nordeste; 21 centros no terceiro nível; 33 centros no quarto; 270 centros no quinto e 926 centros no sexto (IBGE, 2008).

No que diz respeito à pós-graduação, a concentração ficou ainda mais evidente. Pois, no final de 2005, estavam em funcionamento no Brasil um total de 3.325 cursos de pós-graduação *strictu sensu*, divididos entre cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado. Os cursos eram concentrados em apenas 109 centros, caracterizando a concentração da oferta deste serviço na rede urbana brasileira. Enquanto a Região Sudeste concentrava 1.880 cursos, a Região Sul possuía somente 638 cursos de pós-

graduação (IBGE, 2008).

Segundo o IBGE (2008), por ser um serviço especializado, os cursos de pós-graduação são bem mais concentrados nas capitais: “A pesquisa aponta a presença de cursos no interior, apesar de eles ainda se encontrarem, em sua maioria, nas capitais dos estados. As 27 capitais abarcam um total de 2 284 cursos (68,7%), enquanto os 82 centros do interior compreendem 1 041 (31,3%)” (IBGE, 2008, p. 152).

Por fim, após a execução desse levantamento realizado pelo IBGE, foram estabelecidos 711 centros de gestão do território no Brasil. O primeiro nível reuniu São Paulo (SP), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ), centros máximos da gestão nacional. Constituíam o segundo nível de gestão: Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). No terceiro nível estão quase todas as outras capitais dos estados e, também, outras grandes cidades das Regiões Sudeste e Sul. Os demais níveis apresentavam uma distribuição menos concentrada, sendo menos presente em centros da Região Norte do país (IBGE, 2008).

1.2.5. Regiões de Influências das Cidades (2018)

A REGIC 2018 atualizou o estudo sobre a rede urbana nacional realizado no ano de 2007, indicando os níveis de centralidade entre as cidades e sua área de influência no território. Para esta versão, o aporte teórico de Taylor (2001; 2019)⁷, Taylor, Hoyler e Verbruggen (2010)⁸ e Taylor et al (2009)⁹ foi de fundamental importância para a ampliação do debate sobre a rede. O resultado encontrado na REGIC foi uma junção dos resultados dos questionários levantados em alguns municípios brasileiros, demonstrando o deslocamento dos habitantes no território brasileiro em busca dos centros urbanos que ofertassem bens e serviços diversos. Adicionando os dados

⁷ TAYLOR, P. J. Specification of the world city network. *Geographical Analysis*, New York: Wiley; Columbus: Ohio State University, Department of Geography, v. 33, n. 2, p. 181-194, Apr. 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1538-4632.2001.tb00443.x>. Acesso em: jan. 2020.

TAYLOR, P. J. City generics: external urban relations in ancient-Mesopotamian and modern-global city networks. *Urban Geography*, Abingdon: Taylor & Francis Group, v. 40, n. 8, p. 1210-1230, 2019.

⁸ TAYLOR, P. J.; HOYLER, M.; VERBRUGGEN, R. External urban relational process: introducing central flow theory to complement central place theory. *Urban Studies*, Glasgow: Sage Journals, v. 47, n. 13, p. 2803-2818, 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/bac7/3d91421205388f9354ad2056c76bee99731e.pdf>. Acesso em: jan. 2020.

⁹ TAYLOR, P. J. et al. Measuring the world city network: new results and developments. *GaWC Research Bulletin*, Loughborough: Loughborough University, Geography Department, v. 300, Mar. 2009. Disponível em: <https://www.lboro.ac.uk/gawc/rb/rb300.html>. Acesso em: jan. 2020.

secundários levantados sobre a hierarquia dos centros e as ligações imateriais entre os mesmos (IBGE, 2020).

De acordo com o IBGE (2020), como a REGIC de 2018 foi uma atualização da edição anterior, grande parte da metodologia e operacionalização foi mantida para a edição mais atualizada. As cidades foram classificadas hierarquicamente segundo as funções de gestão que exercem sobre outras cidades, considerando o seu papel no comando em relação as atividades empresariais, na administração pública e, ainda, a capacidade de atração de pessoas na busca por bens e serviços para outras cidades. O alcance do comando e sua atratividade no território constituiu sua área de influência, ou seja, quais são as demais cidades que estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa.

O novo estudo sobre a rede urbana brasileira, desenvolvido pelo IBGE (2020), aplicou novas abordagens de análise sobre os centros urbanos, o que se tornou evidente para as grandes centralidades. Estamos falando dos Arranjos Populacionais (AP), pois os critérios utilizados na identificação destes arranjos empregaram a noção de integração, medida pelos movimentos pendulares para trabalho e estudo ou a contiguidade urbana, que sintetizaram os vários processos envolvidos. Deste modo, alguns centros serão mencionados tendo em vista essa perspectiva. (IBGE, 2016).

Seguindo as categorias adotadas na versão anterior, REGIC 2007, as cidades foram classificadas em cinco grandes níveis com subdivisões internas em algumas categorias. Foram identificadas quinze metrópoles, na qual a sua região de influência é ampla e juntas cobrem toda a extensão territorial do país, estas foram divididas em três categorias:

- Grande Metrópole Nacional: AP/ São Paulo (SP).
- Metrópole nacional: AP/ Brasília (DF) e AP/ Rio de Janeiro (RJ)
- Metrópole: AP de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA), Vitória (ES) e Manaus (AM).

No segundo nível na hierarquia urbana nacional estavam as Capitais Regionais, que se caracterizavam como centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão e atratividade de bens e serviços, mas com alcance menor em termos de área de influência em comparação com as Metrópoles. Foram identificadas 97 cidades nessa categoria, com destaque para as demais capitais. As Capitais Regionais possuem outras

três subdivisões:

- Capital Regional A: composta por nove cidades, sendo as capitais AP/ São Luís (MA), AP/ Teresina (PI), AP/ Natal (RN), AP/ Maceió (AL), AP/ Aracajú (SE), AP/ João Pessoa (PB), AP/ Cuiabá (MT), AP/ Campo Grande (MS) e AP/ Ribeirão Preto (SP) (única que não é capital). Caracterizam-se por um contingente populacional que varia de 800 mil a 1,4 milhão de habitantes em 2018 e todas se relacionam diretamente com as metrópoles supracitadas.
- Capital Regional B: composta por 24 cidades, são caracterizadas por centros interioranos em seus estados, exceto AP/ Porto Velho (RO) e Palmas (TO), estão mais presentes na Região Sul com dez cidades do total. Caracterizam-se por possuírem uma média de 530 mil habitantes, com exceção do AP/ São José dos Campos (SP) que possui uma população de 1,6 milhão de habitantes, de acordo com o levantamento de 2018.
- Capital Regional C: Somando 64 Cidades, dentre elas as capitais Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e o AP/ Macapá (AP). A Região Sudeste concentra mais cidades nesse nível, sendo trinta do total. A média nacional de população das Capitais Regionais C é de 300 mil habitantes, sendo a média para o Sudeste de 360 mil e para o Sul de 200 mil.

O terceiro nível hierárquico da rede urbana brasileira é denominado por Centros Sub-Regionais, tendo um total de 352 cidades. Estas cidades possuem atividades de gestão menos complexas e com áreas de influência de menor extensão territorial que as das Capitais Regionais. São centros de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, na Região Sudeste a média é de 100 mil e nas Regiões Sul e Centro-Oeste ficam em torno de 75 mil habitantes, dados de 2018.

- Centro Sub-Regional A - formado por 96 cidades presentes em maior número nas Regiões Sudeste, Sul e Nordeste, com média populacional de 120 mil habitantes;
- Centro Sub-Regional B - formado por 256 cidades, sua maior frequência é na Região Sudeste e Nordeste, apresentam média nacional de 70 mil habitantes, no Sudeste a média fica em torno de 85 mil e no Sul fica por volta de 55 mil.

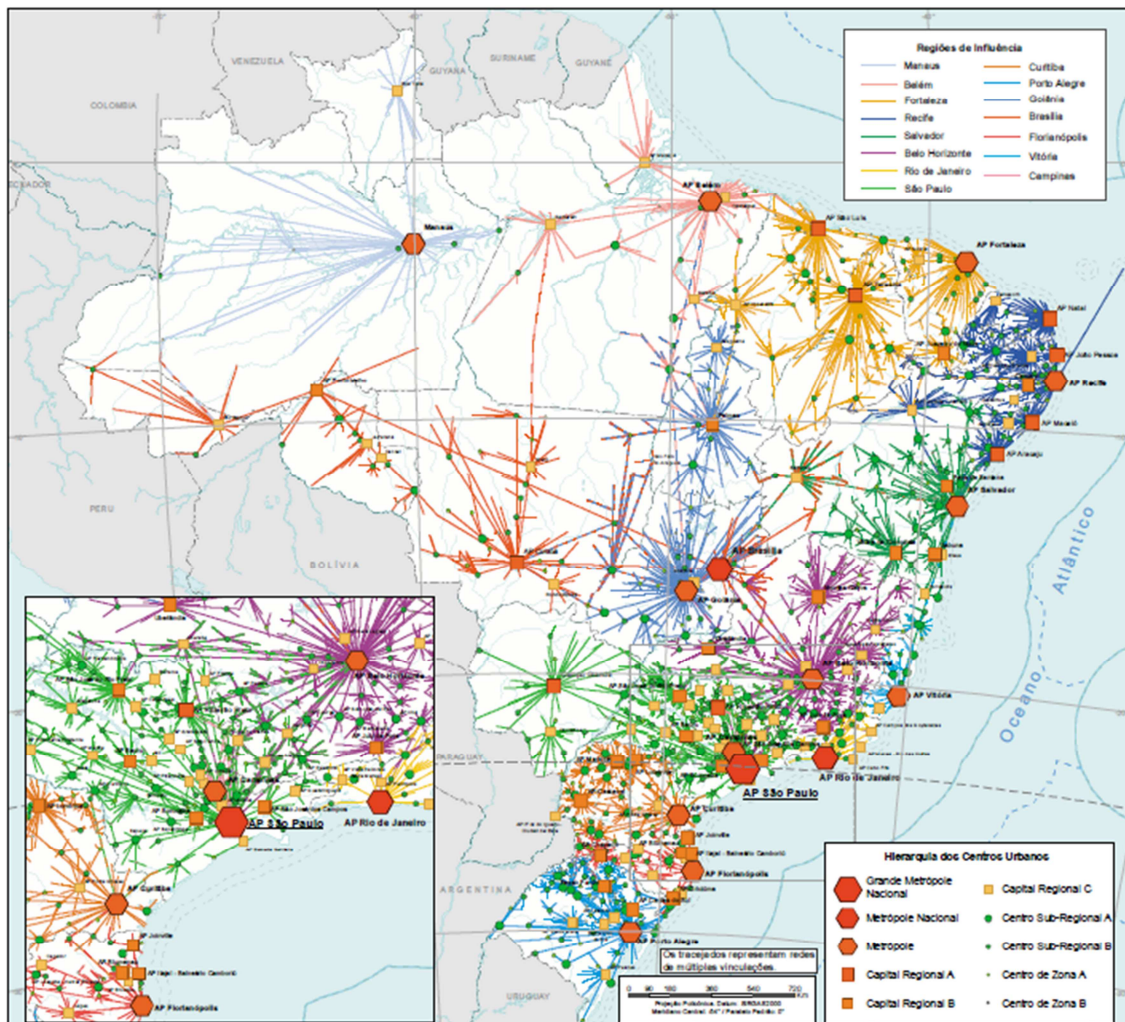
Os Centros de Zona estão classificados no quarto nível da hierarquia urbana e

caracterizam-se por possuir menores níveis de atividades de gestão e atratividade de seus serviços, sua área de influência é delimitada por proximidade, ou seja, os municípios vizinhos. Em todo o país foram identificadas 398 cidades com média de 30 mil habitantes, subdivididas em dois conjuntos:

- Centro de Zona A - formado por 147 cidades com cerca de 40 mil pessoas, sendo as mais populosas na Região Norte (média de 60 mil habitantes) e menos populosas nas Regiões Sul e Centro-Oeste (ambas com média de pouco mais de 30 mil pessoas). Em termos de gestão do território, as cidades foram classificadas, em sua maioria, nos níveis 3 e 4;
- Centro de Zona B – somaram-se 251 cidades, todas classificadas nos níveis 4 e 5 de gestão territorial. A média populacional é inferior a 25 mil habitantes. Os Centros de Zona B são mais numerosos no Nordeste, onde localizam-se 100 do total de cidades classificadas nesse nível.

O último nível hierárquico foi definido pelos Centros Locais, caracterizados como cidades que exerciam influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair pessoas de outra cidade para temas específicos, mas não sendo o destino principal de nenhum outro centro. São centros pouco dotados de bens e serviços e seu papel de gestão, conseqüentemente, com pequena área de abrangência de seus limites territoriais, atraindo pouco contingente de pessoas e de baixa centralidade diante dos demais níveis. Com isso, definiu-se a hierarquia urbana brasileira, possível de ser visualizada na Figura 3.

Figura 3: Rede urbana brasileira (2018).



Fonte: IBGE (2020).

A rede urbana brasileira é caracterizada por uma hierarquia bem definida, ou seja, as cidades de menor centralidade se ligam a centros maiores até atingirem as 15 metrópoles, estabelecendo-se como principais nós da rede. Segundo o IBGE (2020, p. 17), existem as ligações entre as metrópoles, que não estão representadas na estrutura final da rede, mas elas acontecem e são hierárquicas.

Essas atividades, localizadas em um conjunto n de Cidades, podem envolver hierarquia, como a sede de uma instituição pública e suas agências, mas também podem ser uma ligação entre iguais ou mesmo de complementares. Isso faz com que a ligação entre as Cidades não sejam, a priori, hierárquicas, porém, o resultado agregado das ligações do conjunto de atividades no conjunto de Cidades, evidencia a existência de centros urbanos de maior importância, onde há concentração dos fluxos, sendo possível, a partir de seu

mapeamento, estabelecer uma hierarquia entre as Cidades.

No estudo da REGIC 2018, o IBGE (2020) desenvolveu quatro análises para permitir a observação das ligações entre as metrópoles, complementação ou hierárquica. O primeiro exemplo estava na conexão aérea, ao observar separadamente os voos entre as metrópoles não é possível determinar o nível de importância, mas quando se analisou quantitativamente o fluxo de voos entre as metrópoles, determinou-se que São Paulo (SP) fosse o principal *hub* do país, por concentrar o maior fluxo e conexões aéreas.

Por sua vez, a cidade do Rio de Janeiro (RJ) se encontra em um nível secundário na concentração da rede urbana brasileira. Sendo o segundo principal destino das demais metrópoles do país e a sua ligação aérea com São Paulo (SP) é a mais intensa em todo território, e Campinas (SP) também tem com o Rio de Janeiro (RJ) ligações aéreas de primeira ordem. Como um importante *hub* de conexão do Sudeste e Sul com o Norte e Nordeste, Brasília (DF) se posiciona como uma metrópole importante nas conexões aéreas entre essas regiões distantes, sua localização centralizada no território brasileiro permite essa configuração (IBGE, 2020).

Como reflexo dessa concentração de voos no Brasil, São Paulo (SP) é o centro polarizador na gestão empresarial, tendo todas as metrópoles ligadas a ela, sendo sua maior conexão acontece com a metrópole fluminense. Em um nível secundário na gestão empresarial encontra-se o Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR), nas quais as metrópoles de Vitória (ES), Belém (PA), Goiânia (GO) e Florianópolis (SC) estão ligadas respectivamente (IBGE, 2020).

Observando a gestão pública, Brasília (DF) é o principal destino de todas as metrópoles, com exceção de Campinas (SP) que possui maior ligação com sua capital estadual, São Paulo (SP), e Vitória (ES) na qual sua ligação mais intensa é realizada com o Rio de Janeiro (RJ). Quando são analisadas as conexões por vias terrestres ou aquáticas, essa hierarquia tão estruturada não acontece, pois, suas ligações principais tendem a estarem destinadas as metrópoles mais próximas (IBGE, 2020).

Os resultados encontrados após um levantamento detalhado da gestão do território (pública e empresarial), comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, saúde, informação, cultura e esporte, transporte e atividades agropecuárias internacionais apontam para uma relativa permanência do domínio do Centro-Sul na rede urbana brasileira, mas algumas novas características puderam ser identificadas

nesse estudo. O padrão identificado ratifica a Região Concentrada indicada por Santos e Silveira (2014).

Para a gestão pública foram levadas em consideração as seguintes instituições: IBGE; Secretaria de Trabalho, Receita Federal, INSS, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral. Na hierarquia da gestão pública houveram poucas mudanças, Brasília (DF) continua sendo a principal centralidade, seguida pelo Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). A principal mudança se encontra nas capitais que possuíam uma relativa subordinação a outras metrópoles e passam a possuir maior centralidade neste setor, como é o caso de Vitória (ES), Palmas (TO), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), Manaus (AM), Macapá (AP), São Luís (MA), Teresina (PI), Natal (RN), João Pessoa (PB), Maceió (AL), Aracaju (SE) e Florianópolis (RS) (IBGE, 2020). Na REGIC de 2007, a concentração em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e Recife (PE) era muito maior que a atual, tendendo a uma relativa descentralização em alguns órgãos federais pelo território nacional.

Seguindo a administração pública, a gestão empresarial também apresentou uma pequena diminuição na polarização do Sudeste, principalmente de São Paulo (SP), contudo seu domínio econômico ainda é absoluto. Ao observar os 25 maiores centros empresariais do país, seis estão localizados no estado de São Paulo, dominado pela capital, o estado concentra, aproximadamente, 27% das sedes-filiais de empresas multilocalizadas do país, possuindo 208 centros de gestão empresarial 16,2% do total. Em comparação com o segundo lugar, por exemplo, o estado de Minas Gerais comporta 191 centros empresariais, somente 9,7% do total de sedes-filiais do Brasil (IBGE, 2020).

O IBGE (2020, p. 85) concluiu que:

Os Arranjos Populacionais de São Paulo/SP, Brasília/ DF e Rio de Janeiro/RJ estão classificados no nível 1 junto com outras nove Cidades, no entanto possuem capacidade de comando e gestão muito acima das demais, o que é observável pelo fato de serem as únicas Cidades cujo índice de gestão do território, calculado conforme a metodologia para aferir centralidade, passa do valor 6.

O estudo para determinar a organização espacial das atividades de Comércio e Serviços no Brasil foi realizado por meio de duas etapas. Na primeira, estabeleceu-se uma análise das respostas do questionário aplicado nos municípios, em que se perguntou para onde se deslocavam os moradores de dada localidade em busca de

produtos não encontrados no próprio município. Na segunda etapa foi estabelecido um levantamento de tais atividades e pela diversidade de empresas ofertada por cada cidade, segundo a CNAE 2.0 (IBGE, 2020).

Segundo o IBGE (2020), os resultados para as atividades comerciais mostraram uma atividade essencialmente urbana no Brasil, sendo sua ocorrência indissociável da presença das Cidades, seguindo os padrões demográficos brasileiros que apontam uma população majoritariamente urbana. As maiores centralidades para o comércio não se concentram obrigatoriamente nas capitais estaduais, com exceção dos Arranjos Populacionais de São Paulo (SP), Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG) e Goiânia (GO). Observa-se um elevado número de grandes centralidades em cidades classificadas como médias no Brasil. Por ser uma atividade tipicamente urbana, o nível de renda é um importante fator na determinação da centralidade, o que leva a observar um maior número de cidades presentes no Centro-Sul, como Uberlândia (MG) e os Arranjos Populacionais de Londrina (PR), Maringá (PR), São José do Rio Preto (SP).

Já as atividades de serviços apresentam apenas os Arranjos Populacionais de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) na classe de maior diversidade, no segundo nível de centralidade, há apenas os Arranjos Populacionais de Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Curitiba (PR). A partir deste estudo, observou-se que a centralidade na oferta de serviços por uma cidade segue uma tendência concentradora, onde os grandes centros atraem a população para sua área de influência, principalmente quando consideramos os serviços de alta complexidade, em que as metrópoles se destacam (IBGE, 2020).

Ao observar a distribuição espacial dos centros combinando os índices de Comércio e Serviços, é possível notar que apenas São Paulo (SP) e o Rio de Janeiro (RJ) se estabeleceram como as maiores centralidades, a metrópole fluminense destaca sua centralidade nos serviços. No segundo nível de classificação, se encontram Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Brasília (DF), Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE). Seguindo a lógica da hierarquia urbana brasileira, as demais centralidades se concentram no Sudeste e Sul e a Região Norte apresenta o menor número de cidades que exercem alguma centralidade (IBGE, 2020).

De acordo com o IBGE (2020), a distribuição das instituições financeiras e a concentração dos ativos bancários possibilitam a identificação da oferta de serviços bancários e financeiros no país, o que possibilita o estabelecimento de diferenciações hierárquicas entre as cidades: “Os bancos e instituições financeiras exercem papel

fundamental na intermediação econômica dos lugares e por essa razão estão distribuídos por todo o Território Nacional” (IBGE, 2020, p. 94).

Foram identificados cinco bancos de atuação nacional: Banco do Brasil (2.182 cidades); Bradesco (1.689 cidades); Caixa Econômica Federal (1.307 cidades); Itaú (818 cidades); Santander (566 cidades), os números não representam o total de agências, pois algumas cidades possuem mais de uma agência. Assim, foi possível identificar uma atividade bancária bem ampla por todo o território, tendo 53,7% das cidades atendidas por ao menos uma agência bancária das instituições mencionadas, mas quase metade das cidades brasileiras induz sua população a buscar em outro centro o serviço bancário (IBGE, 2020).

Embora a amplitude dos serviços bancários tenha aumentado, quando se soma os ativos financeiros é possível observar que a concentração econômica no Brasil ainda é forte, principalmente no estado de São Paulo que soma quatro vezes mais em ativos que o segundo colocado, Distrito Federal. Destacam-se, também, os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná, com valores superiores a R\$ 100 bilhões em ativos bancários (IBGE, 2020).

Com o levantamento estabelecido pelo IBGE (2020), a classificação da centralidade das instituições financeiras tem São Paulo (SP) no primeiro nível, caracterizando-se como principal centro financeiro do país seguido pelo Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG), no nível 2. Ainda possuindo grande centralidade, encontram-se no nível 3 outras metrópoles, como: Curitiba (PR), Recife (PE), Salvador (BA), Campinas (SP), Goiânia (GO), Fortaleza (CE) e Vitória (ES). Algumas Capitais Regionais do estado de São Paulo integram esse mesmo nível, tais como: São José dos Campos, AP/ Baixada Santista e Jundiaí, o que confirma a centralidade financeira do estado no país.

Outro estudo realizado pelo IBGE (2020) na REGIC foi a elaboração da centralidade do ensino superior, uma primeira observação apontada é a ampliação da capilaridade deste serviço. No período entre as REGIC's de 2007 e 2018, notou-se uma ampliação dos cursos de graduação por todo território brasileiro, destaca-se a facilitação promovida por cursos de Educação a Distância (EaD) em localidades mais distantes dos grandes centros. Fato que ainda não foi perceptível para os cursos de pós-graduação *strictu sensu*, tendo que vista que a maioria funciona na modalidade presencial.

Para construir a dimensão do setor educacional foi observada a centralidade das cidades considerando o número de alunos matriculados, somando-se para a graduação

presencial um total de 991 cidades que estão classificadas de 1 a 7, restando 3.908 sem centralidade ou ausência de matrículas. Nos cursos à distância, foram identificadas 1.129 cidades com algum polo universitário, também foram classificadas entre 1 a 7, sobrando 3.770 sem centralidade (IBGE, 2020).

De acordo com o IBGE (2020), os primeiros resultados demonstram que a distribuição das matrículas no país reforça o desequilíbrio no setor educacional, observando que a concentração de alunos é majoritariamente superior em poucos centros, sendo que os dois centros de maior hierarquia da rede urbana, São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), possuem 25% das matrículas em todo o país. Quando se amplia para os 10 centros de maior classificação hierárquica, a concentração fica mais evidente, somando 53% dos alunos matriculados.

Ao mudar um pouco a direção da análise, comparando o número de matrículas entre a capital estadual e o interior das Unidades da Federação, observa-se um aparente equilíbrio entre os números de alunos matriculados, 57,3% para as capitais e 43,3 para o interior. Do total, três estados apresentam mais matriculados no interior frente a capital, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. Com valores variando entre 40% a 60% de matrículas nas capitais encontram-se os estados do Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, São Paulo, Rondônia, Paraíba, Mato Grosso, Tocantins e Rio Grande do Sul, os 15 restantes estados, a capital concentra mais de 60% dos alunos (IBGE, 2020).

Ao final de 2015, ano de realização da pesquisa, estavam em funcionamento no Brasil 6.034 cursos de pós-graduação *strictu sensu* (cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado), os cursos estavam concentrados em 222 centros, número que reforça como este serviço ainda se encontra aglutinado espacialmente em certas áreas do país, . Destaca-se a grande diferença nos números de cursos por Região, sendo o Sudeste superior na oferta, sobretudo quando comparado com os números das Regiões Norte e Centro-Oeste, nas demais Regiões a diferença é menor (IBGE, 2020).

Para os serviços de saúde, a classificação de centralidade reflete a complexidade do serviço ofertado nas cidades e a sua capacidade de atendimento à população. As cidades que se posicionam no mais alto nível de centralidade possuem um amplo número de serviços oferecidos, desde diferentes especialidades a disponibilidade de equipamentos médicos, e grande volume de atendimentos (IBGE, 2020).

Segundo o IBGE (2020), a centralidade máxima dos serviços de saúde se encontram apenas na cidade de São Paulo (SP), com o segundo nível correspondendo as capitais Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR), para as Regiões

Norte e Nordeste, apenas o Recife (PE) se encontra nesse mesmo nível. Mesmo para as metrópoles, a centralidade da saúde se apresenta fortemente concentrada. As demais capitais se classificam no terceiro e quarto níveis, chama a atenção à presença de outras cidades que não são capitais, tais como: Campinas (SP), Ribeiro Preto (SP), São José dos Campos (SP), AP/ Baixada Santista (SP) e Londrina (PR), o que configura nos estados de São Paulo e Paraná um interior que complementa os serviços oferecidos nas suas respectivas capitais.

O IBGE (2020) analisou a centralidade das informações que circulam no Brasil em três estágios diferentes: 1º) a circulação de jornais impressos; 2º) os domínios de *internet*; e 3º) a rede de televisão aberta. Ao analisar a circulação de jornais impressos, foi possível notar a perda de importância deste meio de informação, com o advento da *internet* e redes sociais, pois as pessoas deixaram de ter nos jornais a sua principal fonte de notícias. No que restou da circulação, São Paulo (SP) é a maior centralidade desse meio de comunicação, algumas capitais que já possuíam um histórico de grandes jornais, se posicionaram no segundo nível, como: Rio de Janeiro (RJ), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Belém (PA).

Mesmo com uma ampliação dos serviços de conexão a *internet* pelo país, a presença de domínios nas cidades é um serviço especializado, o que justifica a concentração da presença desses domínios nos grandes centros. Pois, os mesmos apresentam servidores e facilidade de acesso físico a equipamentos de informática, além da existência de um mercado de mão de obra qualificada. Para o ano de 2019, do total dos domínios “.br”, apenas São Paulo (SP) detinha 28,7%, o que representa um total de 1.177.698 domínios. As maiores centralidades seguindo a metrópole paulista, são: o Rio de Janeiro (RJ), com 316.845 domínios (7,7%), Belo Horizonte (MG), com 176.351 domínios (4,3%), Curitiba (PR), com 173.771 domínios (4,2%) e Porto Alegre (RS), com 145 988 domínios (3,6%) (IBGE, 2020).

O último grupo de análise sobre as informações foi a rede de televisão aberta, que continua sendo o principal meio de comunicação do país. Quatro emissoras foram identificadas como nacionais: Globo, SBT, Record e TV Cultura. A Globo continua sendo a emissora com maior projeção nacional, com 118 exibidoras/emissoras afiliadas, seguida pelo SBT com 112 exibidoras/emissoras afiliadas, Record com 51 exibidoras/emissoras afiliadas e TV Cultura com 45 exibidoras/emissoras afiliadas (IBGE, 2020).

O IBGE (2020) definiu a centralidade das cidades partindo da contabilização do número de emissoras ou retransmissoras, sejam elas geradoras principais ou afiliadas dentre as redes de televisão mencionadas anteriormente. Com isso, foi possível a definição de cinco níveis superiores, todos eles com, pelo menos, uma exibidora de rede de televisão aberta. Para a classificação dos níveis inferiores (6 e 7), contabilizaram-se o número de emissoras que cobrem territorialmente o município.

Sendo assim, há 185 centros que emitem sinais da rede aberta de televisão, os demais apenas recebem os sinais emitidos e integram áreas de cobertura das emissoras, diferenciando-se pelo número de sinais das redes televisivas que as recebem. As cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), tradicionalmente, comandam o sistema das redes de televisão e geram as programações e anúncios nacionais, o que faz elas estarem no nível 1, junto com Porto Alegre (RS), justificado pelo elevado número de exibidoras. O segundo nível de centralidade inclui as capitais de outros 20 estados, além da Capital Regional Uberlândia (MG) e o Arranjo Populacional de Londrina (PR). No terceiro e quarto níveis, estão as capitais estaduais remanescentes, além de diversas outras Capitais Regionais. Até o nível 4 existe, pelo menos, uma cidade de cada Unidade da Federação, somando 79 centros até o presente nível hierárquico (IBGE, 2020).

Quando o IBGE (2020) propõe analisar a centralidade por meio das atividades culturais e esportivas, está tentando analisar a rede urbana por uma perspectiva menos convencional, devido à espontaneidade dos deslocamentos ligados aos eventos e equipamentos que as cidades podem oferecer. Por esse fator, alguns centros que se caracterizam por uma baixa centralidade numa análise geral, nesse perfil podem se destacar como um centro turístico ou por alguma festividade que atraia um número de pessoas em determinada época do ano, por exemplo.

Destacam-se cidades onde ocorrem festividades conhecidas, como o Festival Folclórico de Parintins (AM), a Festa Junina de Caruaru (PE) e o Rodeio de Jaguariúna (SP). Outros centros recebem, regularmente, visitantes por serem importantes centros turísticos como Cabo Frio (RJ) (recorte espacial de nossa análise), Caldas Novas (GO) e Porto Seguro (BA), e algumas cidades de hierarquia intermediária com eventos culturais frequentes como Ribeirão Preto (SP), Juiz de Fora (MG) e Santa Maria (RS). Em relação às metrópoles, registram-se as que abrigam festividades de abrangência internacional como o Carnaval do Rio de Janeiro (RJ) e de Salvador (BA) e o Círio de Nazaré de Belém (PA), bem São Paulo (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG) e Fortaleza (CE) que abrigam eventos diversos ao longo do ano (IBGE, 2020).

Outra contribuição incluída na REGIC 2018 é a presença de atividades agropecuárias, mesmo que sua relação produtiva esteja no espaço rural, pois são nos centros urbanos onde se encontra a disponibilidade de crédito aos produtores, a comercialização dos produtos, insumos e maquinários, a formação de mão de obra qualificada, a sede de complexos agroindustriais, os centros de pesquisa agropecuária, entre outros elementos. Fato que é relacionado ao desenvolvimento da modernização da agricultura no Brasil e a forte relação com o urbano, e as cidades do agronegócio, principalmente (IBGE, 2020).

Segundo Elias (2007), algumas cidades do interior passaram a ser a principal área de bens e serviços destinados à agricultura mecanizada, e se tornaram áreas de moradia da nova mão de obra do campo, altamente especializada e com costumes urbanos. Por meio da relação do agronegócio globalizado com a expansão da urbanização, Elias (2007, p. 30) nos diz que:

Nas áreas de expansão do agronegócio globalizado é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a criação de novos municípios. É possível mesmo observar uma rede de *cidades do agronegócio*, considerando as diferentes demandas de seus diversos ramos. Isto pode ser observado especialmente na *Região Concentrada*, tendo destaque as cidades médias, que já estariam em estágio mais avançado de urbanização.

As *cidades do agronegócio* no Brasil têm-se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. Rio Verde (GO), Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Sertãozinho, Matão e Bebedouro (SP) são exemplos de *cidades do agronegócio*.

Portanto, o processo de modernização da agricultura é uma das causas da reestruturação da divisão territorial e social do trabalho no Brasil. As novas relações entre campo e cidade e o processo de metropolização são elementos fundamentais para o crescimento das cidades médias e locais no contexto contemporâneo da globalização (ELIAS, 2007).

A única grande metrópole que permanece no comando desta específica atividade, gerando insumos para a agricultura é São Paulo (SP), outras duas capitais estaduais se posicionam na mesma função, Campo Grande (MS) e Goiânia (GO). Os demais centros de maior nível são cidades fora dos principais fluxos analisando anteriormente: Sorriso (MT), Rondonópolis (MT), Rio Verde (GO) e Uberaba (MG). Das 30 maiores centralidades na aquisição de insumos agrícolas, dezenove estão na Região Centro-Oeste, cinco no Sudeste, três no Norte, dois no Sul e uma no Nordeste. Verificando uma desconstrução da rede urbana clássica brasileira, pois, nesse caso o Rio

de Janeiro não possui papel de destaque como nos dados anteriormente discutidos, tendo em vista que o estado é completamente urbanizado, não apresentando atividades agropecuárias nos moldes nacionais (IBGE, 2020).

Após estas breves considerações sobre a rede urbana brasileira em diferentes momentos históricos, podemos afirmar que o país ainda apresenta uma elevada concentração econômica e social na Região Sudeste. Mesmo com Brasília (DF) se posicionando como uma metrópole nacional na última edição da REGIC, as maiores centralidades persistem nas cidades de São Paulo (SP) e do Rio de Janeiro (RJ).

No próximo capítulo, começaremos a nos ater no município de Cabo Frio (RJ), base empírica desta tese, abordando aspectos do passado (capítulo 2) e do presente (capítulo 3). No capítulo 4 analisaremos e discutiremos o papel de Cabo Frio (RJ) na rede urbana fluminense (1966-2018), recorrendo aos estudos do IBGE através das REGIC's.

2. UMA ANÁLISE SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO NO PASSADO

Após uma seleção de fontes que ajudam a construir a evolução histórica de Cabo Frio (RJ), este capítulo tem como objetivo principal apontar o desdobramento histórico do município como uma centralidade no estado do Rio de Janeiro. Para iniciar, faremos uma breve e importante análise sobre o quadro físico do município, visto que as transformações espaciais em Cabo Frio (RJ), do presente e passado, estão interligadas aos elementos naturais encontrados naquela localidade. Após essas considerações, elegemos três atividades históricas que se relacionam com o quadro físico diretamente e deixaram marcas profundas no território cabo-friense: a pesca, o sal e a Álcalis. Três atividades que tiveram momentos distintos de desenvolvimento e que em, determinado tempo histórico, se conectaram, sendo que no caso do sal e da Álcalis estes foram complementares.

A construção deste capítulo se encaixa na necessidade de uma análise do quadro físico e social para uma melhor análise do espaço geográfico. Corrêa (1997, p. 154) discute a necessidade de uma aproximação da relação homem e meio na Geografia: “toda conceituação que venha excluir o homem em sua complexa plenitude é falha”. Pois, segundo o autor, o homem é produtor e usuário da natureza e são por meio dessas relações que o espaço geográfico é produzido.

Antes de iniciar uma análise mais detalhada, é importante mencionar algumas informações elementares sobre Cabo Frio (RJ). O município integra a Região de Governo das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro (MAPA 1), com uma população estimada pelo IBGE de 230.378 habitantes, até o ano de 2020. A municipalidade é formada por dois distritos (MAPA 2), o distrito de Cabo Frio (RJ) (sede) e o distrito de Tamoios (RJ).

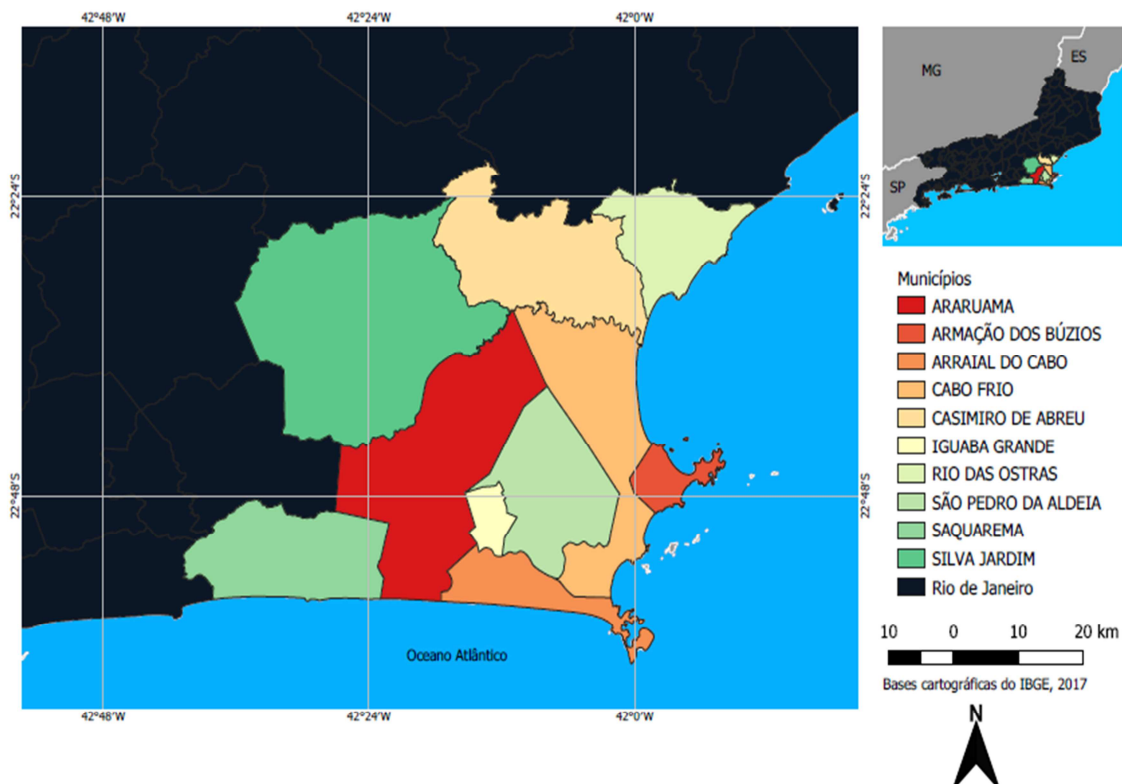
Para o IBGE, na pesquisa desenvolvida pela Coordenação de Geografia e publicada no ano de 2017, Cabo Frio (RJ), Macaé (RJ) e Rio das Ostras (RJ) integram uma Região Geográfica Intermediária com doze municípios ao todo. A Região Imediata de Cabo Frio faz parte de tal Região Intermediária, sendo composta pelos municípios de Cabo Frio (RJ), Armação dos Búzios (RJ), São Pedro da Aldeia (RJ), Araruama (RJ), Iguaba Grande (RJ) e Arraial do Cabo (RJ). A nova regionalização realizada pelo IBGE propôs uma nova metodologia de análise na qual as cidades passaram a ter um papel importante, e as centralidades na rede urbana comandam os fluxos materiais e imateriais

de curta e média distância, propondo maior sentido à vida cotidiana dos residentes (RIBEIRO, 2017).

Segundo Ribeiro (2017), esta configuração regional menciona a importância de alguns municípios no contexto da rede urbana. No caso em questão, destacamos que Cabo Frio uma das centralidades que nomeia uma hierarquia regional, o que permite detectar a importância do município na rede urbana fluminense, sendo uma das mais dinâmicas regiões do estado do Rio de Janeiro. “Nova região geográfica se estrutura a partir das atividades extrativas do petróleo e do recebimento dos royalties pelas referidas prefeituras, além da atividade do lazer vinculado ao turismo e à segunda residência” (RIBEIRO, 2017, p. 266).

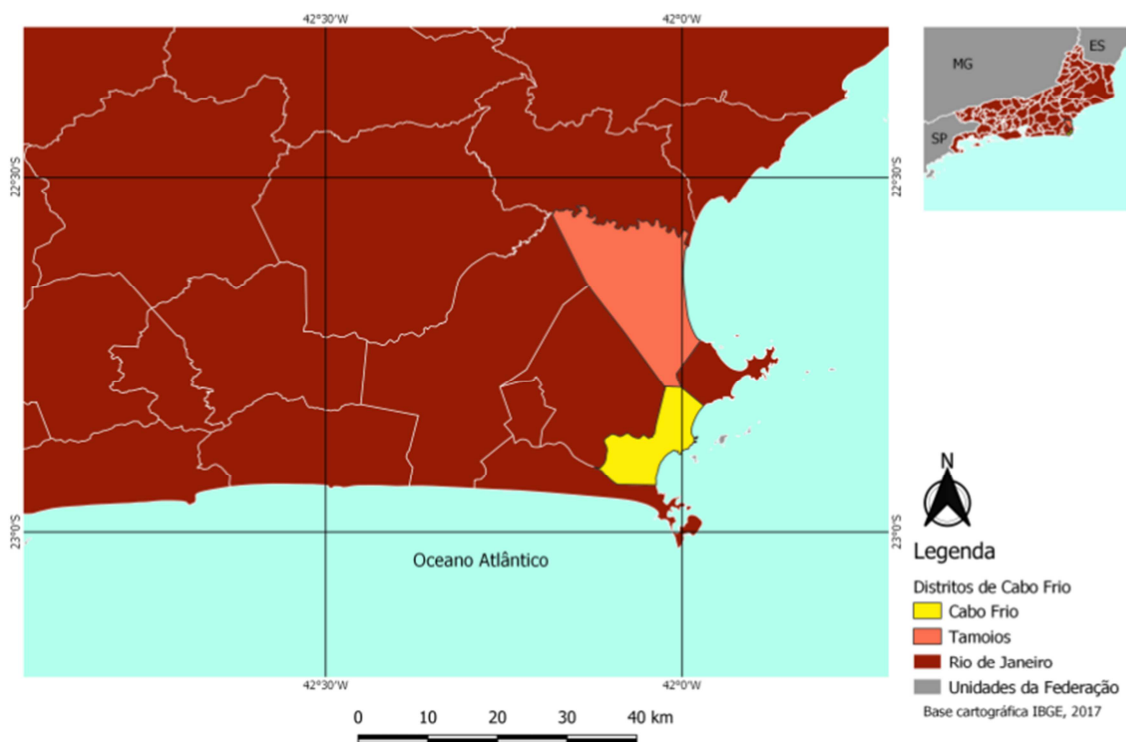
O território cabo-friense é cortado pelas rodovias estaduais (RJ-102, RJ-106, RJ-140) e pela BR-120, esses eixos são as vias que permitem as ligações entre os municípios de São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu (MAPA 3).

Mapa 1: Região de Governo das Baixadas Litorâneas -RJ.



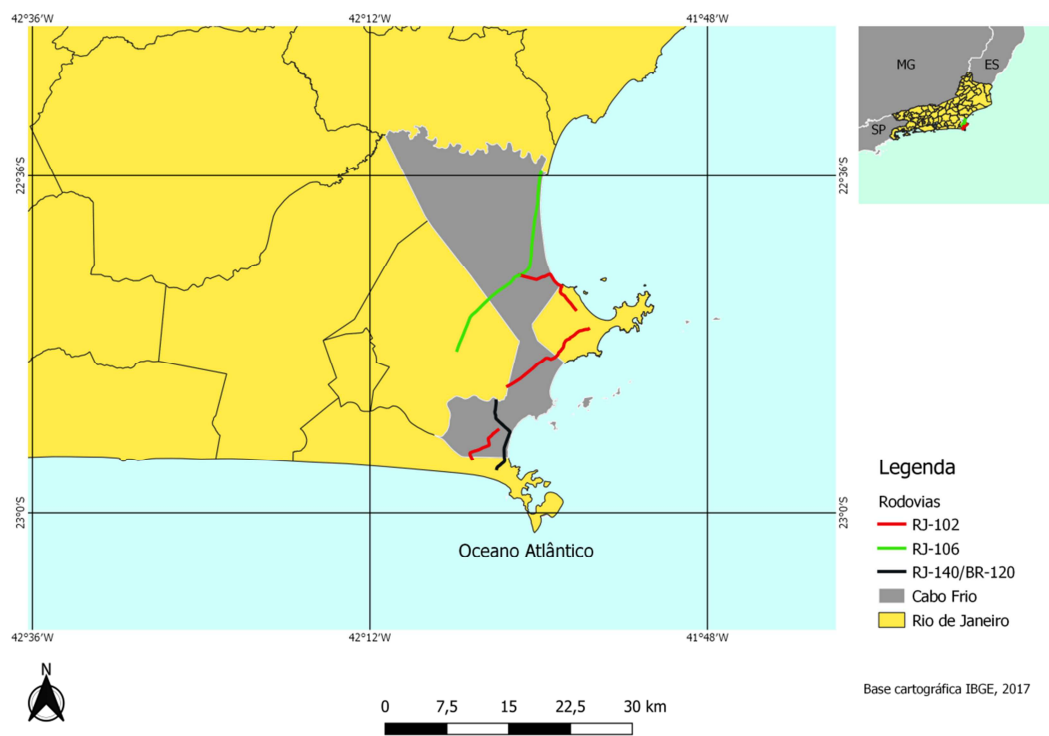
Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Mapa 2: Distritos do Município de Cabo Frio.



Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Mapa 3: Rodovias no Município de Cabo Frio.



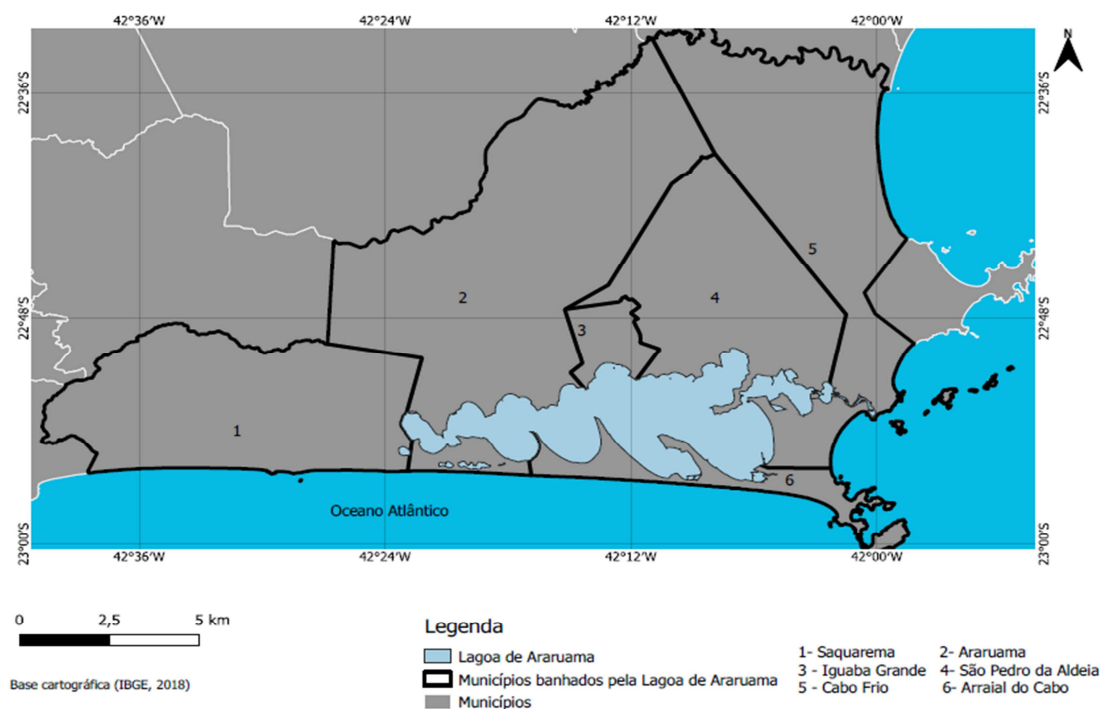
Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

O capítulo se encontra estruturado em cinco partes. Na primeira apresentamos algumas breves considerações sobre o quadro físico do município de Cabo Frio (RJ), seguido pelo desenvolvimento histórico da ocupação do seu território a partir da chegada dos portugueses no Brasil. As outras três partes marcam uma análise de atividades econômicas que estão diretamente ligadas ao quadro físico e a formação territorial de Cabo Frio (RJ), sendo elas: a pesca, a salicultura e a Companhia Nacional de Álcalis.

2.1 Algumas considerações sobre o quadro físico de Cabo Frio

Ao iniciar uma análise sobre o quadro físico do município de Cabo Frio (RJ), um dos elementos naturais mais marcantes na paisagem cabo-friense é a Lagoa de Araruama. Essa lagoa se encontra no trecho litorâneo fluminense na Região de Governo das Baixadas Litorâneas e configura um sistema lagunar que abrange os municípios de Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio (MAPA 3).

Mapa 3: Localização da Lagoa de Araruama.



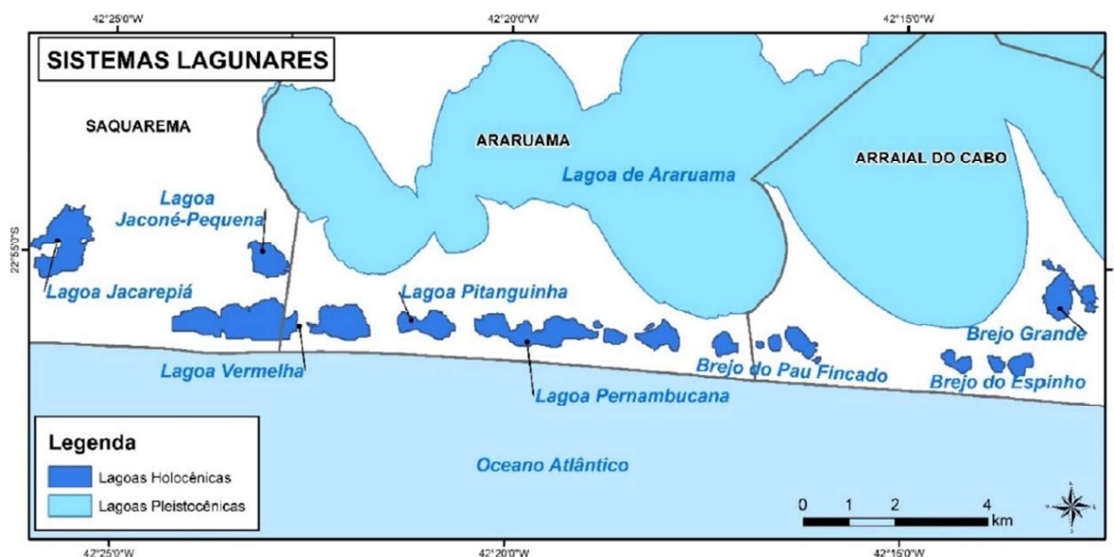
Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Segundo Costa e Seabra (2020), o litoral leste fluminense é marcado pela presença de vários sistemas lagunares que estão separados por pontais e rochas cristalinas íngremes, formados no período Pleistoceno e no Holoceno. Os autores indicam a existência de mais de vinte lagoas nessa área litorânea do estado do Rio de Janeiro, entre os municípios de Niterói e Arraial do Cabo, e a Lagoa de Araruama é a maior delas.

Os autores indicam ainda que a Lagoa de Araruama teve sua formação marcada pelos eventos de transgressão marinha, nos últimos 120.000 anos. Além da Lagoa de Araruama, outras pequenas lagoas foram formadas nesta faixa litorânea do estado do Rio de Janeiro, constituindo, assim, dois sistemas lagunares. As grandes lagoas, posicionadas mais ao interior (Jacarepaguá, Rodrigo de Freitas, Piratininga, Itaipu, Maricá, Jaconé, Saquarema e Araruama), possuem uma característica morfológica mais arredondada e sua formação deriva do período Pleistoceno. As pequenas lagoas estão posicionadas entre as barreiras arenosas das maiores lagoas e a orla marítima, formadas durante o evento de transgressão marinha no Holoceno.

Na Figura 4 é possível visualizar os dois sistemas lagunares que compõe a paisagem natural da Região das Baixadas Litorâneas.

Figura 4: Distinção dos sistemas lagunares.



Fonte: Costa e Seabra (2020, p.357).

Sobre a formação da Lagoa de Araruama, Costa e Seabra (2020, p. 357-358) complementam:

[...] associada a formação das lagunas, um outro elemento marcante na paisagem litorânea da região se refere a geomorfologia de cordões litorâneos ou barreiras arenosas. Lamego (1945) apontou que a os cordões arenosos da Massambaba (localizado na região sul da Lagoa Pernambucana) se formaram a partir da evolução lateral de um pontal, em orientação leste, que caracterizava a formação de enseadas. Em contraponto, Muehe (2018) destaca que foi somente a partir dos trabalhos de Coe Neto (1984), Muehe (1984), Turcq et al. (1999) e, mais detalhadamente, de Muehe e Correa (1989), que mudou a interpretação dessa evolução, no sentido de rejeitar o modelo de progradação lateral na forma de um pontal, a favor de um modelo de migração retrogradacional em consonância com a elevação do nível do mar, justificado, notadamente, pela ausência de transporte longitudinal residual capaz de formar um pontal, pela existência de mais de um cordão de altura e idade diferentes, e pela presença de arenitos de praia submersos, atestando a posição pretérita dos cordões arenosos e sua posterior retrogradação.

De acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro (SEMADS) (2001), a Lagoa de Araruama possui uma área de 220 km² e um perímetro de 190 km, com uma profundidade média de 2,9m e um volume de 636 milhões de m³. Sua largura máxima é de, aproximadamente, 14 km (sentido Norte-Sul) e comprimento de 33 km (sentido Leste-Oeste). Configurando-se como a maior laguna hipersalina do país. A salinidade média é de 52 ‰ (parte por mil), que corresponde a uma vez e meia a do oceano, variando do local registrado em relação à distância do Canal de Itajuru, sua única conexão com o mar, localizada no município de Cabo Frio (RJ).

A hipersalinidade é causada pela pouca quantidade de rios que deságuam na lagoa, elevada evaporação e reduzida precipitação, influência do Canal de Itajuru e um forte e permanente vento nordeste. Os rios que drenam para a Lagoa de Araruama são: Rio Congo, Rio das Moças, Vala dos Barretos (esgota o Brejo Grande), Vala do Hospício, Rio Mataruna, Rio do Cortiço, Rio Salgado, Rio Iguaçaba, Rio Ubá, Riacho Cândido, Córrego Piripiri, Canal da Praia do Siqueira e Canal Excelsior (SEMADS, 2001).

Em relação ao Canal de Itajuru, Lamego (1946) considerava esta conexão com o mar “o milagre geológico do Itajuru”. Pois, a sua existência não era a tendência esperada na formação de lagunas, como a de Araruama, em áreas de restinga, tendo em vista que a condição “normal” era que a lagoa não se ligasse ao mar. Segundo o autor,

somente rios com forte vazão conseguiriam manter aberto um canal, frente a capacidade marinha na formação de barreiras arenosas.

Lamego (1946) conclui que, a presença de dois afloramentos rochosos (morros de Nossa Senhora da Guia e Cruz) caracteriza uma morfologia meandrante do canal, permitindo a condução das águas oceânicas ao interior da Lagoa de Araruama. Sem essas características a passagem não iria permanecer aberta naturalmente e levaria a secagem completa da Lagoa. O Canal de Itajuru possui uma largura que varia de 100m a 300m e comprimento de 8 km, a troca de água através do canal é muito pequena, levando em torno de 83,5 dias para a renovação de suas águas (SEMADS, 2001).

A profundidade média da laguna é de 14 metros. A área norte e central são os locais onde se encontram as maiores profundidades e a porção sul possui baixa profundidade, configurando áreas mais rasas. Ao norte da Lagoa de Araruama, a orla é marcada pela presença de pequenas enseadas, enquanto a orla sul é caracterizada por cordões arenosos de orientação Leste-Oeste. Ainda neste eixo sul, a laguna é composta por largas enseadas de contornos suaves, separadas por esporões arenosos levemente direcionados para oeste (COSTA; SEABRA, 2020). Sobre a formação desses esporões Costa e Seabra (2020, p. 360) nos dizem que:

Nas barreiras arenosas situadas ao sul da Lagoa de Araruama, destaca-se a presença de esporões, que são resultado da hidrodinâmica interna da laguna. Essas formações resultam da mobilização de sedimentos ao longo do perímetro das lagunas por ondas geradas no seu interior. Os esporões são protuberâncias na linha de costa em forma de cúspides, formadas por material não coesivo, tendo seu processo de formação tangenciado pelo gradiente do fluxo de sedimentos na linha de costa, sob a ação de um regime de ondas antidifusivo.

A importância de comentar a presença e a formação desses esporões na Lagoa de Araruama transcende a Geografia dita física, pois as formações na orla da laguna possibilitaram o desenvolvimento da atividade extrativista do sal. A partir dos esporões localizados nas áreas mais rasas da laguna, foi possível construir a infraestrutura necessária para a referida atividade. A economia do sal, que foi tão importante nas transformações socioespaciais em Cabo Frio (RJ), será analisada posteriormente. Nas Figuras 5 e 6 é possível localizar os esporões.

Figura 5: Localização dos esporões na Lagoa de Araruama.



Fonte: Extraído de Costa e Seabra (2020).

Figura 6: Localização dos esporões na Lagoa de Araruama.



Fonte: Extraído de Costa e Seabra (2020).

Em relação ao clima de Cabo Frio e Região dos Lagos, Coe e Carvalho (2013) identificam a área como sendo um enclave semiárido no litoral úmido fluminense. Esta afirmação seria explicada por uma série de complexos fatores que permitem a área possuir índices de um clima semiárido. Alguns dos principais fatores são: a presença de uma ressurgência costeira e ao regime de fortes ventos que atinge os municípios que integram a Região dos Lagos.

A respeito das questões paleoclimáticas, Cabo Frio foi testemunho do clima seco e frio do último Período do Quaternário que dominou a área, tendo identificado que a área de caatinga antes ocupava um espaço muito maior do que o atual. No estudo sobre o avanço de florestas secas no passado da América do Sul, identificaram-se três direções na expansão desta vegetação: as caatingas do Nordeste do Brasil; o sistema florestal da região fluvial do Paraná-Paraguai; as florestas do piemonte subandino do sudoeste da Bolívia e noroeste da Argentina. Estes três núcleos estariam ligados por duas rotas de conexão no sentido Noroeste – Sudeste e Nordeste – Sudoeste, sendo que a última atravessava o litoral do estado do Rio de Janeiro em Cabo Frio (COE; CARVALHO, 2013).

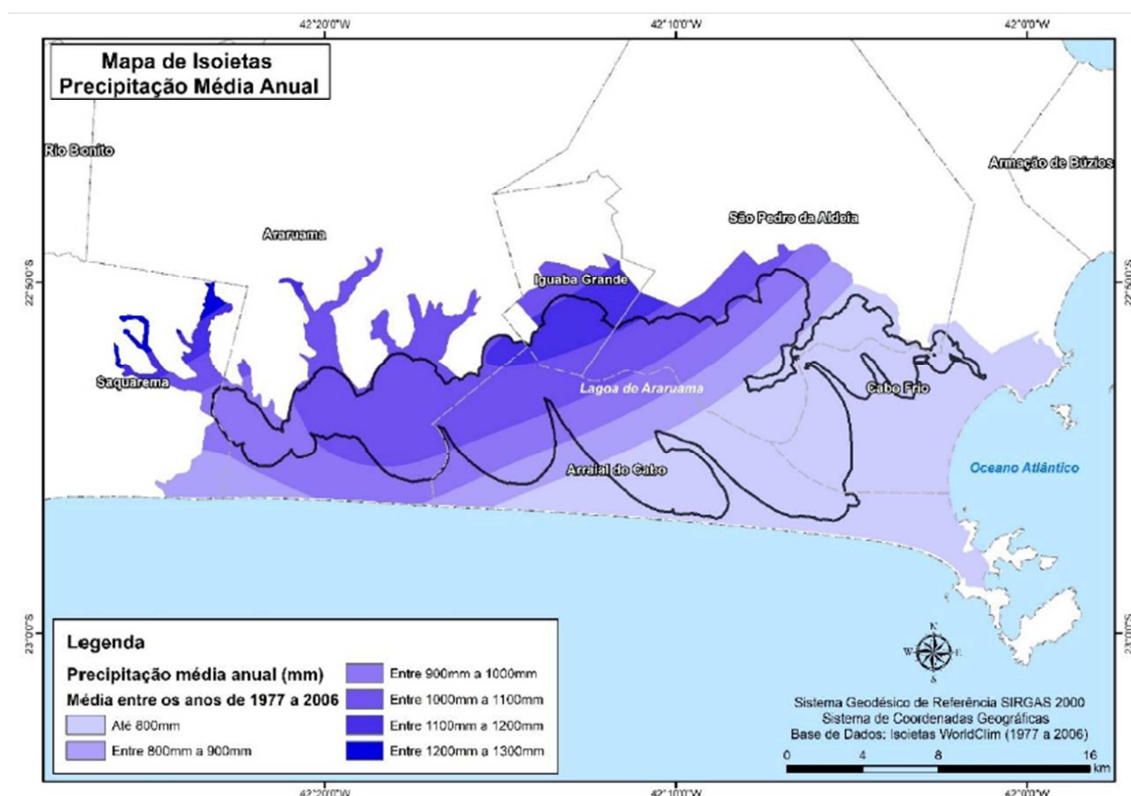
Como característica oceanográfica da Região dos Lagos, o fenômeno da ressurgência marinha é fundamental para determinar o tipo climático mais seco que as demais localidades do estado. As águas frias e ricas em nutrientes da Água Central do Atlântico Sul (ACAS) afloram para as águas superficiais na plataforma continental devido à mudança de orientação da costa brasileira, ao deslocamento sazonal do eixo da Corrente do Brasil e, sobretudo, ao regime de ventos da região. O período de maior atuação deste fenômeno é durante o verão, perceptível, também, pelas baixas temperaturas das águas oceânicas. A presença da ressurgência na localidade induz a uma redução na precipitação e na formação de nuvens, possibilitando um aumento na insolação e na aridez climática, evaporação e salinidade das lagoas (COE; CARVALHO, 2013). Estes são fatores importantes para a exploração da atividade salineira.

A partir da interferência do fenômeno da ressurgência, Cabo Frio e os municípios em seu entorno, passaram a apresentar características de um clima semiárido. Apresentando médias de precipitação entre 770 e 854 mm/ano e uma taxa de evaporação entre 1200 e 1400 mm/ano. A temperatura média é um pouco superior a 21°C de junho a setembro e varia entre 23°C e 25°C de novembro a abril, comportando certa homogeneidade térmica. A insolação varia entre 200 e 240 h ao mês, única

exceção ocorre entre os meses de setembro e novembro, quando a insolação varia de 150 a 190 h ao mês (COE; CARVALHO, 2013).

Ao estudar o quadro físico da laguna de Araruama, Costa e Seabra (2020) identificaram características climáticas semelhantes as apontadas por Coe e Carvalho (2013), como é possível observar na Figura 7. O que permite corroborar a ideia do município de Cabo Frio como um enclave semiárido em uma área que se apresenta no domínio tropical úmido.

Figura 7: Distribuição da precipitação média anual em torno da Lagoa de Araruama.



Fonte: Extraído de Costa e Seabra (2020).

Em sua estrutura geomorfológica, Cabo Frio e os municípios vizinhos são caracterizados por três unidades fisionômicas: as planícies costeiras (praia, dunas e terras baixas, áreas alagadas, lagoas e depósitos aluviais), os baixos morros costeiros e ilhas costeiras e, por último, os morros continentais até 300m. Os baixos morros da região estão cobertos por uma baixa vegetação, posicionada nas vertentes voltadas para o mar, sua característica de árvores de pequeno porte é relacionada aos fortes ventos.

Em locais mais protegidos do vento, a vegetação assume um porte mais robusto, semelhante a Mata Atlântica. Um destaque importante da vegetação encontrada nas escarpas próximas ao mar é a presença de uma vegetação xerófila, especificamente o cacto colunar *Pilosocereus ulei*, endêmico da região, caracterizando ambientes áridos nas épocas mais secas do ano, assemelhando-se ao ambiente da caatinga (COE; CARVALHO, 2013).

Na sequência de imagens a seguir é possível observar algumas das características naturais de Cabo Frio (RJ) mencionadas anteriormente. A presença de dunas e vegetação de restinga (IMAGEM 1), a presença de cactos (IMAGEM 2) e a praia (IMAGEM 3).

Imagem 1 : Parque Estadual da Costa do Sol – Cabo Frio/RJ.



Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Imagem 2 : Praia do Foguete – Cabo Frio/RJ.



Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Imagem 3 : Praia do Foguete – Cabo Frio/RJ.



Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Os aspectos físicos apresentados permitem ratificar a importância de tais características no condicionamento das atividades econômicas cabo-frienses ao longo

do processo de formação do município. No subcapítulo 2.2 abordaremos o processo de ocupação e formação territorial da cidade.

2.2 Breves apontamentos sobre o processo de ocupação e formação territorial de Cabo Frio (RJ)

A ocupação do atual estado do Rio de Janeiro deve ser analisada para além das fronteiras brasileiras. Para uma melhor compreensão é necessário resgatar o período das Grandes Navegações Europeias que se iniciaram no final do século XV, com as primeiras viagens portuguesas ao litoral da África. O processo de colonização brasileiro deve ser compreendido como um resultado do fortalecimento das práticas mercantilistas desenvolvidas por Portugal, promovendo a exploração de terras em outros continentes, como no caso das Américas.

Segundo Prado Jr. (1981) um dos pontos mais importantes do estudo sobre a colonização do Brasil foi o de promover o pacto colonial. O processo de expansão portuguesa está ligado à organização a partir dos interesses da metrópole (Lisboa), orientados na manutenção da posse do seu mais novo território e pela exploração comercial, ou seja, na busca por metais preciosos e na venda de mercadorias de origem tropical requisitadas na Europa.

De acordo com Rahy (1999), a partir do século XVI, a organização espacial do território que hoje denominamos Brasil foi marcada pela construção de cidades e vilas portuárias. Originando, assim, os primeiros embriões das cidades fluminenses, como: o Rio de Janeiro, Cabo Frio, Angra dos Reis e Paraty.

A ocupação portuguesa no período colonial investiu na construção de várias fortificações¹⁰ ao longo do litoral fluminense, como por exemplo: o Forte São Mateus (Cabo Frio/RJ), na entrada do Canal de Itajuru. Destaca-se, também, o complexo militar de defesa da colônia estabelecida na Baía de Guanabara, nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, com destaque para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RIBEIRO, 2006).

¹⁰ Como forma de complementação, é importante diferenciar os significados de “Forte” e “Fortaleza”. Segundo Ribeiro (2006, p. 86): “Forte é composto por uma ou mais baterias de artilharia localizadas na mesma obra, enquanto a Fortaleza, é composta por duas ou mais baterias localizada sem obras independentes e com grande intervalo entre elas”.

Neste cenário, Cabo Frio se configurou como um ponto de interesse nos primeiros anos de ocupação portuguesa no Brasil. Segundo Moreira (2017), a grande disponibilidade de recursos na localidade atraiu os portugueses, pois haviam grandes quantidades de Pau-Brasil, além de uma enseada que permitia aos navios realizarem a “aguada”¹¹, a presença do sal e a existência de vários grupos indígenas, com destaque para os Tamoios.

Cabo Frio, então, foi local de uma das primeiras feitorias construídas no Brasil, conhecida como a Casa de Pedra, sendo apenas um entreposto para os navios portugueses levarem o Pau-Brasil para a Europa. Como tentativa de defender parte da costa fluminense, em 1615 foi fundada a cidade de Santa Helena de Cabo Frio por Constantino Menelau (1614-1617) e, também, teve início a construção do forte de Santo Inácio (MOREIRA, 2017).

Em 1617, o Governador e Capitão-mor da Capitania do Rio de Janeiro considerou o forte de Santo Inácio do Cabo Frio vulnerável para a defesa do litoral e, por isso, solicitou a construção de um novo forte para proteção do então povoado de Santa Helena do Cabo Frio e da entrada do canal da Laguna de Araruama (atual Canal do Itajuru). O Governador-Geral do Brasil, D. Luís de Sousa (1617-1621), após consulta a Lisboa, aprovou o projeto da nova fortificação. Com essa construção, ocorreu a transferência do primitivo povoamento para o atual bairro da Passagem, com o nome de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio (BARRETO, 1958).

A nova estrutura foi construída em alvenaria de pedra e cal com uma planta no formato de um polígono quadricular irregular, com duas baterias à barbete, uma guarita no vértice virado para o mar, edificação para quartel e depósito no terraço pelo lado da praia. Esta edificação apresenta atualmente cinco compartimentos: Casa do Comando; Quartel da Tropa; Cozinha; Casa da Pólvora; Cela no nível inferior. Em 1648, no contexto da reconquista de Angola pelos portugueses, Salvador Correia de Sá e Benevides retirou a artilharia e a guarnição do forte, deixando sem defesa os moradores que permaneceram em Cabo Frio (RJ). Em 1650, Estêvão Gomes rearmou o Forte para a defesa da povoação, com os seus canhões servindo para sinalizar a passagem dos navios que iam para o Rio de Janeiro (RJ) (BARRETO, 1958).

Segundo Beranger (1993), durante o século XVIII, o Forte de São Mateus estava equipado com sete peças antecarga, de alma lisa: uma de calibre 12 libras, dois de 8 libras e quatro de 6 libras. Do início do século XVIII ao final do século XIX, foram

¹¹ Reabastecer as embarcações com água potável.

feitas algumas modificações na planta do Forte, mas conservou-se o uso militar na defesa de Cabo Frio e seu porto, importante escoadouro da produção agrícola e extrativista regional na época. A partir de 1899, a edificação passou a ser utilizada pelas autoridades municipais como local destinado a quarentena, abrigando os doentes terminais das graves epidemias que assolaram Cabo Frio na época.

No final da década de 1930,, o Forte de São Mateus encontrava-se em ruínas devido a perda da sua função militar, a construção encontrava-se sem manutenção e abandonada. Nesse período, a estrutura abrigou um farol que foi demolido em meados do século pelo risco de desabamento. Como propriedade da União, em 1956, o Forte integrou o patrimônio artístico e cultural nacional, e a sua administração passou para a responsabilidade da Prefeitura Municipal. Desde então, o Forte São Mateus se tornou patrimônio e monumento de Cabo Frio (RJ), sendo um dos principais pontos turísticos e cartões postais do município.

Na Figura 8, nota-se o ponto de observação do forte e o pátio da artilharia com os canhões da época. Na Figura 9, observa-se a entrada do Forte de São Mateus.

Figura 8: Forte São Mateus – Cabo Frio – RJ.



Fonte: Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/forte-sao-mateus>> Acesso em: set./2022.

Figura 9: Forte São Mateus – Cabo Frio – RJ (entrada).



Fonte: Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/forte-sao-mateus>> Acesso em: set./2022.

Segundo Moreira (2017), a presença do Forte de São Mateus em Cabo Frio se justificava devido os constantes conflitos que se estendiam nesta parte do litoral fluminense. Eram constantes as tentativas de traficantes europeus em contrabandear o Pau-Brasil e o Forte simbolizava a presença militar na região. Os Tamoios que ali viviam realizaram uma forte resistência à presença portuguesa, e algumas expedições do grupo aconteceram na tentativa de expulsar os lusitanos. Em 1566, aproximadamente 180 canoas se direcionaram para o Rio de Janeiro, nas imediações do Morro Cara de Cão; outra expedição aconteceu em direção a Baía de Guanabara, em 1568, na aldeia São Lourenço, hoje um bairro em Niterói.

A partir das constantes tentativas dos Tamoios em não aceitar a ocupação portuguesa, o Governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema (1574-1577), realizou uma expedição em direção a Cabo Frio no ano de 1575 que tinha como objetivo eliminar os ataques dos Tamoios, resultando na morte de mais de 2000 indígenas e pelo menos 4000 indígenas escravizados. Essas incursões militares eram tratadas pelos portugueses como Guerra Justa, visando eliminar e/ou submeter os indígenas ao domínio português (MOREIRA, 2017).

A esse respeito, Moreira (2017, p. 33) complementa: “para efetivar a Conquista e a presença lusa, as terras em Cabo Frio começaram a ser doadas tanto pela capitania

de São Vicente, que legalmente detinha a jurisdição sobre a região, como a recém-criada Capitania do Rio de Janeiro”. Além da estrutura militar, a força do poder português também se deu pela presença dos Jesuítas em Cabo Frio (RJ), a pedido do Colégio Jesuíta, o Capitão Mor de Cabo Frio concedeu duas sesmarias com o objetivo de povoar a região, o da Uma e da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio. A Fazenda dos Campos Novos, localizado na sesmaria da Uma, é um fixo histórico que marca a importância da Companhia de Jesus na ocupação colonial na região. A propriedade jesuítica foi estabelecida em 1630, mas as construções se iniciaram a partir de 1690, seus primeiros anos foram caracterizados pela presença de um curral (CARVALHO; ARAÚJO, 2017).

Segundo Carvalho e Araújo (2017), a fazenda se tornou um importante entreposto comercial entre o Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes, contava com uma importante policultura para a produção de alimentos e chegou a ter 1.500 cabeças de gado. Além de ser uma centralidade simbólica, a fazenda dos Campos Novos era um importante local de geração de riquezas em Cabo Frio, com a presença do cultivo de cana-de-açúcar.

Na Figura 10 é possível observar a construção da antiga Fazenda dos Campos Novos:

Figura 10: antiga Fazenda dos Campos Novos – Cabo Frio – RJ.



Fonte: Disponível em: <<https://cabofrio.rj.gov.br>> Acesso em: set./2022.

Após essas considerações sobre a formação territorial de Cabo Frio (RJ), o próximo tópico irá abordar o desenvolvimento da atividade pesqueira e como seu papel é importante no entendimento da organização socioespacial do município. Tendo em vista que a pesca se configura como uma atividade que nos dias atuais tem papel importante na estrutura econômica municipal.

2.3 O papel e importância da atividade pesqueira

No tópico anterior, percebemos que a ressurgência marinha afeta diretamente o quadro climático do município de Cabo Frio, além disso, ele também afeta uma das atividades econômicas históricas do município, a pesca. Além de estar em uma área costeira, a pesca é potencializada pela grande quantidade de nutrientes favorecidos pelas águas geladas da corrente fria oriunda da Água Central do Atlântico Sul.

A atividade pesqueira neste trecho do litoral fluminense possui registros pretéritos e a presença de um sambaqui na Praia do Forte em Cabo Frio (IMAGEM 4) reitera a presença de grupos humanos pré-históricos e como a pesca fez parte da construção social dos primeiros aldeamentos que foram formados no município (BARROSO; FABIANO, 1995).

Imagem 4 : Duna Boa Vista – Praia do Forte – Cabo Frio/RJ.



Fonte: Rocha, A. C. L. (2021).

Segundo Silva (2015, p. 7), entre os séculos XVI e XVII, a pesca no Rio de Janeiro vivia em uma “zona de sombra junto com os produtos agrícolas de menor prestígio no conjunto da economia colonial”, a metrópole portuguesa priorizava a produção açucareira nas capitanias nordestinas. Neste momento, a pesca de baleias era o mais comum na busca pela carne e óleo, produtos com grande valor agregado no comércio europeu.

De acordo com a autora, a Baía de Guanabara se tornou um grande centro baleiro a partir do final do século XVII, quando o Rio de Janeiro começou a se tornar um importante centro de controle político, administrativo e comercial do Atlântico-Sul para Portugal. Esse fato aumentou o número de embarcações no porto da cidade do Rio de Janeiro, aliado a isso, também se tornou o principal centro de exportação do ouro vindo de Minas Gerais.

Estes fatores promoveram a diminuição do número de baleias que entravam na Baía de Guanabara, a partir do início do século XVIII, promovendo uma mudança do eixo central da pesca em que Cabo Frio passou a ser uma centralidade importante. Neste período, alguns investimentos em infra-estrutura foram feitos, como uma construção da

armação dos Búzios destinada ao embarque e desembarque das mercadorias (SILVA, 2015).

A pesca na região de Cabo Frio não deixou de ser uma atividade no que tange a organização socioespacial do município. Durante o século XIX, a pesca ainda se configurava como uma atividade secundária, pois a produção rural através do uso da mão de obra escrava era o principal indutor econômico da cidade. Com a abolição da escravidão, a virada de século marcou uma mudança na estrutura econômica cabofriense, e a pesca e o sal passaram a ser a principal atividade de atração de uma classe trabalhadora (MOURA, 2017).

Para compreender o atual papel da indústria pesqueira em Cabo Frio (RJ) e o seu impacto na centralidade da cidade na região em que se localiza, é importante analisarmos alguns trabalhos desenvolvidos pela Fundação Instituto de Pesca do estado do Rio de Janeiro (FIPERJ), órgão estadual responsável no estudo e monitoramento da pesca fluminense.

Segundo a FIPERJ (2020), os quatro principais portos pesqueiros do estado do Rio de Janeiro que concentraram os maiores volumes tanto nas descargas de pescados industriais como artesanais são: Niterói, Angra dos Reis, São Gonçalo e Cabo Frio, respectivamente. Os quatro municípios juntos somam quase 95% de todo pescado que chega ao estado, sendo um total de 34.079,1 de toneladas. O município de Cabo Frio foi o quarto principal porto pesqueiro, sendo responsável por 10,5% da produção estadual, correspondendo a 3.770,6t. Destes, 67,8% (2.551,6t) da pesca industrial e 32,2% (1.218,9t) da pesca artesanal.

A atividade pesqueira de Cabo Frio é predominantemente industrial, em termos de volume de descargas de pescado, mas a pesca artesanal possui grande importância socioeconômica do município. A sua estrutura portuária recebe descargas de unidades produtivas¹² oriundas de outros municípios e, até mesmo, de outros estados. A frota de pescadores artesanais que descarregaram no município de Cabo Frio até o primeiro semestre de 2020, se distribuiu sobre a plataforma continental e talude entre a divisa do Rio de Janeiro com o Espírito Santo, até o sul de Ilhabela no estado de São Paulo. Diferentemente da frota artesanal, em que os pescadores industriais se concentraram na zona costeira entre Campos dos Goytacazes e Cabo Frio (FIPERJ, 2020).

¹² A FIPERJ considera como unidade produtiva uma embarcação, ou um pescador, ou um Cerco flutuante ou uma parelha (Arrasto de parelha).

As presenças de algumas infraestruturas reforçam a centralidade de Cabo Frio através da pesca. De acordo com a FIPERJ (2019), a infraestrutura de apoio à atividade pesqueira é marcada pela presença de locais para o abastecimento de óleo diesel, aproveitamento industrial de resíduos, beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado, embarque e desembarque, fabricação e comercialização de gelo e reparo e manutenção de embarcação e petrecho.

Segundo a FIPERJ (2019), na Região das Baixadas Litorâneas foram encontradas 3 estruturas de abastecimento de óleo diesel nos municípios pesquisados (Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama e Saquarema): 72 de beneficiamento e comercialização do pescado, 34 de embarque e desembarque, 27 de fabricação e comercialização de gelo e 46 de reparo e manutenção de embarcação. A partir destas estruturas, é possível observar como Cabo Frio centraliza os fixos referentes à pesca, seguido por Arraial do Cabo. No Quadro 12 se observa a distribuição da infraestrutura pesqueira por município.

Quadro 12: Número total de estruturas de apoio à pesca nos municípios das Baixadas Litorâneas – RJ.

Região	Município	Abasteci- mento de óleo diesel	Aproveita- mento de resíduos industriais	Beneficiame- nto, armazena- mento e comercializ- ação de pescado.	Embarque e desembarque	Fabricação de Gelo	Reparo e manutençã- o de embarçã- es e petrecho
Baixadas Litorâneas	Cabo Frio	3	-	46	19	9	4
	Arraial do Cabo	-	-	21	7	13	40
	Araruama	-	-	2	4	2	2
	Saquarema	-	-	3	4	3	-

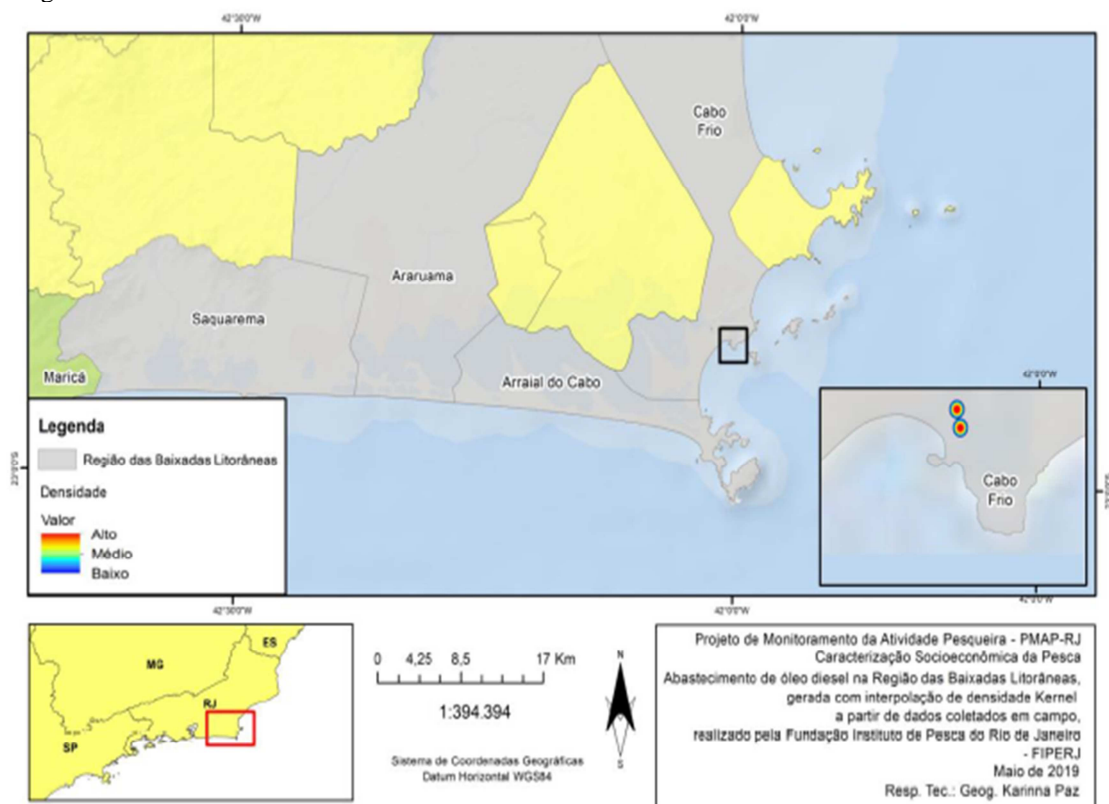
Fonte: FIPERJ (2019) (Adaptado).

As principais empresas do setor estão situadas em Cabo Frio, destacam-se: Braspesca na Ilha da Draga; Gelo Forte e Transporte e Comércio de Pescados Magalhães localizados na Caieira; Brasfish Indústria Comércio com cais na Ilha da Draga e na Caieira. Outro fixo importante é o Mercado de Peixes, com a presença de importantes atacadistas e varejistas, além de também ser um local de beneficiamento de pescados (FIPERJ, 2019).

Sobre a organização territorial da pesca em Cabo Frio, a FIPERJ (2019) identificou sete localidades de potencial de pesca, são elas: Caieira, Canto do forte, Ilha da Draga, Itajuru, Parque Veneza, Pontal de Santo Antônio, Praia de Figueira. As localidades Parque Veneza e Pontal de Santo Antônio localizam-se no distrito de Tamoiós e as demais estão no distrito sede.

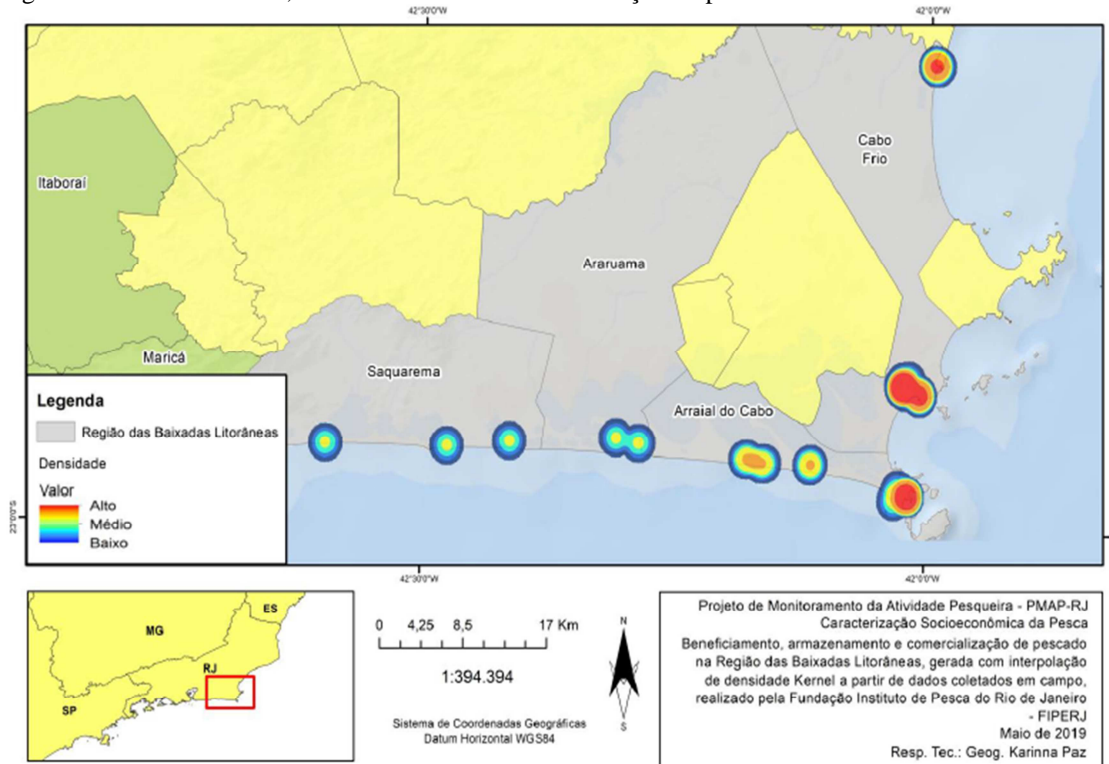
Através da sequência de Figuras (11, 12, 13, 14 e 15) é possível observar a localização espacial das infraestruturas da atividade pesqueira descritas anteriormente.

Figura 11: Abastecimento de óleo diesel nas Baixadas Litorâneas – RJ.



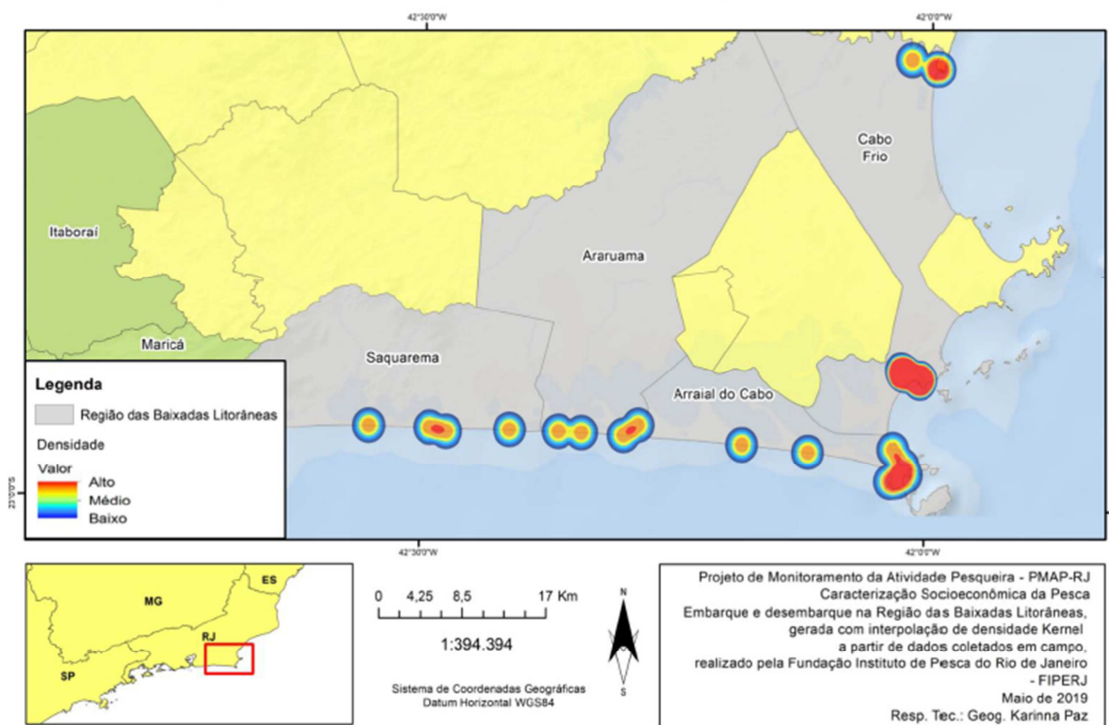
Fonte: Extraído de FIPERJ (2019).

Figura 12: Beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescado nas Baixadas Litorâneas-RJ.



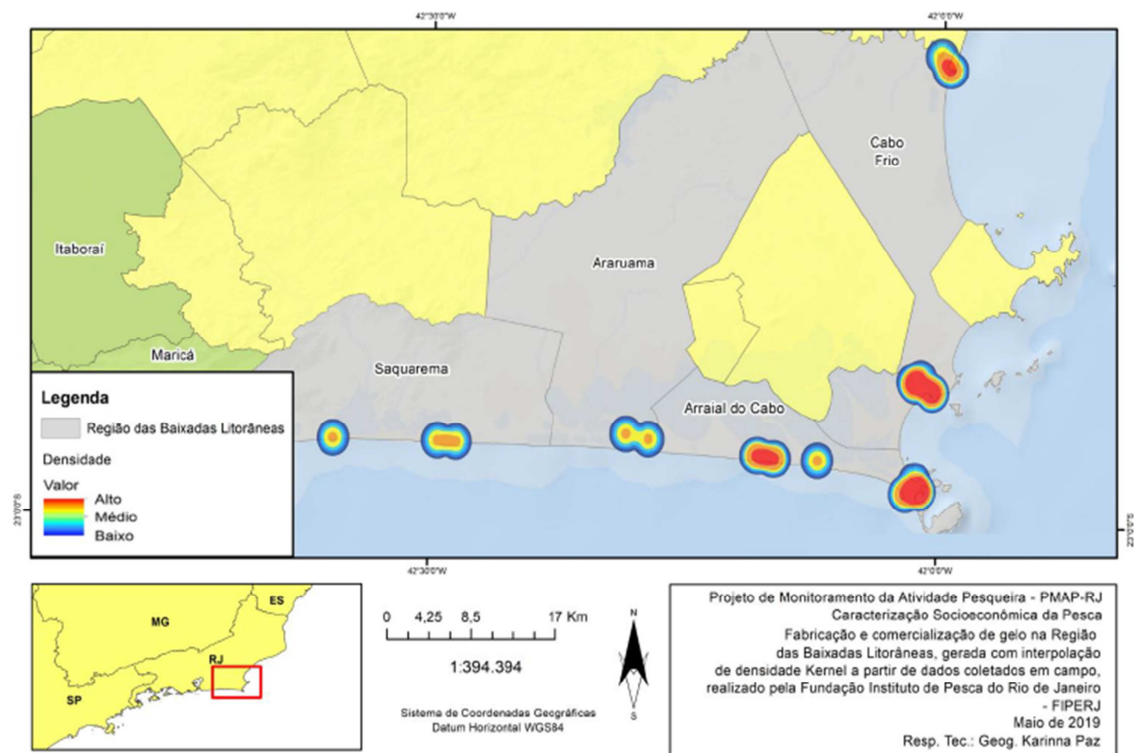
Fonte: Extraído de FIPERJ (2019).

Figura 13: Embarque e desembarque de pescado nas Baixadas Litorâneas.



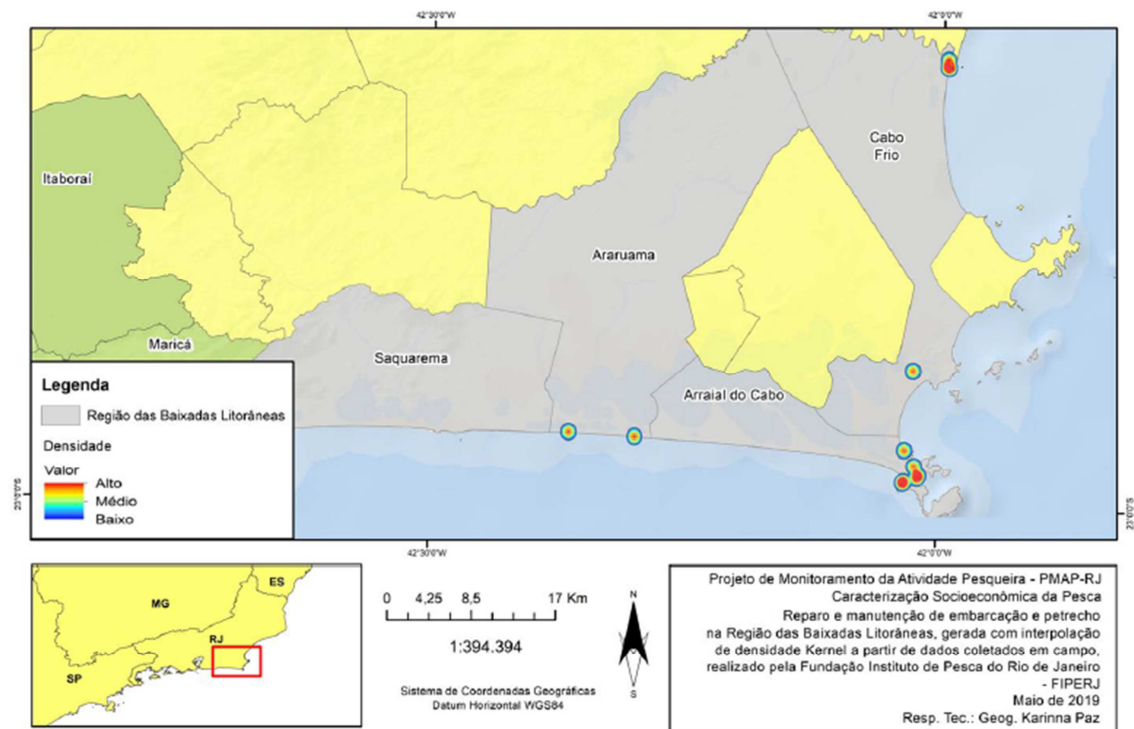
Fonte: Extraído de FIPERJ (2019).

Figura 14: Fabricação e comercialização de gelo nas Baixadas Litorâneas-RJ.



Fonte: Extraído de FIPERJ (2019).

Figura 15: Reparo e manutenção de embarcações e petrecho nas Baixadas Litorâneas-RJ.



Fonte: Extraído de FIPERJ (2019).

Ao observar o Quadro 12 e as figuras anteriores, é possível perceber a centralidade exercida por Cabo Frio na atividade pesqueira no contexto das Baixadas Litorâneas, seguida por Arraial do Cabo que apresentou uma quantidade de infraestrutura próxima do município.

Esta caracterização também pode ser notada quando observamos a presença de entidades de classe, instituições de pesquisa, gestão e fomento que desenvolvem trabalhos e/ou projetos junto ao setor pesqueiro. O município de Cabo Frio apresentou um total de 14 destas organizações, enquanto Arraial do Cabo apresentou 16. O que pesa para identificarmos a centralidade de Cabo Frio é a presença de instituições estaduais que promovem a gestão, fomento e pesquisa na pesca, são elas: EMATER; INEA e FIPERJ (FIPERJ, 2019).

Quanto ao destino da produção pesqueira em Cabo Frio, elas podem acontecer de diferentes maneiras: atacado, varejo, venda direta e atravessador. As duas principais formas de comercialização são o atacado e o atravessador. Em relação ao atacado, pouco mais de 35% dos pescados são vendidos por esta forma, ou seja, sendo comercializados para estabelecimentos que irão atender o consumidor final, neste caso entra a importância do Mercado de Peixes do município e das empresas que foram citadas anteriormente (FIPERJ, 2019).

Na categoria de atravessador, o comércio de pescados em Cabo Frio se estabelece em quase 25%. São comerciantes intermediários da cadeia produtiva e costumam se direcionar aos locais de descarga, dando início às negociações sobre o preço. O atravessador acaba sendo a figura que possibilita o escoamento da produção para os pescadores sem vínculo com alguma indústria, contudo, a presença deste intermediário pode resultar na diminuição do ganho do pescador e elevação do preço do pescado aos consumidores. Ao vender sua produção aos atravessadores, os pescadores têm a sensação de segurança na venda do pescado. Por conta disso, esses intermediários acabam definindo os preços e as formas de pagamento, podendo gerar certa dependência. O destino principal do pescado desta categoria é a Central de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEASA-RJ), sendo quase 80% do total (FIPERJ, 2019).

Para consolidar os dados apresentados pelo FIPERJ (2019), foi realizado um trabalho de campo no Mercado Municipal de Peixe de Cabo Frio (FIGURA 16), principal centro de distribuição de pescado do município. Ao entrevistar algumas pessoas que trabalham nas empresas e nas peixarias locais, foi possível observar como